Genealogia Da Família Azevedo Mendonça:

Das raízes na Trofa, Vila do Conde e Barcelos (séculos XV-XX)

DOMEK NEVES

Esta página foi deixada intencionalmente em branco

Genealogia da Família Azevedo Mendonça:

Das raízes na Trofa, Vila do Conde e Barcelos (séculos XV-XX)

Ficha Técnica:

Título : Genealogia da Família Azevedo Mendonça: Das raízes na Trofa, Vila do Conde e Barcelos (séculos XV-XX).
Autor: Domek Neves
Fotografia: Domek Neves
Paginação: Edgar Pereira
ISBN Nº: 978-989-34-0102-6
Depósito Legal Nº: 562610/26
Edição digital : 1ª Edição 2026
Impressão e Acabamento: Saúde, Sá & Companhia, LDA,

Obra protegida por Direitos de Autor IGAC (Inspeção Geral das Atividades Culturais Registo), sob o nº 168/2026.
Reprodução proibida por todo e qualquer meio.

Cruzeiro n.º 10, Junto à Capela de São Pantaleão, Via Sacra de São Cristóvão do Muro. Oferta de José de Azevedo Mendonça (Geração III), testemunho da permanência e da fé da linhagem no território de São Cristóvão do Muro, Concelho da Trofa.

Esta página foi deixada intencionalmente em branco

OS PAPÉIS

A minha mãe não me explicou nada. Não havia muito a explicar.

Entregou-me os papéis com a naturalidade de quem cumpre algo que estava pendente há tempos. Documentos de família, há muito guardados em gavetas de sua casa, amarelados, com nomes e localidades que eu conhecia, mas que nunca tinha interrogado. Entre esses papéis constava uma certidão de nascimento do meu avô materno e alguns registos.

O que eu não sabia era o que ela tinha dito à minha esposa, em voz baixa, no momento em que os entregou.
"Eu sei a quem estou a dar estes papéis".
Não disse porquê. Não precisou. As mães raramente precisam de explicar o que sabem dos filhos; sabem-no de uma forma que antecede as palavras e que as palavras nunca chegam completamente a conter.

Só soube que ela tinha dito isto muito depois. Quando o livro já estava quase feito.

Quando já tinha percorrido dezasseis gerações, cruzado arquivos em dois distritos, corrigido datas que estavam erradas há décadas, e encontrado numa escritura de 1661 a prova de que alguém tinha vivido mais tempo do que a história oficial dizia.

Tudo isso começou naquele momento. Com a entrega dos documentos e com aquela frase dita à minha esposa. Naquele papel entregue sem cerimónia por uma mulher que sabia, sem saber que sabia, que estava a dar instruções.

A investigação demorou cerca de um ano e meio. A decisão da minha mãe durou um segundo.

E ela tinha razão.

ÍNDICE TEMÁTICO

INTRODUÇÃO Pág. 9

NOTAS DO AUTOR / AGRADECIMENTOS Pág. 11

PREÂMBULO Pág. 12

PARTE I: ESTUDO GENEALÓGICO Pág. 14

- NOTA INTRODUTÓRIA Pág. 15
- MAPA REGIONAL Pág. 17
- GERAÇÕES I-XVI Pág. 18
- ÁRVORE GENEALÓGICA Pág. 78

PARTE II: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA Pág. 80

- METODOLOGIA Pág. 81
- ETIMOLOGIA DE NOMES E APELIDOS Pág. 82
- CONSIDERAÇÕES SOBRE HERÁLDICA MEDIEVAL Pág. 85
- ORIGEM DO APELIDO MENDONÇA Pág. 90
- O APELIDO COMO INSTRUMENTO DE PODER Pág. 95
- O LEGADO DE AFONSO FURTADO DE MENDONÇA Pág. 102

CONCLUSÃO Pág. 103

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS Pág. 112

ANEXOS Pág. 120

GLOSSÁRIO Pág. 131

ÍNDICE DE NOMES Pág. 133

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo a elaboração de um estudo sobre as raízes da família Azevedo Mendonça. O apelido composto Azevedo Mendonça está documentado em ramos da família desde o século XVII, quando aparece em 1699 em Santa Cristina de Malta, Vila do Conde (à época, Terras da Maia).

A presença do apelido Mendonça nesta família remonta ao século XV. Em 1435, ao que tudo indica, surge com Afonso Furtado de Mendonça, figura controversa na historiografia genealógica portuguesa, e que utiliza o apelido pela primeira vez.

Este estudo assume a genealogia como ferramenta de história social, articulando a narrativa da micro-história de cada indivíduo no seu tempo com a análise das estratégias de reprodução familiar, das alianças matrimoniais e da construção identitária numa família de proprietários rurais do Norte de Portugal.

Na base deste trabalho está a compilação documental, organizada de forma cronológica, com o intuito de conhecer os elementos biográficos e as ligações de partes da linhagem, ascendência e filiação. Nesse sentido a obra distingue-se de outras genealogias familiares tradicionais pela utilização sistemática de fontes primárias, pela crítica a narrativas nobiliárias tradicionais e pela integração de perspetivas da história social, da sociologia da família, do direito, da heráldica e da filosofia.
A investigação trabalha com diferentes níveis de certeza documental conforme os períodos históricos abordados.

As gerações I a IX (séculos XVII-XX) baseiam-se em fontes primárias completas e verificáveis.
As gerações X a XIII (séculos XVI-XVII) combinam documentação primária fragmentária com fontes secundárias credíveis.
As gerações XIV a XVI (século XV) fundamentam-se necessariamente em fontes secundárias, dada a escassez de registos paroquiais sistemáticos anteriores ao Concílio de Trento.
As interpretações propostas para estes períodos mais recuados representam a leitura mais coerente das evidências disponíveis, permanecendo abertas a revisão mediante futuras descobertas documentais

Para o período mais recente, a recolha de elementos identificativos foi realizada a partir de fontes primárias, como assentos de nascimento, óbito e casamento, disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e fontes secundárias, como a Revista Murense, entre outras.
Em relação aos períodos mais antigos, dada a inexistência de registos sistemáticos de batismo antes da doutrina fixada pelo Concílio de Trento, a pesquisa baseou-se em fontes históricas secundárias e documentação avulsa, das quais se destacam:

- Documentos do Arquivo Histórico de Vila do Conde (Centro de Memória);

- Documentos do Arquivo Histórico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

- Documentos da Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Almada e Lencastre Bastos;

- Carvalho, Andreia Martins de; Pinto, Pedro (2012). Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII;

- Fonseca, Teotónio José da (1948). O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado, Volume I;

- Mendonça, Manuel Lamas de; Soveral, Manuel Abranches de (2004). Os Furtado de Mendonça Portugueses;

- Republicanismo em Santo Tirso (1891-1910);

- Vide, Geneall, in Casa da Serra, da Trofa. (Ascendência, Descendência e Colaterais), (2004) Guarda-Mor, Edição de Publicações Multimédia Lda: https://pag-fam.geneall.net/52/pessoas.php?id=1184011, de Luís Moura Serra, consultado em 16/07/2025.

NOTAS DO AUTOR:

O autor declara que o presente trabalho é o resultado da sua investigação pessoal e independente. O conteúdo deste trabalho é original, sendo que toda a investigação, recolha documental e análise histórica foram integralmente realizadas pelo autor. As fontes encontram-se devidamente mencionadas ao longo do texto, nas notas de rodapé e na bibliografia. Por respeito à privacidade das famílias, optou-se por não detalhar questões patrimoniais específicas.

AGRADECIMENTOS:

O autor agradece, de forma especial, à sua esposa Rosalina Maria Silva de Azevedo Neves, pelo apoio incondicional e pela paciência ao longo de todos os anos de investigação. À sua mãe, Lucinda Neves Mendonça, às suas tias Felisbina Neves Mendonça e Delfina Neves Mendonça, ao seu tio Lúcio Neves Mendonça, e às suas primas Flora Teixeira e Maria José, cujos relatos, memórias e documentos familiares foram determinantes para a construção deste trabalho e sem os quais esta investigação não teria sido possível.

Ao Dr. Sérgio Palhares do Arquivo Municipal de Vila do Conde. Aos membros e ao Presidente da Junta de Freguesia do Muro, Concelho da Trofa, ao Arq. Nac. da Torre do Tombo, à Biblioteca Nacional de Portugal, a Alice Borges, a Andreia Martins Carvalho e a Pedro Pinto, a Manuel Abranches de Soveral e ao Dr. Manuel Lamas de Mendonça, a Nuno Olaio e ao Dr. Luís Moura Serra pelo facto de terem escrito o conjunto documental que esteve na base da fundamentação para a construção e compreensão deste trabalho.

PREÂMBULO

Neste trabalho, o autor estuda uma linhagem da sua própria ascendência e descreve factos, relações entre os membros da família e parte da sua história.

A génese da investigação teve origem na entrega, pela mãe do autor, de documentos familiares antigos que revelavam ligações às freguesias de Santo Estêvão de Gião e Santa Cristina de Malta (Vila do Conde), localidade onde até à atualidade persistem parentes distantes com o apelido Mendonça.

Um dos documentos que esteve na base deste trabalho foi uma cópia da certidão de nascimento de seu avô, na qual constavam os nomes dos bisavós e trisavós do autor, assim como as suas naturalidades. Ali, faz referência a localidades como Santa Cristina de Malta e São Estêvão de Gião, no Concelho de Vila do Conde, lugares que o autor conhece muito bem e sabe da existência de outras famílias com o mesmo apelido.

A esposa do autor é natural da contígua freguesia de Modivas, do Concelho de Vila do Conde, onde viveu até casar. Ali também viviam pessoas com o apelido "Mendonça", como o comendador Fernando Mendonça, antigo Presidente da Agros. Por coincidência, também a sua família materna era dessa localidade de Gião! Ela conhecia bastante bem a freguesia de Malta, local para onde se deslocava para ir ao posto médico, localizado na Casa do Povo, ou à feira a pé com a sua avó paterna, com quem fora criada; e de forma surpreendente, também fora cliente da "Relojoaria Mendonça".

A freguesia de Santa Cristina de Malta era, na época, muito pequena, com apenas 1,85 km² e pouco povoada, mas com um rico património histórico, já que foi uma comenda pertencente à Ordem de Malta, antiga ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, sob a jurisdição direta da Bailiagem de Leça. Atualmente, faz parte da União de Freguesias de Malta e Canidelo, termos de Vila do Conde, no norte de Portugal.

Por sua vez, ela também tem o apelido "Azevedo"! Tais coincidências levaram o autor a pensar na possibilidade, ainda que remota, de que ele e a esposa pudessem ser parentes afastados.

Em face disto, tornava-se imperativo saber mais a respeito da família do seu avô materno e a origem do apelido Mendonça nesta família.

O passo seguinte foi investigar.
As fontes sobre o avô materno do autor, António de Azevedo Mendonça (1907-1966), revelaram propriedades em São Cristóvão do Muro e São Romão do Coronado, atualmente pertencente ao Concelho da Trofa, em Santa Maria de Aviso, Concelho da Maia e no Perelhal, termo de Barcelos, abrindo caminho para rastrear gerações anteriores através dos registos paroquiais destas freguesias. Foram também identificados familiares próximos como irmãos e sobrinhos nas localidades de São Cristóvão do Muro, São Mamede de Coronado, no Concelho da Trofa e em São Pedro Fins e Folgosa, no Concelho da Maia.

A sua memória, ainda hoje, permanece para a família como a de uma pessoa fria e distante, o que levou alguns filhos e netos a quererem esquecer factos menos agradáveis da sua personalidade. Alguns descendentes diretos optaram pela interrupção na continuidade do apelido. No caso do autor, a ausência do apelido "Mendonça" como apelido deveu-se ao facto de, na Venezuela, país onde nasceu, seguir-se o modelo espanhol em que o apelido paterno precede o materno, sendo este último o que encerra o nome e detém a primazia final.

O autor ainda conheceu a sua avó materna a viver na sua pequena casa em Barca, no Concelho da Maia, mas, durante os breves encontros familiares, a família do avô, por razões óbvias, não era mencionada. Foi uma mulher marcada pelas contingências da vida.
Contudo, para o autor, as coincidências e as dúvidas persistiam. Para a família, certamente não será bom julgar a parte pelo todo. Por isso, ele mergulhou numa pesquisa para rastrear o passado dos seus antepassados por meio desta única linha familiar, a dos Mendonça.

O que encontrou faz parte da história da família e do norte de Portugal, que vale a pena ser registada como um património imaterial a ser transmitido, em particular ao seu filho, ao seu neto e a todos os seus parentes, mesmo que distantes.

PARTE I: ESTUDO GENEALÓGICO

NOTA INTRODUTÓRIA

Este trabalho constitui um estudo da linhagem Mendonça, através do rastreio e da documentação de dezasseis gerações de antepassados.
A investigação inicia-se na Geração I, com António de Azevedo Mendonça e Maria Torres Neves, no início do século XX, na Trofa e na Maia, recuando de forma sistemática para traçar as origens da família até ao século XV.

O trabalho apresenta um levantamento cronológico detalhado, sustentado em fontes primárias e secundárias, no qual são identificados os factos essenciais relativos a cada geração. Na caracterização dos indivíduos, sempre que possível, são apresentados dados de nascimento, casamento e óbito, bem como informação sobre naturalidade e enquadramento social.

As conexões geográficas descritas permitem identificar as movimentações familiares, com particular atenção às raízes locais, sem descurar o respetivo enquadramento social e histórico.
A Árvore Genealógica desempenha uma função essencialmente instrumental, servindo como apoio visual ao acompanhamento da linhagem e permitindo ao leitor apreender, de forma clara, a estrutura e a extensão da ascendência familiar até às gerações mais remotas.

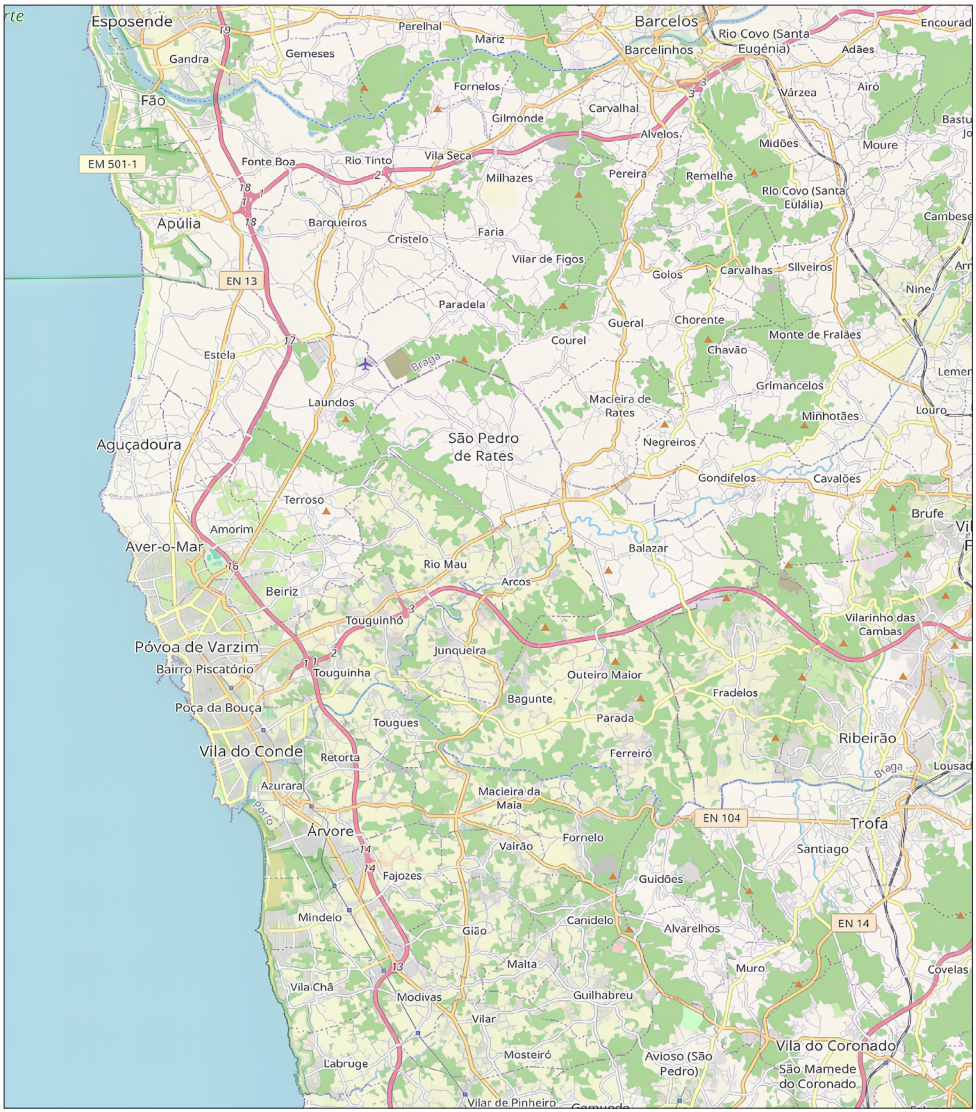
A PARTE I constitui o registo fundamental da sucessão de laços familiares e das trajetórias de vida dos antepassados da família Mendonça, numa janela temporal que abrange cerca de cinco séculos, funcionando como base factual para a contextualização histórica e social subsequente.

A PARTE II desenvolve uma leitura histórico-sociológica da família, analisando os mecanismos de construção identitária, as estratégias patrimoniais e matrimoniais e a dimensão simbólica da genealogia ao longo das gerações.

Em síntese, esta obra representa um contributo relevante para a história social da família, demonstrando que a genealogia, quando praticada com rigor crítico, pode constituir uma ferramenta válida para a compreensão dos processos de reprodução social, construção identitária e memória familiar.

Esta página foi deixada intencionalmente em branco

MAPA REGIONAL



Mapa 1: Área de concentração familiar (séc. XVII-XXI) *© OpenStreetMap contributors*

A família Azevedo Mendonça permaneceu num raio de aproximadamente 20km, durante quatro séculos, entre as freguesias de Coronado, Muro (Trofa) e Malta e Gião (Vila do Conde), padrão típico de proprietários rurais do Norte de Portugal.

GERAÇÃO I:

António de Azevedo Mendonça e Maria Torres Neves

Dados pessoais de: António de Azevedo Mendonça.

Nascimento: 13 de novembro de 1907, no Lugar de Matos, São Cristóvão do Muro, Trofa (à época, Santo Tirso) [(1)], [anexo I].

Pais: António Matos de Azevedo Mendonça e Albina Joaquina Ramos.

Padrinhos: António Francisco Fontes de Faria e Albina da Silva.

Casamento: Maria Torres Neves, no posto do Registo Civil de Alvarelhos.

Data de Casamento: 28 de outubro de 1928.

Data da dissolução do Casamento: 19 de março de 1962.

Data de falecimento: 20 de novembro de 1966, em casa de familiares, em São Pedro Fins, do Concelho da Maia.

Profissão: agricultor (proprietário rural).

Dados biográficos: Nasceu no seio de uma família proprietária de terras agrícolas e considerada abastada para a época, os chamados "Lavradores".
António Mendonça era o mais novo dos irmãos do sexo masculino. A sua infância foi marcada por uma vivência em meio rural, contudo escolarizada, com um estilo de vida que o distinguia claramente dos restantes camponeses. Frequentou a escola recém-inaugurada (1912), cujo edifício é a sede da atual Junta de Freguesia de São Cristóvão do Muro.

Após o casamento, administrou várias propriedades florestais e a casa agrícola em São Romão do Coronado, na Rua Padre Adélio Maia.
Do casamento com Maria Torres Neves teve doze filhos, alguns já faleceram, nomeadamente: Albina Neves Mendonça, António Neves Mendonça, Adelino Neves Mendonça, José Neves Mendonça, Manuel Azevedo Mendonça, Emília Neves Mendonça,

Albino Neves Mendonça e Inês Neves Mendonça.
Os restantes não se incluem por respeito à sua privacidade.
A forma como viveu e tratou a esposa impactou a família. Segundo relatos familiares, António Mendonça para as pessoas fora do núcleo familiar era descrito como alegre, bem-disposto e encantador, contudo no contexto familiar era impetuoso, dominador e temperamental. Devido aos seus casos extraconjugais, a sua vida conjugal foi "tensa", marcada por maus-tratos à esposa e aos filhos, especialmente aos mais novos. Por esta razão, e apesar de se viver em plena época do Estado Novo, de vigorar a Concordata, um acordo entre o Estado e a Igreja que reconhecia o casamento católico como preponderante e válido perante a lei civil, não obstante esse condicionalismo, o casamento civil chegou ao fim. As diligências do divórcio tramitaram no Tribunal da Póvoa de Varzim, processo 13/60, Juízo da primeira secção e arquivado no maço nº 221/2. O divórcio oficial ocorreu em 19 de março de 1962, tal como é referido no seu assento de batismo. Este divórcio foi um ato excecional para o contexto de um casamento civil da época.

De acordo com relatos dos filhos, António Mendonça, já antes do divórcio ter sido decretado, foi viver para Santo André, Aguçadoura, da comarca da Póvoa de Varzim e mais tarde para o Perelhal, termo de Barcelos, com uma senhora de nome: Carolina de Sousa Pereira.
Deste relacionamento resultaram mais seis filhos, os quais legitimou. O filho mais velho deste relacionamento, o Artur, já faleceu. Teve ainda outros relacionamentos dos quais resultaram mais filhos, mas que ficaram sem a paternidade reconhecida.

António Azevedo Mendonça faleceu em 20 de novembro de 1966, na casa do seu irmão Adelino Mendonça, no Lugar de Arcos, em São Pedro Fins, Concelho da Maia, provavelmente de doença prolongada e foi sepultado no jazigo granítico de família, no cemitério de São Cristóvão do Muro, no Concelho da Trofa.

(1) O assento de nascimento de "António de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia do Muro (Santo Tirso): Batismos, 1901 a 1907, pág./imag. 98, registo n.º 21, **PT/ADPRT/PRQ/PSTS14/001/0013 [m0098].**

Dados pessoais de: Maria Torres Neves.

Nascimento: 16 de outubro de 1906, no Lugar de Paiço, São Martinho de Barca, Concelho da Maia (2).

Pais: Joaquim da Costa Duarte Neves e Emília de Sousa Torres.

Padrinhos: José da Costa Duarte e Maria de Sousa Duarte.

Casamento: António de Azevedo Mendonça.

Data de Casamento: 28 de outubro de 1928.

Data da dissolução do Casamento: 19 de março de 1962.

Data de falecimento: 18 de abril de 1988, em sua casa.

Profissão: doméstica (proprietária rural).

Dados biográficos: Maria Torres Neves, segundo relatos de familiares, descendia de famílias abastadas para o seu tempo, os Neves e os Torres. Famílias com propriedades agrícolas, nas localidades de Barca e Vermoim, no Concelho da Maia. A presença da capela dos Torres e do único jazigo-oratório, neogótico, dos Neves no cemitério de Barca, onde repousam os seus pais, é a prova material e duradoura desse estatuto da época. Após o seu casamento com António de Azevedo Mendonça, no posto de Alvarelhos, foi viver para a casa agrícola, na Rua Padre Adélio Maia, em São Romão do Coronado.
Na época, os casamentos ainda eram orientados para aspetos práticos da vida. Estes eram frequentemente usados para definir direitos de propriedade, preservação de bens ou a respeitabilidade das famílias. Apesar disso, o casamento de Maria Neves com António Mendonça, que também descendia de famílias com propriedades agrícolas, foi realizado sob o regime de separação de bens. Embora o regime da comunhão de adquiridos fosse o mais comum e legalmente definido, os nubentes optaram pelo regime de separação de bens, uma escolha invulgar para a época, cujas razões permanecem desconhecidas.

Nesse tempo, as mulheres não tinham os mesmos direitos que os homens. O Código Civil de 1867, que esteve vigente até 1966, estabelecia que o marido era o chefe de

família incontestável, elas não podiam viajar sem o consentimento do chefe de família, não podiam votar, nem mesmo abrir uma conta bancária, salvo se tivessem autorização do marido.

As mulheres viviam sob o lema imposto pelo regime, "Deus, Pátria e Família", que as remetia para uma posição de submissão legal e social. O regime imposto pelo Estado Novo via a mulher como a guardiã da moral cristã e a peça central da estabilidade familiar. As suas funções principais eram a reprodução, a maternidade, a educação dos filhos e a gestão doméstica, sob a tutela dos maridos.

Enquanto viveu com o seu marido António Mendonça assegurou a reprodução, tendo com ele doze filhos. E, como esposa de proprietário rural, geria a complexa economia doméstica, supervisionava os trabalhadores e educava os filhos. Estas funções eram essenciais para o bom funcionamento de uma casa agrícola.
Contudo, à luz da visão da época, este casamento teria todos os requisitos para ser bem-sucedido; a verdade é que não o foi.
Depois da separação foi viver temporariamente com os seus filhos menores para a pequena casa que havia herdado, na Rua do Gestalinho, em Barca, Concelho da Maia. Esta separação marcou a sua vida para sempre.

Maria, em idade avançada, ainda viveu durante o período da democracia, pós-revolução do 25 de Abril de 1974, que consagrou a igualdade entre homens e mulheres. Contudo, sofria de doença cardíaca e era acompanhada quase diariamente pelo seu primo, o médico Dr. Germano Vieira Silva Torres, que vivia em Vermoim, muito próximo da casa onde ela vivia.

Maria Torres Neves faleceu em 18 de abril de 1988, na sua casa de família, na companhia de algumas das filhas e foi sepultada no cemitério de São Cristóvão do Muro, do Concelho da Trofa, onde jaziam os seus ex-sogros e o seu ex-marido.

(2) O assento de nascimento de "Maria Torres Neves" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Barca (Maia): Batismos, 1906-01-02 a 1906-12-29, Livro 36, pág./imag. 23, registo n.º 41, **PT/ADPRT/PRQ/PMAI02/001/0036 [m0023].**

GERAÇÃO II:

António Matos de Azevedo Mendonça e Albina Joaquina Ramos

Dados pessoais de António Matos de Azevedo Mendonça.

Nascimento: 3 de março de 1861, no Lugar de Matos, São Cristóvão do Muro, Trofa (à época, Santo Tirso) [3].

Pais: José de Azevedo Mendonça e Maria da Silva Matos.

Padrinhos: António da Silva Moreira e Joaquina da Silva Matos (sua tia materna). Casamento: Albina Joaquina Ramos.

Data de Casamento: 21 de julho de 1889, na Igreja Paroquial de Santo Estêvão de Gião, Vila do Conde [4].

Data de falecimento: 13 de março de 1950, em sua casa, no lugar de Matos, São Cristóvão do Muro, do Concelho da Trofa (à época, Santo Tirso).

Profissão: agricultor (proprietário rural).

Dados biográficos: Nasceu e sempre viveu no lugar de Matos, em São Cristóvão do Muro, numa das épocas de progresso para a região, mas também das mais conturbadas e transformadoras da história de Portugal. Ao longo da sua vida assistiu à chegada do comboio à Trofa, que aconteceu no contexto da expansão da Linha do Minho; decorria o ano de 1875 um período de auge da monarquia em Portugal. Vivenciou também a implantação da primeira República em Portugal, no ano de 1910. Foi nos anos seguintes que desempenhou um papel ativo na comunidade local. Ele exerceu funções de liderança na Junta de Paróquia entre 1910 e 1913, destacando-se na transição administrativa e implementação das novas leis republicanas. Nos anos de 1918 e 1920 exerceu as funções de Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão do Muro [5] como republicano [6], força política em ascensão após a queda da monarquia. Foi durante este período que a Junta de Freguesia do Muro, sob a sua liderança, adquiriu o terreno e se deu início ao processo para a construção do cemitério local, [anexo II], uma necessidade que já vinha a ser discutida há algum tempo devido à falta de espaço no adro da igreja para novos enterros.

Enquanto chefe de família, administrou várias propriedades florestais e a casa agrícola em São Cristóvão do Muro e São Romão do Coronado, Trofa.
Do casamento com Albina Joaquina Ramos, natural de Gião, Vila do Conde, teve os seguintes filhos: Maria Ramos Mendonça, Felisbina Ramos Mendonça, Albina Ramos Mendonça, Bento de Azevedo Mendonça, Lucinda Ramos Mendonça, Delfina Ramos Mendonça, Adelino de Azevedo Mendonça, José de Azevedo Mendonça e dois filhos com o nome de António.
O primeiro António faleceu logo após o nascimento. O segundo António nasceu no ano seguinte e é o António atrás referido na Geração I.

Como pai, destacou-se por um ato de grande visão: para evitar heranças indivisas e potenciais problemas futuros, repartiu ainda em vida as propriedades e os valores pelos filhos.
António Matos de Azevedo Mendonça foi sepultado no jazigo de família no cemitério de São Cristóvão do Muro no dia 14 de março de 1950.

(3) O assento de nascimento de "António Mattos de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia do Muro (Santo Tirso): Batismos, 1860-01-01 a 1862-12-31, Livro 6, pág./imag. 11, registo n.º 1, **PT/ADPRT/PRQ/PSTS14/001/0006 [m00011].**

(4) O assento de casamento de "António Mattos de Azevedo Mendonça" com "Albina Joaquina Ramos" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Gião (Vila do Conde): Casamentos, 1889-01-01 a 1889-12-31, Livro 35, pág./imag. 13, registo n.º 6, **PT/ADPRT/PRQ/PVCD10/002/0035 [m0006].**

(5) Revista Murense 2020, Revista anual nº 03 de dezembro de 2020, artigo "História do Nosso Cemitério".

(6) Revista Santo Tirso Arqueológico I nº 4 - 2º Série, página 87, Edição: Câmara Municipal de Santo Tirso; Depósito Legal: 216639/04; ISSN: 1646-0146.

Dados pessoais de Albina Joaquina Ramos.

Nascimento: 5 de maio de 1869, Santo Estêvão de Gião, Vila do Conde [7].

Pais: Joaquim Francisco Fontes de Faria e Antónia Joaquina de Jesus.

Padrinhos: Manuel Rodrigues de Sousa (avô materno) e Rosa Emília de Jesus.

Casamento: António Matos de Azevedo Mendonça.

Data de Casamento: 21 de julho de 1889, na Igreja Paroquial de Santo Estêvão de Gião, Vila do Conde.

Data de falecimento: 1 de junho de 1958, em sua casa, no lugar de Matos, São Cristóvão do Muro, do Concelho da Trofa (à época, Santo Tirso).

Profissão: doméstica (proprietária rural).

Dados biográficos: Albina Joaquina Ramos nasceu em Santo Estêvão de Gião, no seio de uma família que representava a elite agrária, cuja influência se fundamentava no prestígio da sua linhagem, no reconhecimento social e na posse secular de terras na região de Vila do Conde.
Quando analisamos a genealogia desta família, percebemos, através do seu assento de batismo, que o apelido Ramos não surge por acaso; ele advém da sua avó, Anna Joaquina Ramos, um nome que espelha a continuidade territorial que os Fontes de Faria já asseguravam há várias gerações. Esta importância social é, aliás, ainda hoje visível no cemitério de Gião, onde o mausoléu dos seus familiares permanece como um testemunho mudo, mas imponente, da proeminência da família da casa paterna.
O seu casamento com António Matos de Azevedo Mendonça representou a consolidação da família Azevedo Mendonça através da união com os Fontes de Faria. Esta aliança permitiu a manutenção do estatuto social da casa num século marcado por crises agrícolas e mudanças políticas profundas, fundindo o prestígio dos Azevedo Mendonça com o dos Fontes de Faria de Gião. Após o matrimónio, celebrado na Igreja de Santo Estêvão de Gião, Albina Joaquina Ramos viveu na casa agrícola localizada na Rua de Matos, em São Cristóvão do Muro, na Trofa (à época, Santo Tirso). As memórias que dela perduram descrevem uma pessoa de uma meiguice e generosidade raras, que conseguia manter a coesão de uma família numerosa e complexa, servindo de verdadeiro porto de abrigo. A sua natureza amiga da família manifesta-

va-se na atenção minuciosa aos detalhes: na preocupação constante com o bem-estar de cada um, no gesto atencioso que antecipava as necessidades alheias e na porta sempre aberta, tanto literal como figuradamente.
Segundo relatos de família, uma vez por semana, abria as portas de casa para dar sopa e pão aos pobres. Foi a figura em torno da qual a casa gravitava, não por imposição de autoridade, mas por uma força de atração feita de carinho e de uma lealdade inabalável aos laços de sangue. Dedicou-se inteiramente ao cuidado dos filhos, dos netos e também de uma bisneta, a Deolinda, filha da sua neta Albina, que a história e a memória familiar guardam com saudade.
Do seu assento de batismo consta a data do seu falecimento, a 1 de junho de 1958, tendo sido sepultada no jazigo de família no cemitério de São Cristóvão do Muro.

Fotografia da família de António Matos Azevedo Mendonça e Albina Joaquina Ramos (1916).

(7) O assento de nascimento de "Albina Joaquina Ramos" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Gião (Vila do Conde): Batismos, 1869-01-01 a 1869-12-31, Livro 15, pág./imag. n.º 10, registo n.º 15, **PT/ADPRT/PRQ/PVCD10/001/0015 [m00481].**

GERAÇÃO III:

José de Azevedo Mendonça e Maria da Silva Matos

Dados pessoais de José de Azevedo Mendonça.

Nascimento: 14 de março de 1821, Santa Cristina de Malta, Vila do Conde (à época, Terras da Maia) [8].

Pais: Manuel de Azevedo Mendonça e Joaquina Maria de Azevedo.

Padrinhos: José Francisco Porto e Rosa de Azevedo, ambos de Fajozes.

Casamento: Maria da Silva Matos.

Data de Casamento: 21 de maio de 1849, na Igreja de São Cristóvão do Muro, do Concelho da Trofa (à época, Santo Tirso) [9].

Data de falecimento: 4 de outubro de 1888, São Cristóvão do Muro, do Concelho da Trofa (à época, Santo Tirso) [10].

Profissão: agricultor (proprietário rural).

Dados biográficos: José de Azevedo Mendonça nasceu em Santa Cristina de Malta, no Concelho de Vila do Conde (à época, Terras da Maia), num período pré-guerra civil (Guerras-Liberais), numa época de prosperidade e desenvolvimento em Portugal. Com a ascensão do Liberalismo ao poder, após 1820, a sociedade portuguesa foi palco de profundas transformações políticas e sociais. A burguesia, que se sentira preterida durante séculos pela hegemonia política da nobreza, impulsionou medidas essenciais destinadas a desmantelar a estrutura aristocrática e senhorial do país. Entre estas medidas destacam-se a extinção dos morgadios e comendas, em 1834, e a abolição de tenças e mercês tradicionalmente pagas pela Coroa.

No seu assento de nascimento, verifica-se que o pai, Manuel de Azevedo Mendonça, assina como testemunha. A fluidez da sua caligrafia permite concluir que seria uma pessoa instruída, algo que, no início do século XIX, era um privilégio reservado às classes abastadas ou ao clero.

José, após o casamento, foi residir para a casa de sua esposa Maria da Silva Matos, para o lugar de Matos, em São Cristóvão do Muro, Trofa. Com ela teve, pelo menos, dois filhos, António Matos de Azevedo Mendonça e Lucinda Matos de Azevedo Mendonça.
Administrou várias propriedades florestais e a casa agrícola em São Cristóvão do Muro e São Romão do Coronado, Trofa.
Ofereceu também um dos cruzeiros da Via Sacra, caminho que liga a Igreja de São Cristóvão do Muro à capela de São Pantaleão. O cruzeiro contém um losango e está identificado com o n.º 10 [11]. O cruzeiro, embora permaneça como um marco físico inabalável, exibe hoje as marcas do tempo. A inscrição na base, com o seu nome, encontra-se já bastante desgastada e de difícil leitura.
Esta oferta pública evidencia que a sua família tinha capacidade económica, integração comunitária e estatuto social.

José de Azevedo Mendonça fez testamento antes de falecer, demonstrando preocupação com a transmissão legítima do seu património, e foi sepultado em caixão de chumbo no adro da Igreja de São Cristóvão do Muro.
O enterro no adro da igreja, e não já no interior da mesma, como gerações anteriores, como adiante analisaremos, reflete a proibição progressiva dos enterros intramuros imposta pelo Liberalismo após 1834, por razões de saúde pública. O caixão de chumbo é a resposta da família a essa nova realidade: a afirmação do estatuto pelos meios disponíveis na época.

---

(8) O assento de nascimento de "Jose de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1797-07-10 a 1835-05-06, Livro 5, pág./imag. n.º 85, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0005 [m0327].**

(9) O assento de casamento de "Jose de Azevedo Mendonça" com "Maria da Silva Mattos" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia do Muro (Santo Tirso): Casamentos, 1826-01-01 a 1859-12-31, livro 5, pág./imag. n.º 25, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PSTS14/002/0005 [m00025].**

(10) O assento de óbito de "Jose de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia do Muro (Santo Tirso): Óbitos, 1876-01-01 a 1895-12-31, Livro 8, pág./imag. n.º 83, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PSTS14/003/0008 [m00083].**

(11) Revista Murense 2021, Edição n.º 04, dezembro de 2021, artigo "Cruzeiros da Via Sacra: Um Património a Preservar".

Dados pessoais de Maria da Silva Matos.

Nascimento: 20 de julho de 1820, São Cristóvão do Muro, Santo Tirso [12].

Pais: Manuel da Silva Matos e Ana Maria da Silva.

Padrinhos: Padre João da Silva e Maria da Silva.

Casamento: José de Azevedo Mendonça.

Data de Casamento: 21 de maio de 1849, na Igreja de São Cristóvão do Muro, do Concelho da Trofa (à época, Santo Tirso).

Data de falecimento: data incerta.

Profissão: doméstica (proprietária rural).

Dados biográficos: Depois de casar com José de Azevedo Mendonça, na Igreja de São Cristóvão do Muro, viveu na casa agrícola localizada na Rua de Matos, em São Cristóvão do Muro, Trofa (à época, Santo Tirso).

Do casamento com José de Azevedo Mendonça teve pelo menos dois filhos, António Matos de Azevedo Mendonça e Lucinda Matos de Azevedo Mendonça, esta última faleceu no dia 28 de dezembro de 1877 [13], com apenas nove anos e seis meses de idade.
Não foi possível aferir a data do falecimento de Maria da Silva Matos.

(12) O assento de batismo de "Maria Silva Mattos" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia do Muro (Santo Tirso): Batismos, 1780-11-05 a 1826-00-03, Livro 4, pág./imag. n.º 92, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PSTS14/001/0004 [m0839].**

(13) O assento de óbito de "Lucinda Mattos de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia do Muro (Santo Tirso): Óbitos, 1876-01-01 a 1895-12-31, Livro 8, pág./imag. n.º 9, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PSTS14/003/0008 [m00009].**

GERAÇÃO IV:

Manuel de Azevedo Mendonça e Joaquina Maria de Azevedo

Dados pessoais de Manuel de Azevedo Mendonça.

Nascimento: 27 de maio de 1787, Santa Cristina de Malta, Vila do Conde (à época, Terras da Maia) [(14)].

Pais: Manuel de Azevedo Mendonça e Ana Maria da Costa.

Padrinhos: José de Sousa e Joaquina Rosa de Azevedo (ambos de Santa Maria de Vilar).

Casamento: Joaquina Maria de Azevedo.

Data de Casamento: 25 de fevereiro de 1813 [(15)].

Data de falecimento: incerta.

Profissão: agricultor (proprietário rural).

Dados biográficos: A sua vida decorreu num período marcado pela guerra entre liberais e absolutistas e pelas Invasões Francesas. Um período de grande instabilidade política e social, em Portugal.
Como proprietário rural foi certamente um dos habitantes da freguesia de Santa Cristina de Malta que vivenciou com consternação a passagem das tropas napoleónicas, comandadas por Soult, a poente da freguesia, pela que é hoje a Estrada Nacional EN306 (antiga estrada real), vindas da Ponte de D. Zameiro, também conhecida como Ponte d'Ave, ponte centenária que liga as margens do Rio Ave. Foi por ali que, entre 25 e 27 de março de 1809, o exército francês avançou em direção ao Porto. Desconhecemos, no entanto, se integrou a resistência das milícias populares, formadas pelos habitantes locais de freguesias vizinhas como Vairão, Fajozes, Gião e Macieira da Maia e Modivas, do Concelho de Vila do Conde, que se juntaram ao exército regular e ofereceram resistência às tropas francesas.
Os poucos dados biográficos que chegaram à atualidade constam essencialmente do seu assento de nascimento, que o seu pai também assina.

No referido assento, é indicado que o pai e o avô partilhavam o mesmo nome. Esta homonímia entre as gerações constitui um desafio metodológico, exigindo uma análise rigorosa de fontes complementares para confirmar a filiação. O que se torna apenas possível identificando os filhos e esposas.
Manuel de Azevedo Mendonça teve pelo menos três irmãos:

- José Azevedo Mendonça, nascido a 12 de março de 1781 [(16)];

- Vitória Azevedo Mendonça, nascida a 21 de julho de 1792 [(17)];

- Narciso de Azevedo Mendonça, nascido a 4 de julho de 1797 [(18)].

Ponte D. Zameiro, sobre o Rio Ave. Passagem secular da "Via Veteris" e testemunha da passagem das tropas francesas de Soult em março de 1809.

(14) O assento de batismo de "Manoel de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1767-07-19 a 1846-01-28, Livro 4, pág./imag. n.º 81, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0004 [m0860].**

(15) O assento de casamento de "Manoel d`Azevedo Mendonça" com "Joaquina Maria de Azevedo" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Fajozes (Vila do Conde): Casamentos, 1789-05-16 – 1813-04-28, Livro 4, pág./imag. n.º 40, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD07/002/0004 [m0862].**

Dados pessoais de Joaquina Maria de Azevedo.

Nascimento: 7 de março de 1785, São Pedro de Fajozes, Vila do Conde (à época, Terras da Maia) [19].

Pais: Manuel Domingues e Custódia de Azevedo.

Padrinhos: José de Azevedo e Maria de Azevedo.

Casamento: Manuel Azevedo Mendonça.

Data de Casamento: 25 de fevereiro de 1813.

Data de falecimento: incerta.

Profissão: doméstica (proprietária rural).

Dados biográficos: Os poucos dados biográficos que chegaram à atualidade constam do seu registo de nascimento e dos seus filhos.
Joaquina descende de famílias das freguesias de São Pedro de Fajozes, Mindelo e São Vicente de Tougues, do Concelho de Vila do Conde.
Teve pelo menos dois irmãos: José Azevedo e Maria de Azevedo.

---

(16) O assento de batismo de "Jose de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1767-07-19 – 1846-01-28, Livro 4, pág./imag. n.º 47, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0004 [m0826].**

(17) O assento de batismo de "Victoria de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1767-07-19 – 1846-01-28, Livro 4, pág./imag. n.º 110, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0004 [m0889].**

(18) O assento de batismo de "Narciso de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1767-07-19 – 1846-01-28, Livro 4, pág./imag. n.º 135, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0004 [m0914].**

(19) O assento de batismo de "Joaquina Maria de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Fajozes (Vila do Conde): Batismos, 1741-12-30 – 1788-10-23, Livro 3, pág./imag. n.º 87, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD07/001/0003 [m0590].**

GERAÇÃO V:

Manuel de Azevedo Mendonça e Ana Maria da Costa

Dados pessoais de Manuel de Azevedo Mendonça.

Nascimento: 5 de fevereiro de 1760, Santa Cristina de Malta, Vila do Conde (à época, Terras da Maia) [20].

Pais: Manuel de Azevedo Mendonça e Teresa Rosa de Sousa.

Padrinhos: M. Sr. Abade Francisco José e Maria (segundo nome ilegível).

Casamento: Ana Maria da Costa.

Data de Casamento: 12 de setembro de 1780 [21].

Data de falecimento: 18 de julho de 1812 [22].

Profissão: agricultor (proprietário rural).

Dados biográficos: Do registo de batismo e casamento, não foi possível identificar informação adicional, além dos pais e esposa. Do assento de óbito consta que faleceu de apoplexia (AVC), revela ainda que foi absolvido e ungido, tendo o ofício fúnebre contado com sete padres. Contudo, a identificação das suas irmãs permite situar a família no contexto local de Malta, onde aparecem documentadas: Maria Azevedo Mendonça, nascida a 19 de abril de 1763[23], Maria Rosa Azevedo Mendonça [24] e Joaquina Rosa Azevedo Mendonça, nascida a 19 de junho de 1758 [25].

(20) O assento de batismo de "Manoel de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1725-06-22 – 1767-05-01, Livro 3, pág./imag. n.º 81, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0003 [m0631].**

(21) O assento de casamento de "Manoel de Azevedo Mendonça" com "Anna Maria da Costa" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto-Paróquia de Malta (Vila do Conde): Casamentos, 1729-02-09–1789-05-23, Livro 3, pág./imag. n.º 63, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/002/0003 [m0763].**

Dados pessoais de Ana Maria da Costa.

Nascimento: data incerta.

Pais: Domingos Francisco, natural de Fajozes e Mariana da Costa, natural de Vilar, Vila do Conde (à época, Terras da Maia).

Padrinhos: desconhecidos.

Casamento: Manuel de Azevedo Mendonça.

Data de Casamento: 12 de setembro de 1780.

Data de falecimento: Data incerta.

Profissão: doméstica (proprietária rural).

Dados biográficos: Ana Maria da Costa teve pelo menos um irmão, José Francisco, e uma sobrinha chamada Maria [(26)]. O seu registo de nascimento na freguesia de Fajozes, Vila do Conde, contém os nomes dos seus avós paternos. Tal descrição é condizente com o seu registo de casamento.

(22) O assento de óbito de "Manoel de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Óbitos, 1768-07-05 – 1815-02-08, Livro 4, pág./imag. n.º 51, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/003/0004 [m1000].**

(23) O assento de batismo de "Maria de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1725-06-22 – 1767-05-01, Livro 3, pág./imag. n.º 88, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0003 [m0638].**

(24) Assento de casamento de "Maria Rosa de Azevedo Mendonça". Informação disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Mata (Vila do Conde): Casamentos, 1729-02-09 – 1789-05-23, Livro 3, pág./imag. n.º 65, sob registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/002/0003 [m0765].**

(25) O assento de batismo de "Joaquina Rosa de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1725-06-22 – 1767-05-01, Livro 3, pág./imag n.º 73, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0003 [m0623].**

GERAÇÃO VI:

Manuel de Azevedo Mendonça e Teresa Rosa de Sousa

Dados pessoais de Manuel de Azevedo Mendonça.

Nascimento: 6 de fevereiro de 1735, Santa Cristina de Malta, Vila do Conde (à época, Terras da Maia) [27].

Pais: Agostinho de Azevedo Mendonça e Florência Antónia de Azevedo, do seu primeiro casamento.

Padrinhos: António Gonçalves e Maria, ambos de Santa Cristina de Malta, Vila do Conde

Casamento: Tereza Rosa de Sousa.

Data de Casamento: 11 de setembro de 1757 [28].

Data de falecimento: data incerta.

Profissão: agricultor (proprietário rural).

Dados biográficos: A falta de registos biográficos específicos sobre Manuel de Azevedo Mendonça, para além dos registos paroquiais, não pode ser dissociada da complexa realidade administrativa e social do seu tempo.
Nascido numa freguesia sob a jurisdição da Ordem de Malta, a sua vivência foi certamente moldada por um enquadramento institucional singular. Esta jurisdição impunha uma estrutura sociojurídica distinta, pautada por um sistema de obrigações e privilégios que diferenciava os seus habitantes do restante território nacional, conferindo à elite local uma autonomia administrativa, com reduzida e, por conseguinte, menor interferência administrativa da Coroa e dos senhorios laicos comuns.
A título de exemplo, os habitantes das terras da Ordem de Malta desfrutavam de foros, isenção de impostos, justiça própria e direitos senhoriais; por outro lado, eram obrigados a manter um comportamento cristão exemplar, tanto na vida privada como na pública.
Enquanto os agricultores de outras regiões pagavam tributos pesados à Coroa ou

a outros senhores, os habitantes de Santa Cristina de Malta, como Manuel, viviam num verdadeiro "enclave" de privilégio. Manuel teria plena consciência de que o seu estatuto estava ligado à cruz branca de oito vértices que, ainda hoje, decora o edifício da junta e a bandeira da freguesia.

Toda esta região, durante séculos, esteve profundamente ligada à exploração agrícola, ao património religioso e à influência da emigração para o Brasil.

No que concerne à sua inserção social, a sua condição de filho de Agostinho de Azevedo Mendonça sugere que possuía a condição de uma certa "fidalguia" não titulada e, portanto, indicia uma pertença clara aos estratos superiores da região. A evidência genealógica aponta-o como descendente de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, morgado de Fajozes, instituição que vinculava o património da família e que, em simultâneo, confirma a sua ligação a uma linhagem de senhores da terra, como veremos adiante.

Esta ascendência não só é condizente com a informação acerca do estatuto de seu pai, como também certamente garantia a manutenção de redes de influência económica e familiar, vitais para a preservação do património e do nome da família na região.

A vida de Manuel de Azevedo Mendonça decorreu sob o reinado de D. João V, um período de profunda transformação da monarquia portuguesa. A estabilidade política, os influxos massivos de riqueza provenientes do Brasil e a dinâmica da Feira de Malta, também conhecida como a "Feira dos Porcos", uma das maiores da região, criaram as condições materiais necessárias para que Manuel pudesse gerir as colheitas e eventuais excedentes que alimentavam a região. Foi neste cenário que prosperou com autonomia, perpetuando o legado à geração seguinte da família Azevedo Mendonça.

(26) O assento de batismo de "Maria" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Fajozes (Vila do Conde): Batismos, 1741-12-30 – 1788-10-23, Livro 3, pág./imag. n.º 51, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD07/001/0003 [m0554].**

(27) O assento de batismo de "Manoel de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1725-06-22 – 1767-05-01, Livro 3, pág./imag. nº 22, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0003 [m0572]**.

Dados pessoais de Teresa Rosa de Sousa.

Nascimento: data incerta.

Pais: desconhecidos.

Padrinhos: até ao momento, não encontrámos o seu assento de nascimento.

Casamento: Manuel de Azevedo Mendonça.

Data de Casamento: 11 de setembro de 1757.

Data de falecimento: data incerta.

Profissão: doméstica (proprietária rural).

Dados biográficos: Através do assento de casamento celebrado em 1757, sabemos que Teresa Rosa de Sousa era natural do Lugar da Aldeia da Igreja, na freguesia de Santa Cristina de Malta (à época, Terras da Maia). A sua origem geográfica, no núcleo central da freguesia (Aldeia da Igreja), reforça o estatuto de proximidade e influência que a sua família detinha junto das instituições paroquiais.

Como esposa, Teresa Rosa desempenhou um papel vital na gestão e na estabilidade da casa agrícola, assegurando a continuidade da linhagem numa época de transição económica no Portugal pombalino. A sua união com Manuel de Azevedo Mendonça não foi apenas um compromisso doméstico, mas uma aliança estratégica que consolidou o património fundiário da família em Malta, garantindo a sucessão que viria a culminar nas gerações seguintes de proprietários rurais.

(28) O assento de casamento de "Manoel de Azevedo Mendonça" com "Theresa Rosa de Sousa" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Casamentos, 1729-02-09 – 1789-05-23, Livro 3, pág./imag. n.º 33, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/002/0003 [m0683].**

GERAÇÃO VII:

Agostinho de Azevedo Mendonça e Florência Antónia

Dados pessoais de Agostinho de Azevedo Mendonça.

Nascimento: 10 de setembro de 1699, Santa Cristina de Malta, Vila do Conde (à época, Terras da Maia) [29].

Pais: Tomás António de Mendonça e Domingas Gonçalves de Azevedo.
Padrinhos: Manuel Lage e sua mulher.

Casamento: Florência Antónia (primeiro casamento); casou uma segunda vez com a Ana Martinho, conforme o assento de óbito.

Data de Casamento: 27 de abril de 1732 [30].

Data de falecimento: 8 de novembro de 1758 [31].

Profissão: agricultor (proprietário rural).

Dados biográficos: Agostinho foi a figura central na fixação do apelido composto Azevedo Mendonça neste ramo familiar.
A sua certidão de casamento descreve algumas das suas circunstâncias de vida, como o facto de à data do seu primeiro casamento tanto seu pai, Tomás de Mendonça como a sua mãe Domingas de Azevedo já terem falecido. Assim como o pai da sua esposa, André António que, também ele já tinha falecido, a única parente próxima viva à data era a sua sogra, Maria Gonçalves.

Sabemos também que Agostinho Mendonça assinou como testemunha no batizado de Maria, filha legítima de Domingos Francisco e de sua mulher Mariana Domingues, que nasceu em 1 de junho de 1740 [32], [anexo III].
Ora, no século XVIII, a maioria da população rural e camponesa não tinha acesso à educação formal e, consequentemente, não sabia ler nem escrever. A capacidade de escrita em Portugal não era universal. Tal assinatura indicia que Agostinho Mendonça provavelmente pertencia a uma classe social mais abastada, o que se confirma dada a sua ascendência. Curiosamente, a sua ascendência é também confirmada no

trabalho de genealogia de Luís Moura Serra (Ascendência, Descendência e Colaterais) [33], onde encontrámos a primeira referência a ele, que é condizente com o seu assento de nascimento e confirma a sua descendência de Tomás António de Mendonça e Domingas de Azevedo. Nesse mesmo trabalho faz referência a mais quatro irmãos de Agostinho:

- D. Maria Salomé de Mendonça [34];

- D. Brígida de Mendonça;

- Gabriel de Mendonça [35];

- D. Victória Antónia de Azevedo Mendonça [36].

Estas fraternidades, marcadas pelo honorífico de "Dona", revelam uma estratégia de expansão e reforço do prestígio da casa Azevedo Mendonça nas Terras da Maia e Vila do Conde. As alianças matrimoniais das irmãs com famílias de relevo como a Lage, de Alvarelhos, destacando-se a união com os Vasconcelos de Vila do Conde, estabeleceram uma rede de influência que protegia os interesses fundiários e estratégicos da família na região.
Agostinho Mendonça jaz dentro da Igreja de Santa Cristina de Malta.

(29) O assento de batismo de "Agostinho de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1667-12-18 – 1752-06-18, Livro 2, pág./imag. n.º 19, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0002 [m0481].**

(30) O assento de casamento de "Agostinho de Azevedo Mendonça" com "Florencia" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Casamentos, 1729-02-09 – 1789-05-23, Livro 3, pág./imag. n.º 8, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/002/0003 [m0658]**.

(31) O assento de óbito de "Agostinho de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Óbitos, 1724-09-03 – 1768-06-11, Livro 3, pág./imag. n.º 36, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/003/0003 [m0735]**.

(32) O assento de nascimento de uma "Maria filha legítima de Domingos Francisco" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto- Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1725-06-22 – 1767-05-01, Livro 3, pág./imag. n.º 34, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0003 [m0583]** e seguinte.

Dados pessoais de Florência Antónia.

Nascimento: 24 de março de 1708[37].

Pais: André António e Maria Gonçalves.

Padrinhos: Domingos Ramos e sua mulher.

Casamento: Agostinho de Azevedo Mendonça.

Data de Casamento: 27 de abril de 1732.

Data de falecimento: 20 de maio de 1743[38].

Profissão: doméstica (proprietária rural).

Dados biográficos: Para compreendermos a verdadeira génese da linhagem "Azevedo Mendonça", precisamos de olhar para lá dos apelidos sonantes e focar a nossa atenção em Florência Antónia, nascida a 24 de março de 1708. O seu assento de nascimento revela-nos muito mais do que uma data. Neste documento é descrita como filha de André António e Maria Gonçalves. Florência não trazia consigo, à nascença, os apelidos compostos que mais tarde viriam a definir a sua descendência. No entanto, trazia algo muito mais valioso na época: uma rede de proteção e pertença que a ancorava profundamente àquela terra.
O seu batismo revela-nos logo um detalhe que não podemos ignorar. O seu padrinho foi o Padre Domingos Ramos. Este facto é absolutamente central para quem estuda esta família. Ao ser apadrinhada por um Ramos, Florência entrava, desde o berço, num círculo de confiança e prestígio que unia a Igreja à propriedade rural. É aqui, nesta aliança espiritual, que encontrámos o primeiro fio condutor que liga os Azevedo Mendonça à família Ramos. Uma ligação que atravessa gerações, reflexo da endogamia da terra tão característica das comunidades rurais do norte de Portugal, e que reaparece documentada na Geração II, com Albina Joaquina Ramos.
Sobre a vida de Florência entre o nascimento e o casamento pouco nos chegou, como era comum às mulheres do seu tempo. Mas esse silêncio foi quebrado em abril de 1732, quando com 24 anos casou com Agostinho de Azevedo Mendonça. O seu assento de casamento indica-nos que a cerimónia foi presidida pelo Abade Costa, a autoridade máxima da freguesia, o que nos diz muito sobre o peso social deste enlace.

Nesta altura, Florência já era órfã de pai. A sua união com Agostinho não foi, portanto, apenas um encontro de vontades, mas uma consolidação de destinos. Ao casar com o sucessor de Tomás António, Florência trouxe a legitimidade de quem era "da casa", uma filha de Malta que conhecia as propriedades, as gentes e os costumes. Esta transição de "Antónia" para "Azevedo" é a marca de uma mulher que, partindo de uma origem sólida, mas simples, ajudou a construir uma marca de família que atravessaria séculos.

Florência Antónia foi, em última análise, a matriarca que estabilizou a fortuna vinda de fora com a tradição local. Sem o seu sangue, sem o seu padrinho Ramos e sem a sua presença constante em Malta, a história dos Azevedo Mendonça teria sido apenas a de uma família de passagem. Com ela, tornou-se a história de uma dinastia local, que soube honrar a terra e a fé.

O seu assento de óbito revela que foi sepultada no interior da Igreja, em cerimónia presidida por Frei Manuel da Igreja Rebello Serão, clérigo da Ordem de Malta. Este privilégio de ter "jazigo intramuros" constituía um inequívoco marcador de distinção social, reservado apenas aos proprietários de maior relevo e benfeitores da comenda. A sua morte prematura, em 1743, encerrou o primeiro ciclo formativo deste ramo familiar, obrigando à reorganização da gestão patrimonial da Casa Azevedo Mendonça que sobreveio.

Igreja de Santa Cristina de Malta:
Antiga comenda da Ordem de Malta e local de sepultamento intramuros de Agostinho de Azevedo Mendonça (1758) e Florência Antónia (1743).

(33) Vide, Geneall, in "Casa da Serra, da Trofa. (Ascendência, Descendência e Colaterais)", (2004): https://pagfam.geneall.net/52/pessoas.php?id=1184011, consultado em 16/07/2025.

(34) O assento de casamento de "Maria Salomé de Mendonça" e de sua irmã "Vitoria de Azevedo Mendonça" estão disponíveis em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Apontamentos Diversos, 1667 a 1728, Livro 2 - M pág./ imag. 4, registo n.º 2, sob o registo **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/008/0002 [m0526].**

(35) O assento de batismo de "Gabriel de Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1667-12-18 a 1752-06-18, Livro 2, pág./ imag. n.º 13, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0002 [m0475]**.

(36) O assento de batismo de "Vitoria de Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1667-12-18 a 1752-06-18, Livro 2, pág./ imag. n.º 17, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0002 [m0479].**

(37) O assento de batismo de "Florencia Antonia" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1667-12-18 a 1752-06-18, Livro 2, pág./ imag. n.º 24, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0002 [m0486].**

(38) O assento de óbito de "Florencia Antonia" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Óbitos, 1724-09-03 a 1768-06-11, Livro 3, pág./imag. n.º 19, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/003/0003 [m0718]**.

GERAÇÃO VIII:

Tomás António de Mendonça e Domingas Gonçalves de Azevedo

Dados pessoais de Tomás António de Mendonça.

Nascimento: 14 de março de 1666, Santa Cristina de Cornes (atual Malta), Vila do Conde (à época, Terras da Maia) [39].

Pais: Domingos António Pinheiro e D. Joana Francisca de Mendonça.

Padrinhos: António Pedro Gramacho e sua mulher.

Casamento: Domingas Gonçalves de Azevedo.

Data de Casamento: 9 de agosto de 1684[40].

Data de falecimento: 24 de abril de 1724 [41].

Profissão: agricultor (proprietário rural).

Dados biográficos: Tomás António de Mendonça nasceu no período final da Guerra da Restauração, sob o reinado de D. Afonso VI. O seu nascimento ocorreu apenas dois anos antes da paz definitiva com Castela, assinada em 1668, numa época em que as elites locais reinvestiam os capitais acumulados no Ultramar na aquisição de terras em Portugal.
O assento de batismo de Tomás de Mendonça é um testemunho claro do prestígio que a família gozava na época. Ter como padrinhos António Pedro Gramacho e sua mulher não era um mero formalismo, era antes de mais um inequívoco indicador de distinção. Os Gramacho eram figuras de relevo no Entre-Douro-e-Minho, com forte presença no comércio marítimo e na administração de terras, sendo detentores das vastas propriedades que hoje integram o Parque de Avioso e a Quinta da Gruta, no Castelo da Maia. Algumas destas possessões chegaram aos nossos dias ainda na esfera da família, como a Quinta da Bela Vista (Fundação Gramacho), cuja proximidade geográfica e relevância patrimonial são familiares ao autor, que nelas reconhece marcos vivos da história local e pessoal. Esta ligação sugere que os Mendonça estavam plenamente integrados na elite regional das Terras da Maia e de Vila do Conde,

afirmando-se como uma das famílias influentes do Vale do Ave.
Um outro detalhe relevante que ressalta do seu assento de batismo é o tratamento dado à sua mãe pelo abade António Galhão, referindo-se a ela como "Ex.ª Dona Joana de Mendonça", [anexo IV]. Ora, no contexto de meados do século XVII, este superlativo de distinção, não obstante as restrições da Lei dos Tratamentos de 1611, era reservado apenas à "Nobreza da Terra". Este facto corrobora a tese do genealogista Serra, que identifica o pai de Tomás, Domingos António, como um abastado senhor que fez fortuna na Índia.
Tomás viveu também a mudança de identidade da sua freguesia. Foi paroquiano do abade Frei Manuel da Costa, responsável pela transição para a jurisdição da Ordem de Malta [(42)]. Assim, Tomás pertenceu à primeira geração a viver sob a autoridade desta ordem militar e religiosa, usufruindo dos foros e isenções fiscais típicos da mesma. Em última análise, Tomás representa a transição e a consolidação da fortuna vinda do comércio oriental e a sua conversão em património fundiário. Esta ascensão social foi um fenómeno comum àqueles que regressaram das colónias à Metrópole.

(39) O assento de batismo de "Thomas Antonio Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1593-03-13 a 1667-12-11, Livro 1, pág./imag. n.º 53, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0001 [m0433].**

(40) O assento de casamento de "Thomas Antonio Mendonça" com "Domingas Gonçalves de Azevedo" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Casamentos, 1674-08-19 a 1728-11-15, Livro 2, pág./imag. n.º 4, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/002/0002 [m0514].**

(41) O assento de óbito de "Thomas Antonio de Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Óbitos, 1673-11-19 a 1724-06-04, Livro 2, pág. n.º 23, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/003/0002 [m0550].**

(42) Vide, https://www.freg-maltacanidelo.pt/malta/historia.html, consultada em 7/08/2025.

Dados pessoais de Domingas Gonçalves de Azevedo.

Nascimento: não encontrámos o seu registo de nascimento.

Pais: não constam no assento de casamento.

Padrinhos: desconhecidos.

Casamento: Tomás António de Mendonça.

Data de Casamento: 9 de agosto de 1684.

Data de falecimento: 12 de janeiro de 1712[43].

Profissão: doméstica (proprietária rural).

Dados biográficos: Embora os registos paroquiais da época se limitem a identificar Domingas como "mulher de Tomás António de Mendonça", a sua existência terá sido marcada por uma atividade intensa e multifacetada. Como esposa de um proprietário rural de finais de seiscentos, Domingas deveria ter desempenhado um papel central na gestão da economia doméstica. Primordialmente, assegurou a continuidade da linhagem através da educação e do cuidado da sua prole. Teve, pelo menos, cinco filhos documentados e já referidos, destacando-se Agostinho de Azevedo Mendonça, figura fulcral na consolidação do apelido composto do ramo familiar em estudo.

Sabemos que viveu em Santa Cristina de Malta, contudo, da certidão de casamento com Tomás e Domingas, embora confirme o matrimónio, não fornece os nomes dos pais da noiva, o que é um facto relevante para a presente pesquisa. O mesmo acontece com o seu assento de óbito. Tal omissão era uma prática arquivística comum no século XVII.

(43) O assento de óbito de "Domingas de Azevedo" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Óbitos, 1673-11-19 a 1724-06-04, Livro 2, pág./imag. n.º 15, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/003/0002 [m0542].**

GERAÇÃO IX:

D. Joana Francisca de Mendonça e Domingos António Pinheiro

Dados pessoais de D. Joana Francisca de Mendonça

Nascimento: antes de 1656, Santo Emilião de Mariz, Barcelos [(44)].

Pais: Francisco Ferreira Furtado de Mendonça e mulher desconhecida (ilegítima de pais não casados).

Padrinhos: Garcia Miranda de Villar e de sua mulher Domingas.

Casamento: Domingos António Pinheiro.

Data de Casamento: data incerta.

Data de falecimento: data incerta.

Estatuto Social: Dona (proprietária rural).

Dados biográficos: De acordo com a informação vertida por Luís Moura Serra em "Casa da Serra, da Trofa (Ascendência, Descendência e Colaterais)", Joana seria filha de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Senhor dos Morgados de Mariz (Barcelos) e de Fajozes (Vila do Conde), e filha de D. Maria de Mendonça Dantas.
Esta filiação tem sido aceite nas genealogias locais, sem grande contestação devido ao facto de D. Joana Francisca de Mendonça aparecer documentada como filha de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça e de este ter casado com D. Maria Mendonça Dantas.
Esta família está documentada em registos de nobreza e arquivos históricos de Portugal, associada aos Morgados de Canidelo e Argemil e Fajozes.
Contudo, para pesquisar figuras históricas do século XVII, exige mergulhar em arquivos paroquiais e nobiliários, especialmente quando falamos de uma zona com tanta história como a região de Vila do Conde e Barcelos. Pesquisámos os registos de nascimento de São Tiago de Creixomil e Santo Emilião de Mariz da época e lá encontrámos o registo de nascimento de "Joana, datado de 1656".

Ora, pela análise documental e do cruzamento de diferentes fontes, somos levados a crer que Joana Francisca de Mendonça, não será certamente filha de D. Maria de Mendonça, mas poderá ser filha de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça. Senão vejamos: a informação vertida do trabalho de Alice Borges Gago [45], "O Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um arquivo de família(s)", na pág. 75, refere: "Maria de Mendonça que casou com Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, os quais, por sua vez, foram pais de Leonor Maria de Mendonça, Luís Carlos de Mendonça e de Francisca Luísa Ferreira Furtado de Mendonça, esta última trisavó de Miguel Pereira Forjaz", ou seja, ela não é ali referida de forma direta. Da consulta dos registos paroquiais de São Tiago de Creixomil, Barcelos, constam os respetivos assentos de nascimento destes filhos: Francisca Luísa Ferreira Furtado de Mendonça [46], Leonor Maria de Mendonça [47], [anexo V].

Na consulta ao registo da paroquial de Santo Emilião de Mariz, encontrámos o assento de nascimento de "Joana", de 1656, e no qual parece ser referido: "uma menina filha de uma mulher solteira, por nome Franc.ª que nasceu em casa de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça"… que recebeu o nome de Joana. [anexo VI].
Dada a proximidade entre estas duas igrejas, que distam entre si apenas pouco mais de dois quilómetros e sendo conhecida a ligação desta família Furtado de Mendonça a estas duas igrejas. Nada impedia que Joana fosse batizada na igreja de Santo Emilião de Mariz. A prática de batizar filhos naturais em paróquias limítrofes, ou onde a família detinha propriedades e influência, era comum para manter certa discrição ou por conveniência logística.

A ligação da família Furtado de Mendonça a estas duas igrejas era antiga, como será abordado adiante. Isso mesmo nos referem Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto, no trabalho "Da Caça De Mondragón à Guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513)" ... " o casamento entre Luís Ferreira Furtado de Mendonça e D. Guiomar de Meneses, que teve lugar na paróquia de Santo Emilião de Mariz" [48]. Este Luís Ferreira Furtado de Mendonça foi pai de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça. Nesse trabalho também refere que os testamenteiros de seu avô, homónimo, "Francisco Ferreira Furtado de Mendonça", conhecido como (O Velho), teve como testamenteiros o seu parente Francisco Ferreira Furtado, morador em Santo Emilião de Mariz, e Simão de Sousa, abade de Creixomil. Em face disto nada impedia que "Joana de Mendonça" fosse batizada na igreja de Santo Emilião de Mariz.
Apesar disso, parece haver aqui alguma divergência ou omissão por parte de Alice Borges Gago face ao trabalho de Luís Moura Serra, sendo por isso necessário aprofundar a pesquisa e, além de outras fontes primárias, analisar também evidências

circunstanciais que contribuam para a verdadeira identidade de "D. Joana Francisca de Mendonça".
Dessa busca encontrámos nos Registos do Catálogo da BNP (Catálogo do Fundo Almada e Lencastre Basto, ID de controlo 2215055), um documento de "Quitação que deu D. Joana Francisca de Mendonça a seu tio D. João Manuel de Meneses", datado de 30 de dezembro de 1685. D. João Manuel de Meneses, que foi o gestor da herança de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça e como tal, tinha a obrigação de pagar as "legítimas" ou dotes, inclusive aos filhos reconhecidos. Não obstante a relação de parentesco de "D. Joana Francisca de Mendonça" com "Francisca Luísa Ferreira Furtado de Mendonça" configurar uma relação de irmandade. Por outro lado, a designação da época de "sobrinha" é típica para filhos naturais integrados nas casas de famílias nobres.

Mas tal facto adensa ainda mais o mistério, por que razão Luís Moura Serra a classifica como filha de D. Maria Mendonça e Alice Borges Gago a omite ou a refere de forma oblíqua indicando apenas a localização documental, onde o documento de quitação se encontra arquivado. Tal disputa só pode ser interpretada da seguinte forma: Luís Moura Serra seguiu uma linha meramente nobiliária, enquanto Alice Borges Gago seguiu a linhagem legítima. De modo a esclarecer estas confusas ligações analisemos as provas circunstanciais.

No contexto do século XVII, a legitimação de filhos ilegítimos em Portugal era um processo complexo e demorado, que envolvia a igreja e a justiça real. A legitimação, formalizada através de cartas régias, buscava sanar a ilegitimidade e permitir que esses filhos tivessem acesso a heranças, embora frequentemente em condições inferiores às dos filhos legítimos.
No caso em particular desta família sabemos que quem ficou com os morgados de Mariz (Barcelos) e de Fajozes (Vila do Conde), foi a sua irmã Francisca Luísa Ferreira Furtado de Mendonça e que esta, na realidade, casou com D. João Manuel de Meneses. Francisca Luiza foi sepultada na capela de São João [49], dentro da Igreja de São Bento, em Vairão, Vila Do Conde. Muito próximo de Santa Cristina de Malta onde a família com o apelido composto "Azevedo Mendonça" apareceu.

O seu meio irmão, Luís Carlos, ficou com o morgado de Canidelo. Sabemos também que ele emprestava dinheiro ao convento de Vairão [50]. Ele foi também fidalgo e cavaleiro da ordem de Cristo. Luís Carlos tinha igualmente interesses patrimoniais na freguesia de Vilar do Pinheiro, então Terras da Maia, como o atesta uma carta precatória de 3 de julho de 1664, conservada no Arquivo de Família Almada e Lencastre Bastos,

na Biblioteca Nacional de Portugal, Id: ALB/ROMA/36142-36186. Contudo, por falta de descendência legítima também este morgado de Canidelo passaria em sucessão para sua irmã Francisca Luísa Furtado de Mendonça e D. João Manuel de Meneses.
Luís Ferreira Furtado de Mendonça, avô de Francisca, Leonor, Luís Carlos e Joana usufruiu da capitania de uma nau da Índia, a "São Boaventura", cedida pelo seu falecido sogro. Casou a primeira vez com D. Guiomar de Meneses, bisneta de Duarte Pacheco Pereira, que ingressou em data incerta no mosteiro de Vairão (Vila do Conde), e de lá saiu pouco antes de casar.
Francisco Ferreira Furtado de Mendonça além de Morgado de Argemil e Fajozes foi também Moço Fidalgo. O seu sogro Gaspar Reis Dantas foi Cavaleiro da Ordem de Cristo. Certamente não será uma coincidência, "D. Joana Francisca de Mendonça" ter casado com Domingos António, que fez fortuna na Índia e ter ido viver em Santa Cristina de Malta. Esta localidade à época pertencia à comenda da Ordem de Malta, em Portugal [51] e como já referido os seus habitantes tinham grandes foros, isenções e privilégios.

Acresce o facto de Santa Cristina de Malta, Fajozes, Vairão, Creixomil e Mariz, Barcelos, ficarem muito perto de um dos principais caminhos que ligava a cidade do Porto a São Tiago de Compostela, a "Via Veteris", e onde à época, existia uma das únicas pontes de passagem, a ponte "D. Zameiro". A "Via Veteris" não era apenas um caminho, era a espinha dorsal que ligava de forma definitiva essas localidades na época. Em meados do século XVII, as redes de estradas não eram como as conhecemos hoje, e as grandes vias de comunicação seguiam rotas ancestrais. A "Via Veteris" funcionava como uma dessas principais artérias, ligando a cidade do Porto a Viana do Castelo, Barcelos, Ponte de Lima e Tuy, na Galiza. Ao longo desta via existiam inúmeras albergarias, pois este era um dos caminhos de São Tiago.

Da análise combinada da documentação existente e das provas circunstanciais permite-nos inferir que a filiação paterna, tal como proposta por Luís Moura Serra, é consistente com os factos disponíveis. O casamento de Joana com Domingos António, um indivíduo que fez fortuna na Índia e ir viver para Santa Cristina de Malta ecoa na trajetória de figuras proeminentes da sua linhagem, nomeadamente com seu avô Luís Ferreira Furtado de Mendonça, de quem falaremos adiante e Gaspar Reis Dantas. Este facto reforça o padrão de endogamia territorial desta linhagem, concentrada num raio geográfico restrito entre Barcelos, Vila do Conde e o termo do Porto, num período em que a baixa densidade populacional do Entre-Douro-e--Minho tornava os casamentos e as alianças patrimoniais dentro das mesmas redes locais não apenas comuns, mas praticamente inevitáveis.

Assim, podemos concluir com um grau de certeza elevado que, a filiação paterna de Joana Francisca de Mendonça, tal como proposta por Luís Moura Serra, é consistente com a realidade documental, ainda que a sua origem seja de natureza natural (ilegítima). Em todo caso ainda temos um fator de crucial importância para a análise de toda a problemática em torno da paternidade de D. Joana de Mendonça e que se prende com as datas do seu assento de nascimento. O assento de nascimento de D. Joana de Mendonça é de 1656 e o do seu filho Tomás António de Mendonça, que data de 1666. Estas datas colidem em termos biológicos com o assento de nascimento do seu filho Tomás António de Mendonça. Tal divergência vem reforçar a ideia de que D. Joana Francisca de Mendonça, enquanto filha natural, não terá sido batizada logo à nascença, contando já com alguma idade quando recebeu o sacramento. Tal facto, embora não fosse a prática mais comum, está documentado em casos de filhos ilegítimos da nobreza, especialmente quando havia negociações sobre reconhecimento paterno e transmissão de legítimas.

Assim, podemos concluir que, Luís Moura Serra provavelmente se baseou nas "Memórias de Família" ou nobiliários que tendiam a "limpar" as origens naturais, enquanto Alice Gago baseou-se na sucessão documental dos bens vinculados aos morgadios, onde Joana, por ser natural, não tinha lugar de herdeira principal.
O elo de D. Joana com a Casa de Argemil transcende largamente o seu assento de batismo de 1656, confirmando-se pela sua presença no universo jurídico da família Furtado de Mendonça décadas depois do seu nascimento. No documento de quitação na Biblioteca Nacional de Portugal, ID: 2215055, de 30 de dezembro de 1685, no qual D. Joana de Mendonça figura como outorgante perante o administrador da casa paterna, provando ser beneficiária de dotes ou legítimas. A conservação deste registo no arquivo privado da família (Almada e Lencastre Bastos) ratifica o seu reconhecimento social e sucessório sob o estatuto de "sobrinha", selando a sua integração na fidalguia local.

Quanto à identidade da mãe biológica de D. Joana Francisca de Mendonça, no entanto, continua a ser uma incógnita que carece de documentação adicional para ser esclarecida. Apesar de D. Joana Francisca de Mendonça fazer parte integrante do núcleo familiar dos Furtado de Mendonça, dada a condição de filha natural, não teve as mesmas condições no processo de sucessão dos vínculos de Canidelo, Fajozes e Argemil que os seus irmãos tiveram. Prova disso, é que numa sociedade do século XVII, uma mulher ter o seu nome num documento de quitação da BNP é por si só um ato de afirmação. As mulheres da fidalguia do século XVII em Portugal ocupavam um lugar de centralidade doméstica e invisibilidade pública.

Contudo, a sua condição não se encerrou na sua origem de nascimento, mas sim na afirmação do seu legado. Ao assegurar o seu lugar jurídico através da quitação de legítimas perante a administração da Casa paterna e ao fundar, ao lado de Domingos António Pinheiro, uma nova centralidade em Santa Cristina de Malta, Joana transformou o prestígio de Mariz numa realidade territorial concreta em Vila do Conde. A sua vida é a prova material de que o sangue apenas confere um nome, mas a determinação em garantir a continuidade da linhagem é que constrói a história. D. Joana Francisca de Mendonça não é recordada apenas pelo que foi, uma descendente da fidalguia de Argemil, mas sim pelo que realmente fez em vida: lançou as fundações de um tronco familiar que, através da sua resiliência, moldaria a identidade dos Azevedo Mendonça por mais de três séculos.

(44) O assento de nascimento de "Joana" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital de Braga – Paróquia de Mariz (Barcelos): Batismos, 1628 a 1674, Livro 2, pág./imag. n.º 26, sob o registo: **PT/UM/ADB/PRQ/PBCL46/001/0002 [00136].**

(45) Gago, Alice Borges (2019). «O Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um arquivo de família(s)«. Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, 32(1), pp. 39-98.

(46) e (47) O assento de nascimento de "Francisca Luísa Ferreira Furtado de Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital de Braga – Paróquia de Creixomil (Barcelos): Batismos, 1644 - 1715, Livro 3, pág./imag. n.º 4, sob o registo: **PT/UM/ADB/PRQ/PBCL27/001/0003 [00978].**

(48) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012) – «Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII». Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 268.

(49) Vide,http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5369, consultada em 23/08/2025.

(50) PINTO, Pedro (2010). «Catálogo do Fundo Almada e Lencastre Basto na Biblioteca Nacional de Portugal». [Versão provisória]. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. BNP/ALB/ANTT/PASTA 29/CX.1, doc. n.º 1205.

Dados pessoais de Domingos António Pinheiro.

Nascimento: data incerta.

Pais: não constam no assento de casamento.

Padrinhos: até ao momento, não encontrámos o seu assento de nascimento.

Casamento: D. Joana Francisca de Mendonça.

Data de Casamento: Incerta.

Data de falecimento: 25 de abril de 1688 [52].

Estatuto Social: agricultor (proprietário rural).

Dados biográficos: Domingos António Pinheiro, de acordo com o trabalho de genealogia de Luís Moura Serra, "Casa da Serra, da Trofa. (Ascendência, Descendência e Colaterais)" casou com D. Joana Francisca de Mendonça, era muito abastado e terá estado, em princípio, na Índia. O seu casamento com D. Joana de Mendonça não deve ser interpretado como um enlace afetivo, mas antes como um ato de recomposição social, ele aportava o capital necessário para a manutenção do prestígio familiar, enquanto Joana, apesar da sua condição de filha natural, representava o capital simbólico do sangue e das redes de influência da Casa de Argemil e Fajozes.

A análise do apelido "Pinheiro" indicia uma possível ascendência nos Pinheiros de Barcelos, carecendo, contudo, de confirmação documental. Sabemos que faleceu em Santa Cristina de Malta.

(51) Vide, https://ordemdemalta.blogspot.com/2014/06/visita-antiga-comenda-de-malta-vila-do.html, consultada em 23/08/2025.

(52) O assento de óbito de "Domingos Antonio Pinheiro" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Óbitos, 1673-11-19 a 1724-06-04, Livro 2, pág./imag. n.º 5, sob o registo: **PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/003/0002 [m0532].**

GERAÇÃO X:

Francisco Ferreira Furtado de Mendonça

Dados pessoais de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça

Nascimento: cerca de 1604.

Pais: Luís Ferreira Furtado de Mendonça, fruto do seu segundo casamento com D. Francisca Correia da Silva.

Padrinhos: até ao momento, não encontrámos o seu assento de nascimento.

Casamento: D. Maria Mendonça Dantas.

Data de Casamento: cerca de 1641[53].

Data de falecimento: incerta; faleceu antes de 23 de agosto de 1663.

Estatuto Social: cavaleiro-fidalgo da Casa Real, morgado de Fajozes e Argemil.

Dados biográficos: Somos informados por Luís Moura Serra, "Casa da Serra, da Trofa. (Ascendência, Descendência e Colaterais)" que Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, foi cavaleiro-fidalgo da Casa Real e morgado de Argemil e Fajozes. Isso é confirmado por Carvalho, Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto. «Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII.
Em 1641 casou-se com D. Maria Mendonça Dantas, filha de Gaspar dos Reis Dantas e D. Leonor Correia de Mendonça. Deste casamento nasceram os filhos, Luís Carlos Furtado de Mendonça, Leonor Maria e Francisca Luísa Ferreira Furtado de Mendonça que casou com D. João Manuel de Meneses, filho de D. Afonso de Meneses, senhor de Ponte da Barca e que sucedeu na posse dos morgados de Fajozes e Argemil.
Da informação vertida no texto de Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto, e no qual se referem que: "Francisco Ferreira Furtado de Mendonça veio a falecer em 1653, deixando órfão seu filho, Luís Carlos, com cerca de sete anos, pois a mãe sucumbira, dois anos antes, a um surto de bexigas" [54].
Após pesquisa exaustiva nos registos paroquiais de óbito, de Mariz, Barcelos, encon-

trámos o assento de óbito de D. Maria de Mendonça [55], [anexo VII], o qual nos confirma que a data do seu falecimento é a mesma que a indicada por Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto como data de falecimento de 1651. Já no que se refere à data de óbito de Francisco Ferreira Furtado divergimos. Nesse mesmo assento de óbito de D. Maria de Mendonça, em nota de rodapé, faz-se uma menção que "Francisco Ferreira Furtado" faleceu a 23 de agosto de 1663. Numa nota lateral refere-se também que foram pagos 5.000 réis para 20 missas. Fizemos nova pesquisa nos registos paroquiais para genealogia de Creixomil e Mariz e encontrámos em Mariz um assento de óbito que indica que a data do falecimento poderá ter ocorrido em 1662 [56], [anexo VIII]. Esta data não coincide com o que é referido no assento de óbito de D. Maria Mendonça, nem a data indicada por Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto. Essa mesma divergência da data do seu falecimento é encontrada numa escritura de emprazamento feita por "Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, morador na Quinta de Argemil, termo de Barcelos, a Catarina Cortes Ribeira, viúva e moradora na Póvoa de Varzim. Pelo tabelião [...] e na presença de testemunhas do campo da Lagoa, situado na Póvoa de Varzim, e outras propriedades". Tal escritura tem a data de 1 de fevereiro de 1661 e consta do acervo documental da Arquivo da Família Vasconcelos de Vila do Conde, depositado no Arquivo Municipal, Centro de Memória, do mesmo Concelho, cota 3492, C5, Capa 8.

Assim sendo, devemos considerar a data do óbito de "Francisco Ferreira Furtado de Mendonça" como incerta, ou em alternativa indicar como data de falecimento "incerta, antes de 23 de agosto de 1663".

O assento de óbito de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça revela-nos, de forma surpreendente, que foi sepultado na Igreja Colegiada de Barcelos, na Capela do Santíssimo Sacramento junto a D. Maria de Mendonça. Esta capela dentro da Igreja, por se encontrar junto ao altar era em meados de 1660 o local de maior prestígio dentro da Igreja Matriz de Barcelos. O assento de óbito de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça refere o seguinte: "hermitado foy benemeranza do Snhor de Sacramento", isto significa que ele era um grande benfeitor da Confraria do Santíssimo Sacramento. O que lhe conferia sepultura privilegiada, muito próximo do altar. Por outro lado, o termo "Hermitado" sugere que ele poderia ter financiado parte da capela.

Da leitura atenta ao assento de óbito manuscrito de sua esposa, D. Maria de Mendonça, confirma não só o local do jazigo, mas também o cumprimento das disposições piedosas da família, tendo sido despendida a vultosa quantia de 5.000 réis em missas de sufrágio. Este valor, pela sua magnitude em meados de seiscentos, não só assegurava a pompa fúnebre, mas também o acompanhamento do clero da Igreja Colegiada de Barcelos, e, em simultâneo, garantia a perpétua memória do nome "Furtado de Mendonça" nas intenções litúrgicas do altar, vinculando a salvação da

alma à ostentação da casa. A magnitude deste sufrágio, associada ao privilégio do "enterramento intramuros", constitui um forte indicador de que Francisco Ferreira Furtado de Mendonça deteria o estatuto na referida Capela, exercendo um papel de relevo na mesma.

A Capela do Santíssimo Sacramento ainda existe e é um dos espaços mais deslumbrantes da Igreja Matriz, em Barcelos. Embora a lápide já não seja visível no pavimento atual da Igreja, facto confirmado pelo autor numa visita pessoal à Igreja Colegiada de Barcelos na companhia do Pároco, possivelmente devido às reformas estruturais e pavimentações posteriores, o seu óbito e local de descanso encontram-se documentados.Um facto verdadeiramente revelador é que os referidos manuscritos assentos de óbito da Paróquia de Mariz apontam para um falecimento de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça entre 1662 e 1663, pelo que se adota neste trabalho a formulação 'incerta; faleceu antes de 23 de agosto de 1663'.

Esta correção tem implicações diretas não só na biografia de Luís Carlos Furtado de Mendonça, que não terá ficado órfão de pai aos sete anos, mas sim já em idade adulta, com cerca de dezassete a dezoito anos. Mas também confirma a condição necessária para a filiação natural de D. Joana Francisca de Mendonça referida na Geração IX: se Francisco tivesse falecido em 1653, como referem Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto, seria biologicamente impossível que Joana, nascida em 1656, fosse sua filha.

Igreja Colegiada de Barcelos, local de sepultura de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça (1662 ou 1663) e de D. Maria de Mendonça (1651), na Capela do Santíssimo Sacramento.

(53) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 277.

(54) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 278.

(55) O assento de óbito de "D. Maria de Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital de Braga – Paróquia de Mariz (Barcelos): Óbitos, 1633 a 1661, livro 15, pág./imag. n.º 16, sob o registo: **PT/UM/ADB/PRQ/PBCL46/003/0015 [00198].**

(56) O assento de óbito de "Francisco Ferreira Furtado" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital de Braga – Paróquia de Mariz (Barcelos): Óbitos, 1633 a 1661, pág. n.º 18/23, sob o registo: **PT/UM/ADB/PRQ/PBCL46/003/0015 [00200].** (Nota: apesar da catalogação indicar 1661, o livro contém registos até 1662)

GERAÇÃO XI:

Luís Ferreira Furtado de Mendonça e D. Francisca Correia da Silva

Dados pessoais de Luís Ferreira Furtado de Mendonça

Nascimento: cerca de 1568.

Pais: Francisco Ferreira Furtado de Mendonça e D. Antónia de Sousa.

Padrinhos: até ao momento, não encontrámos o seu assento de nascimento.

Casamento: D. Guiomar de Meneses (primeiro casamento) e D. Francisca Correia da Silva (segundo casamento).

Data de Casamento: cerca de 1597 [57] (primeiro casamento) e cerca de 1603 (segundo casamento) [58].

Data de falecimento: entre 10 de abril e setembro de 1614 [59].

Estatuto Social: Capitão da Armada de Portugal, morgado de Fajozes e de Argemil.

Dados biográficos: Não encontrámos o assento de nascimento de Luís Ferreira Furtado de Mendonça. Contudo, a documentação relativa à sua biografia é bem conhecida. Não seria o primeiro na linha de sucessão de seus pais, mas devido ao seu irmão Rui Ferreira Furtado de Mendonça não ter filhos legítimos, os morgados que possuía passaram para ele.
Casou, a primeira vez, com D. Guiomar de Meneses, filha legitimada do Comendador João Fernandes Pacheco, e neta daquele a quem Luís de Camões chamou de o "Aquiles Lusitano", Duarte Pacheco Pereira. Presumivelmente um casamento combinado entre o Comendador e o tutor da sua única filha, Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, pai de Luís Ferreira Furtado de Mendonça.
D. Guiomar de Meneses, até pouco antes de casar, viveu enclausurada no convento de Vairão.
Sabemos que, devido ao facto de Luís Ferreira Furtado de Mendonça ter conhecido carnalmente a irmã da mãe de D. Guiomar, de nome Justa, antes de casar tiveram de

pedir dispensa nupcial ao Papa Clemente VIII [60].
Deste casamento nasceu o filho, Francisco Pacheco de Mendonça, crismado com o nome de Duarte Pacheco Pereira, homónimo do seu bisavô.
D. Guiomar de Meneses faleceu, em Canidelo, em data desconhecida, em casa de seu cunhado Rui Ferreira Furtado de Mendonça, após doença prolongada e depois de ali se ter deslocado o Dr. Rodrigo de Meireles, de Vila do Conde [61].
Luís Ferreira Furtado de Mendonça, antes de embarcar para o Brasil com uma Companhia de Infantaria, fez testamento, em 28 de outubro de 1600, em casa de seu irmão Rui Ferreira Furtado de Mendonça, em Argemil (Barcelos). Incumbindo-o de tomar conta de seu filho mais velho e de prosseguir com as demandas que tinha com a quinta em Muge, em Santarém (a Quinta do Vigário), das suas casas em Lisboa e da Quinta do Andaluz, propriedades de sua falecida mulher D. Guiomar de Meneses [62].
Luís Ferreira Furtado de Mendonça, após o falecimento de D. Guiomar de Meneses, voltaria a casar com D. Francisca Correia da Silva, filha de Pero da Silva, chanceler-mor da Índia, e de D. Mécia Ferreira. D. Francisca da Silva viria a herdar o morgado da Coelha, instituído por João Gonçalves [63].
Deste segundo casamento nasceram três filhos, Pero Furtado de Mendonça, Fernão Furtado de Mendonça e Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, anteriormente mencionados.
Luís Ferreira Furtado de Mendonça foi armado cavaleiro da Ordem de Cristo, em 17 de maio de 1610.
No ano seguinte fez a viagem para a Índia com regresso pelo Brasil, para ir buscar fazenda, a bordo da nau "Nossa Senhora de Jesus". Viagem que seria bem-sucedida.
Em 1614 a Armada organizou uma nova viagem à Índia, com cinco naus e duas urcas, as naus foram confiadas a D. Manuel Coutinho. Saíram de Lisboa em dois grupos: o primeiro no dia 8 de abril, o segundo grupo do qual fazia parte a nau "São Boaventura", comandada por Luís Ferreira Furtado de Mendonça, partiu dois dias depois.
No golfo da Guiné, devido às frequentes calmarias, morreram muitos passageiros e tripulantes, entre os quais o "Luís Ferreira Furtado de Mendonça", capitão da nau "São Boaventura" [64].
Maria Hermínia Maldonado [65] diz-nos o seguinte: "Dom Manuel Coutinho capitão-mor de cinco naos partio a 8 de Abril. Capitaes: os três que avião partido o anno passado, e arribado, e João Soares Henriques. Na monção de Setembro do mesmo anno chegarão a Goa o Capitão-mor, e Manoel de Vasconcelos, e a não de Luis Furtado porque elle morreo na viagem".
Trágicos seriam também os destinos dos seus dois filhos, Pero Furtado de Mendonça e Fernão Furtado de Mendonça, que também faleceram a caminho da Índia, tal como seu pai, não temos a data exata das partidas.

O filho de D. Guiomar de Meneses "Duarte Pacheco Pereira" recebeu uma mercê para ser governador em Goa. Sabemos que completou a viagem, mas nunca exerceu o posto. Casou, na Índia, com D. Maria de Lima, filha de Duarte Brandão de Lima e D. Beatriz de Sousa. Deste casamento teve uma filha D. Beatriz Pacheco.
Por morte de seu tio Rui Ferreira Furtado de Mendonça, Duarte Pacheco Pereira herdou os morgados da família, mas faleceu em Goa a 19 de outubro de 1635. A sua filha Beatriz faleceu pouco tempo depois, sem descendência, razão pela qual os morgados passaram para o seu único tio vivo: o Francisco Ferreira Furtado de Mendonça da Geração X.

(57) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 268.

(58) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 270, nota 227.

(59) Vide,pt.wikipedia.org/wiki/Armadas_da_%C3%8Dndia#cite_refBN_Lisboa_1640_5-13,consultado 1/10/2025

(60) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 269, nota 219.

(61) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 269, nota 221.

(62) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p.p. 269 e 270.

(63) Vide, https://urn.bnportugal.gov.pt/bibliografia/unimarc/txt?id=1952945, consultado em 1/10/2025

(64) BETTENCOURT, José António (2008). "A nau Nossa Senhora da Luz (1615) no contexto da carreira da Índia e da escala dos Açores: uma abordagem histórico-arqueológica". Dissertação de mestrado. Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

Dados pessoais de D. Francisca Correia da Silva.

Nascimento: data incerta.

Pais: Pero da Silva, chanceler-mor da Índia, e de D. Mécia Ferreira.

Padrinhos: até ao momento, não encontrámos o seu assento de nascimento.

Casamento: Luís Ferreira Furtado de Mendonça.

Data de Casamento: antes de 31 de dezembro de 1603[66].

Data de falecimento: depois de 8 de junho de 1656.

Dados biográficos: Casou com Luís Ferreira e com ele teve os 3 filhos já referidos, Pero Furtado de Mendonça, Fernão Furtado de Mendonça e Francisco Ferreira Furtado de Mendonça.
Apesar da riqueza, as crónicas da época referem-se a ela de forma limitada, e a sua memória foi ofuscada pelos homens da sua família.

Sabemos, contudo, que teve uma vida longa, sobrevivendo ao marido e a dois dos seus filhos. Viveu, pelo menos, até 8 de junho de 1656, data em que, já em idade avançada, se viu na necessidade de peticionar uma pensão de alimentos [67]. Este documento é um testemunho da precariedade em que muitas vezes mergulhavam as viúvas da fidalguia após a perda dos seus entes masculinos nas armadas do Oriente.

(65) MALDONADO, Maria Hermínia (leit. e anot.) (1985). «Relação das Náos e Armada da Índia» [British Library, Códice Add. 20902]. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. p. 125.

(66) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 270, nota 227.

67) Vide, https://urn.bnportugal.gov.pt/bibliografia/unimarc/txt?id=1940996, consultado em 2/10/2025

GERAÇÃO XII:

Francisco Ferreira Furtado de Mendonça e D. Antónia de Sousa

Dados pessoais de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça

Nascimento: cerca de 1540.

Pais: Rui Ferreira Furtado de Mendonça e D. Filipa de Ataíde.

Padrinhos: até ao momento, não encontrámos o seu assento de nascimento.

Casamento: D. Antónia de Sousa.

Data de Casamento: cerca de 1565.

Data de falecimento: depois de 16 de fevereiro de 1596.

Estatuto Social: Fidalgo da Casa Real, Morgado de Fajozes, Argemil e Canidelo.

Dados biográficos: Somos informados que Francisco Ferreira Furtado de Mendonça era filho de Rui Ferreira Furtado e de D. Filipa de Ataíde, sendo Irmão de Álvaro Ferreira. Foi fidalgo da casa Real, Morgado de Fajozes e Argemil. Casou com Antónia de Sousa, em 1565, e passou a administrar também o morgado do Canidelo (Gaia), por dote de Maria Nunes Pinta, sua sogra.

Francisco Furtado de Mendonça, como referimos, foi nomeado tutor de D. Guiomar de Meneses pelo pai, o Comendador João Fernandes Pacheco; foi também seu testamenteiro. O casamento entre os filhos de ambos certamente que terá sido combinado antes da morte do Comendador, que ocorreu em 31 de outubro de 1590. D. Guiomar, à data menor de idade, encontrava-se enclausurada no Mosteiro de Vairão, com uma fortuna estimada de 1 800 000 reais.

O casamento entre os filhos de ambos tinha sido previamente acordado, já que o Comendador, uns anos antes de falecer, cedeu a Luís Ferreira uma mercê, que D. Sebastião lhe concedera de uma capitania de nau para a Índia.

Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, antes de falecer, fez testamento [68], em "16 de fevereiro de 1596, no qual nomeou o filho Rui Ferreira Furtado por seu herdeiro, e na falta deste e dos seus sucessores, a Luís de Mendonça e Fernão de Sousa por seus herdeiros e o filho Rui por seu testamenteiro.

Deixou a sua mulher Antónia de Sousa todos os bens de raiz que couberam na terça (exceto na Quinta de Argemil) em sua vida e, após a morte desta, ao filho Rui Ferreira em título de morgado, com uma missa de obrigação a Santo António, no dia e ermida do nome, tendo-a ainda nomeado por administradora da fábrica da ermida de Santo António, em sua vida, na qual sucederia, por sua morte, o filho Rui Ferreira.

Herdou do seu pai Rui Ferreira as quintas de Argemil, Mariz, Gemeses e Balozes, que faziam parte do morgado de Argemil, e outras do morgado de Fajozes e que ele colocou no terço, tendo-a deixado também em morgado ao filho Rui Ferreira, ao qual nomeou como herdeiro universal, independentemente de sua mãe ainda estar viva".

(68) Vide, http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/mendonca-francisco-furtado-de-flor-1565-1596;isaar?sf_culture=fr&limit=20, consultado em 5/10/2025.

Dados pessoais de D. Antónia de Sousa.

Nascimento: data incerta.

Pais: Fernão Ribeiro de Sousa e Maria Nunes Pinta

Padrinhos: até ao momento, não encontrámos o seu assento de nascimento.

Casamento: Francisco Ferreira Furtado de Mendonça.

Data de Casamento: cerca de 1565.

Data de falecimento: depois de 16 de fevereiro de 1596.

Dados biográficos: Sabemos que quando D. Antónia de Sousa casou com Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, morgado de Argemil e Fajozes, em 1565, levou em dote, entre outros bens, o morgadio do Canidelo, instituído por Inês Vasques Ribeiro, datado de 1458[(69)].
De D. Antónia de Sousa sabemos que realizou o seu testamento a 28 de junho de 1595[(70)], do qual consta a seguinte transcrição: "onde pediu para ser sepultada na capela de S. Domingos do Porto, onde estava a capela do seu morgado e a sepultura de sua mãe. Das várias disposições testamentárias quis que do seu terço lhe rezassem sessenta missas e legados de roupa e joias a filhos, criados e escravos".

No seu testamento nomeou por herdeiro o seu filho Luís Ferreira de Mendonça e, no caso deste não ter filhos, o seu outro filho Fernão de Mendonça e, na falta deste, a Rui Ferreira Furtado, caso os anteriores falecessem sem herdeiros. O testamenteiro foi o seu marido, Francisco Ferreira Furtado de Mendonça.

No caso de falecimento deste nomeou os filhos Rui Ferreira e Luís Ferreira de Mendonça.
Referiu que à data da realização do seu testamento o seu tio materno, Álvaro Pinto, ainda não lhe tinha dado o terço da herança de sua mãe, terço este que ela legou ao filho Luís Ferreira de Mendonça.
Em 16 de fevereiro de 1596 ainda era viva, quando o seu marido fez testamento.
D. Antónia de Sousa terá falecido pouco depois de fevereiro de 1596, sendo sepultada, conforme a sua última vontade, na Capela do Morgado do Canidelo, situada no interior do Convento de São Domingos do Porto.

No entanto, na sequência da extinção das ordens religiosas em 1834 e das profundas reformas estruturais que o complexo sofreu, incluindo incêndios e a demolição de parte do convento para dar lugar ao atual Palácio das Artes (Centro Cultural do Porto / Fábrica de Talentos) a capela física desapareceu.

Os seus restos mortais, tal como os da sua mãe e antepassados, permanecem hoje de forma indestrinçável sob o pavimento ou possivelmente nas criptas da atual Igreja de São Domingos, no Porto; no ossário das catacumbas da vizinha Igreja de São Francisco, onde ainda hoje se podem observar as ossadas das antigas famílias nobres do Porto.

(69) Vide, http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/traslado-da-instituicao-do-morgado-de-canidelo-e-suas-pertencas-por-ines-vasques-mulher-de-alvaro-afonso-dinis-e-posteriormente-de-goncalo-de-sa-feita-no-mosteiro-de-sao-domingos-do-porto-favor-de-joao-alvares-ribeiro-cavaleiro-fidalgo, consultado em 5/10/2025.

(70) Vide, http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/sousa-antonia-de-flor-1565-m-c-1596, consultado em 05/10/2025

GERAÇÃO XIII:

Rui Ferreira Furtado de Mendonça e D. Filipa de Ataíde

Nascimento: cerca de 1500.

Pais: Aires Ferreira e D. Maria de Mendonça.

Padrinhos: até ao momento não encontrámos o seu assento de nascimento.

Casamento: D. Filipa de Ataíde.

Data de Casamento: data incerta.

Data de falecimento: depois de 16 de março de 1577.

Estatuto Social: Fidalgo da Casa Real, Morgado de Fajozes e Argemil.

Dados biográficos: Com base no trabalho "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII", de Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto, ficamos a saber que Rui Ferreira Furtado de Mendonça era filho de Aires Ferreira e de D. Margarida de Mendonça. Sabemos que Aires Ferreira casou com uma senhora da ilustre casa dos Guedes, Senhores de Murça. Embora fontes como Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto a identifiquem como D. Margarida de Mendonça, aqui, seguimos Felgueiras Gayo (Juiz da Comarca de Barcelos) por possivelmente ter tido acesso privilegiado aos registos paroquiais de Barcelos, onde a refere como D. Maria de Mendonça. Esta oscilação onomástica é frequente na época, resultando muitas vezes de erros de transcrição ou na homenagem a diferentes ascendentes maternos.

Casou com Filipa de Ataíde, filha de Martim Lopes de Azevedo [(71)], décimo sétimo Senhor da Casa de Azevedo, e de D. Isabel de Ataíde.
O mesmo texto revela que Rui Ferreira tinha um temperamento impulsivo, ou mesmo visceral, chegando a maltratar a mulher. Esta informação é corroborada pela história do seu regresso da Índia, após receber uma carta do pai, Aires Ferreira, a relatar ofensas sofridas às mãos do abade de Creixomil. Decidiu regressar de imediato a Lisboa, mas foi mandado prender pelo vice-rei da India, para que as naus com des-

tino a Lisboa pudessem partir sem ele. Contudo, foi solto e vendo as naus paradas ao largo, à espera da monção, lançou-se ao mar a nado. Foi visto por um dos capitães que o acolheu a bordo. Uma vez no reino, dirigiu-se de imediato a Creixomil, onde se confrontou com o abade e, num duelo, acabou por o matar. Depois do confronto, Rui Ferreira foi a Argemil beijar as mãos de seu pai e partiu de novo para a Índia.
Esta narrativa encontra paralelo na informação apresentada por Felgueiras Gayo e posteriormente dramatizada por Camilo Castelo Branco, no capítulo «Voltas do Mundo», publicada em "Noites de Insomnia, offerecidas a quem não póde dormir", em 1874 [(72)].
Dele sabemos que foi o filho primogénito e que teve mais dois irmãos que com ele também foram para a Índia batalhar [(73)].

Rui Ferreira fez o seu testamento em 16 de março de 1577, o seu testamenteiro foi o seu filho Álvaro Ferreira de Mendonça, a quem deixou a sua terça.

(71) MENDES, Ana Filipa Almeida (2015). "Para a construção de uma memória: organização sistémica do Arquivo dos Condes de Azevedo". Dissertação de Mestrado em História e Património - Ramo de Arquivos Históricos. Orientador: Prof. Doutor Armando Malheiro da Silva; Coorientadora: Dr.ª Laura Garrido. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 50

(72) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). «Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII». Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 267, nota 214.

(73) FONSECA, Teotónio José da (1948). «O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado». Vol. I. Barcelos: [s.n.]. p. 220.

Dados pessoais de D. Filipa de Ataíde.

Nascimento: data incerta, cerca de 1500.

Pais: Martim Lopes de Azevedo e D. Isabel de Ataíde.

Padrinhos: até ao momento, não encontrámos o seu assento de nascimento.

Casamento: Rui Ferreira Furtado de Mendonça.

Data de Casamento: data incerta.

Data de falecimento: data incerta.

Dados biográficos: Sabemos que nasceu na antiga casa pertencente ao núcleo primitivo do Solar de Azevedo, freguesia de Lama, também conhecida como Couto de Azevedo, em Barcelos, no seio de uma das mais prestigiadas e nobres famílias de Portugal.

Seu pai foi Martim Lopes de Azevedo, décimo sétimo Senhor da Casa de Azevedo, 2.º padroeiro de Santa Maria de Galegos, Comendador da Ordem de Cristo, Provedor dos Resíduos de Entre-Douro-e-Minho e Moço Fidalgo da Casa Real [(74)]. A sua mãe, D. Isabel de Ataíde, era filha de Pedro de Ataíde, o alcunhado de "O Inferno", um dos notáveis capitães das primeiras navegações portuguesas para a Índia, que integrou a armada de Pedro Álvares Cabral.

Sabemos que esta armada, apesar de ter como objetivo dirigir-se para a Índia, em 1500, historicamente foi marcada pela chegada ao Brasil. Pedro de Ataíde foi um dos capitães portugueses que desembarcou em terras de Vera Cruz e um dos primeiros que teve contacto com os indígenas brasileiros tupiniquins [(75)].

Apesar dos seus notáveis serviços militares e do aumento do seu estatuto social, evidenciado pela nomeação a Cavaleiro da Casa Real em 1502 e a Fidalgo em 1503, Pedro de Ataíde não alcançou a riqueza. Em 1504, viria a falecer numa viagem fatal para a Índia. A sua nau naufragou nos "Baixos de São Lázaro", ao largo de Moçambique, obrigando a tripulação a procurar refúgio em Moçambique, onde faleceu por doença.

D. Filipa de Ataíde, já casada, viu partir grande parte dos homens da sua família para a Índia, como foi o caso do seu marido, cunhados e filhos. Alguns regressaram, outros

não, o que ilustra, assim, tanto o potencial de mobilidade social proporcionado pela expansão ultramarina quanto os seus severos riscos e limitações.

Desconhecemos a data do seu falecimento e o local onde foi sepultada.

(74) MENDES, Ana Filipa Almeida (2015). «Para a construção de uma memória: organização sistémica do Arquivo dos Condes de Azevedo». Dissertação de Mestrado em História e Património -Ramo de Arquivos Históricos. Orientador: Prof. Doutor Armando Malheiro da Silva; Coorientadora: Dr.ª Laura Garrido. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 50.

(75) Vide, https://eve.fcsh.unl.pt/pt/pessoas/pedro-de-ataide, consultado em 12/10/2025.

GERAÇÃO XIV:

Aires Ferreira de Sampaio e D. Maria (ou Margarida) Furtado de Mendonça Guedes

Nascimento: cerca de 1470.

Pais: Álvaro Ferreira e D. Genebra Pereira

Padrinhos: até ao momento, não encontrámos o seu assento de nascimento.

Casamento: D. Maria Pereira de Sampaio (presumivelmente no primeiro casamento) e D. Maria de Mendonça Furtado Guedes (segundo casamento).

Data de falecimento: depois de 1518.

Estatuto Social: Fidalgo da Casa Real, Morgado de Fajozes e Argemil.

Dados biográficos: Aires Ferreira era filho de Álvaro Ferreira e de D. Genebra Pereira. Importa notar que, durante muito tempo, a tradição genealógica representada por Felgueiras Gayo o identificou como sendo fruto do primeiro casamento de seu pai com uma prima, D. Maria Pereira de Sampaio. No entanto, o rigor das investigações contemporâneas veio alterar este entendimento. Manuel Abranches de Soveral, no seu trabalho "Ensaio sobre a Origem dos Ferreiras", dedica o parágrafo 5.3 à retificação destas imprecisões.

Através do cruzamento exaustivo de fontes primárias, Soveral demonstra que a sua verdadeira progenitora foi D. Genebra Pereira, sanando de forma definitiva o equívoco que perdurou nos nobiliários durante séculos.
Como referimos, Aires Ferreira casou uma segunda vez com uma senhora de apelido Furtado de Mendonça, embora o seu nome próprio apresente divergências nas fontes genealógicas.

Felgueiras Gayo, na sua obra "Nobiliário de Famílias de Portugal, Tomo XIV, no capítulo sobre Ferreiras, §2, Senhores de Argemil Junto a Barcelos", refere-o: "casou com D. Isabel de Mendonça, ou D. Maria de Mendonça fª. de Pedro Guedes Sr. de Murça e s.m. D. Maria de Mendonça Furtado Guedes". Esta designação é corrobo-

rada por Luís Moura Serra, que no seu trabalho também aponta para D. Maria de Mendonça. No entanto, outras fontes, como Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto, referem-se a ela como D. Margarida de Mendonça [76]. Para sanar esta divergência, é prudente seguir a linha de Felgueiras Gayo. Não só pelo facto de este ter sido natural de Barcelos, mas também pelo facto de ter exercido o cargo de juiz na comarca, o que certamente lhe terá conferido uma vantagem e acesso à documentação oficial da época. A divergência de nome noutras fontes presume-se um erro de transcrição ou uma variação.

Assim, Aires Ferreira casou com D. Maria de Mendonça, filha de Pedro Vaz Guedes, Senhor de Murça, e de D. Maria de Mendonça Furtado Guedes.
A família de Aires Ferreira era oriunda do meio rural, mas com um estatuto que transcendia a mera posse de terras. A sua ascendência ligava-se ao prestigiado "Paço de Cavaleiros", em Outeiro Maior, Vila do Conde, do qual o seu bisavô, Martim Ferreira, foi o quarto Senhor e responsável pelas obras que elevaram a antiga torre a Paço. Este vínculo à terra foi juridicamente estabelecido em 1393 pelo seu trisavô, Estêvão Ferreira, que transformou a casa e as terras em morgadio.

Esta propriedade ancestral foi estabelecida como "Honra" possivelmente logo após a fundação do Reino de Portugal. A origem do seu nome, "Casa de Cavaleiros", é patronímica e reflete o estatuto dos nobres cavaleiros que a fundaram, vinculando de forma indelével a identidade e o património da linhagem àquela terra. Mais do que uma exploração agrícola, o Paço de Cavaleiros foi o berço e sede de uma linhagem, que representou a mais antiga fidalguia do Entre-Douro-e-Minho.

A Casa de Cavaleiros não era apenas uma propriedade agrícola; era o "Solar" da família.
Contudo, a casa permaneceu como habitação regular apenas até ao tempo em que seu pai, Álvaro Ferreira, a perdeu numa demanda judicial movida por um sobrinho. Este revés forçou a mudança da família para Barcelos, onde Álvaro Ferreira adquiriu a Quinta de Argemil.

A posse da Casa de Cavaleiros transitou então para os Ferreiras de Eça, linhagem que viria a ostentar o título de Condes de Cavaleiros. Na década de 1830, a casa pertencia a D. Rodrigo José de Meneses de Eça, que faleceu sem descendência. Já no século XX, a escritora Agustina Bessa-Luís ainda viveu na casa, onde escreveu algumas das suas obras. Nomeadamente "Antes do Degelo", "O Soldado Romano", no qual a descreve como "estranha, arruinada e perdida", ou "A Sibila" e "As Fúrias";

obras grandemente inspiradas pelo ambiente e pela história do Norte de Portugal, incluindo o cenário da Casa de Cavaleiros. Propriedade agrícola e casa que o autor ainda conheceu.

Atualmente, a casa encontra-se em avançado estado de ruína, apesar de ser propriedade privada e de estar classificada como Monumento de Interesse Público. Foi adquirida pela família Maia, de Vila do Conde, na figura do falecido Provedor Arlindo de Azevedo Maia, natural de Modivas e grande benemérito da Santa Casa da Misericórdia local, figura que o autor deste estudo ainda teve o privilégio de conhecer pessoalmente, mantendo-se a propriedade na descendência daquela família até aos dias de hoje.

Informa-nos Gayo que Álvaro Ferreira foi Senhor da Quinta de Argemil em Argemil, Barcelos. Após a sua morte, em 1501, foi sepultado na capela que esta casa tinha na Igreja Matriz de Barcelos, e que venderam à Confraria do Rosário, com reserva da sua sepultura. Afirma ter visto pessoalmente a sua sepultura em letras gravadas com o seguinte texto "Aqui jaz Álvaro Ferreira, que faleceu em Abril de 1501", junto a esta estava a sepultura da sua 2.ª mulher, D. Mécia Vasques S. Paio.

Até ao século XV, os senhores de Cavaleiros eram sepultados na Igreja de São Simão, na Junqueira, que ainda hoje existe [77]. O direito de sepultura na Igreja de São Simão da Junqueira sublinha o estatuto de padroado da família, um privilégio reservado às linhagens de comprovada nobreza e influência regional.

Apesar das contrariedades de família, Aires Ferreira, recorreu para o tribunal supremo do Reino, a "Casa da Suplicação", no qual venceu o recurso do morgado de Fajozes por sentença, no ano de 1518, contra D. Joana de Eça, por ser da varonia [78].

(76) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 267, nota 214.

(77) https://uf-bagunte-ferreiro-outeirparada.pt/pages/revisitar/25/Quinta_de_Cavaleiros, consultado em 01/11/2025.

(78) GAIO, Felgueiras (1938). "Nobiliário de Famílias de Portugal". Tomo XIV. Braga: Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles / Domingos de Araujo Affonso. p. 41, Ferreiras, § 2, N 12.

Casa de Cavaleiros, espaço de origem de Aires Ferreira de Sampaio, Geração XIV, de cuja linhagem descendia a família Ferreira e que passaria para os Ferreira de Eça.

Igreja Paroquial da Junqueira. Local de sepultura da família Ferreira até ao século XV, linhagem da qual descendia Aires Ferreira de Sampaio, Geração XIV, antepassado da família Furtado de Mendonça.

Dados pessoais de D. Maria Furtado de Mendonça.

Nascimento: cerca de 1470.

Pais: Pedro Vaz Guedes, quarto Senhor de Murça, e de D. Maria de Mendonça Furtado Guedes.

Casamento: Aires Ferreira de S. Paio.

Dados biográficos: Segundo a genealogia de Felgueiras Gaio, D. Maria Furtado de Mendonça foi filha de Pedro Vaz Guedes, quarto Senhor de Murça, de Torre de D. Chama [(79)], de Água Revés [(80)] e de Brunhais [(81)], e filha de D. Maria de Mendonça Furtado Guedes.

Sobre D. Maria de Mendonça Furtado Guedes pouco sabemos, pois, as genealogias antigas apenas a referem como filha natural, legitimada, de Afonso Furtado de Mendonça [(82)].

(79) Localidade do Concelho de Mirandela.

(80) Localidade do Concelho de Valpaços.

(81) Antiga localidade do Concelho de Póvoa de Lanhoso, hoje faz parte da União das Freguesias de Esperança e Brunhais, do mesmo Concelho.

(82) MENDONÇA, Manuel Lamas de; SOVERAL, Manuel Abranches de (2004). "Os Furtado de Mendonça Portugueses: Ensaio sobre a sua verdadeira origem". Porto: Edição dos autores. p. 85.

GERAÇÃO XV:

Pedro Vaz (Vasquez) Guedes e D. Maria Furtado de Mendonça Guedes

Nascimento: cerca de 1457

Pais: Gonçalo Vaz Guedes e D. Isabel de Alvim (família Duques de Bragança) [83].

Padrinhos: até ao momento, não encontrámos o seu assento de nascimento.

Casamento: D. Maria Furtado de Mendonça Guedes.

Data de Casamento: 1488 [84].

Data de falecimento: 1542.

Estatuto Social: Fidalgo da Casa do Duque de Bragança, quarto Senhor de Murça, Torre de Dona Chama, Água Revés e Brunhais.

Dados biográficos: Sabe-se que herdou de seu pai, Gonçalo Vaz Guedes, terceiro senhor de Murça, e que o seu bisavô, Gonçalo Vaz Guedes, escudeiro e vassalo de D. João I, recebeu estas mercês em 1384 [85] por ter sido defensor do reino. E, da leitura de Anselmo Braamcamp Freire, somos informados que o Mestre de Avis cedeu as terras de Murça, Brunhais, Água Revés e Torre de Dona Chama, com todos os seus direitos, à família Vaz Guedes.

(83) SALAVESSA, Maria Eunice da Costa (2006). "Registo e Interpretação da Capela da Misericórdia de Murça". Douro: Estudos & Documentos. Porto: FLUP/Afrontamento. Vol. 12, n.º 21, p. 23.

(84) MENDONÇA, Manuel Lamas de; SOVERAL, Manuel Abranches de (2004). "Os Furtado de Mendonça Portugueses: Ensaio sobre a sua verdadeira origem". Porto: Edição dos autores. p. 85.

(85) BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo (1921). "Brasões da Sala de Sintra". 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade. 3 vols. p. 468.

GERAÇÃO XVI:

Afonso Furtado de Mendonça

Nascimento: cerca de 1412 [86].

Pais: Afonso Furtado, alegadamente do seu segundo casamento com D. Maria de Mendonça [87].

Padrinhos: até ao momento, não encontrámos o seu assento de nascimento.

Casamento: Constança Nogueira [88] (primeiro casamento) e D. Beatriz de Vilarragut (segundo casamento) [89].

Data de Casamento: cerca de 1436 (primeiro casamento) e cerca de 1445 (segundo casamento).

Data de falecimento: 1474 ou 1475.

Estatuto Social: Foi fidalgo e militar. Foi também membro do Conselho do rei Afonso V.

Dados biográficos: Afonso Furtado de Mendonça constitui uma figura de interesse para a historiografia e genealogia portuguesas.
Relativamente ao seu percurso matrimonial, a historiografia tradicional, como a de Felgueiras Gayo, menciona que casou com Constança Nogueira, filha de Afonso Anes Nogueira, Alcaide-Mor de Lisboa. Contudo, o seu percurso matrimonial tem sido revisto pela investigação contemporânea.
De acordo com o descrito por Manuel Lamas de Mendonça e Manuel Abranches de Soveral, estabelece-se com maior rigor a sucessão das suas uniões: O primeiro matrimónio de Afonso Furtado terá ocorrido efetivamente com Constança Nogueira e o seu segundo casamento, contraído cerca de 1445 com D. Beatriz de Vilarragut, que asseguraria a descendência e continuidade da varonia.

Afonso Furtado foi o primeiro da linhagem "Furtado" a adotar formalmente o apelido "Mendonça" em documentos de carácter público [90], [anexo IX].
Era filho de Afonso Furtado, Anadel-mor dos besteiros [91], e atribuído pela tradição

genealógica à sua segunda mulher, D. Maria de Mendonça.
Contudo, dada a escassez de registos coevos, esta filiação deve ser interpretada com a devida cautela académica, sendo o seu maior legado documental a adoção do apelido materno como forma de distinção social.
Sucedeu a seu pai no cargo de Anadel-mor dos besteiros, no ano de 1433 [92], e a partir de janeiro de 1444 receberia uma tença anual de 2.571 reais brancos, pelo exercício do seu ofício. Foi uma figura notável na corte de D. Afonso V, cognominado Africano, décimo segundo rei de Portugal. Ele não só integrou o Conselho Real como também desempenhou várias funções de relevo, demonstrando a sua influência e o seu estatuto. Entre os seus descendentes, destacam-se figuras importantes que continuaram a usar o apelido Mendonça, contribuindo para a sua difusão em Portugal.

A sua decisão de usar o apelido composto marca um ponto de viragem, pois solidifica a união entre os Furtado e os Mendonça e perpetua a linhagem Mendonça em solo português, como analisaremos.

(86) MENDONÇA, Manuel Lamas de; SOVERAL, Manuel Abranches de (2004). "Os Furtado de Mendonça Portugueses: Ensaio sobre a sua verdadeira origem". Porto: Edição dos autores. p. 55.

(87) MENDONÇA, Manuel Lamas de; SOVERAL, Manuel Abranches de (2004). "Os Furtado de Mendonça Portugueses: Ensaio sobre a sua verdadeira origem". Porto: Edição dos autores. p. 82.

(88) GAIO, Felgueiras (1938). "Nobiliário de Famílias de Portugal". Tomo XX. Braga: Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles / Domingos de Araujo Affonso. p. 44, [Mendonça Furtados], § 1, N 11.

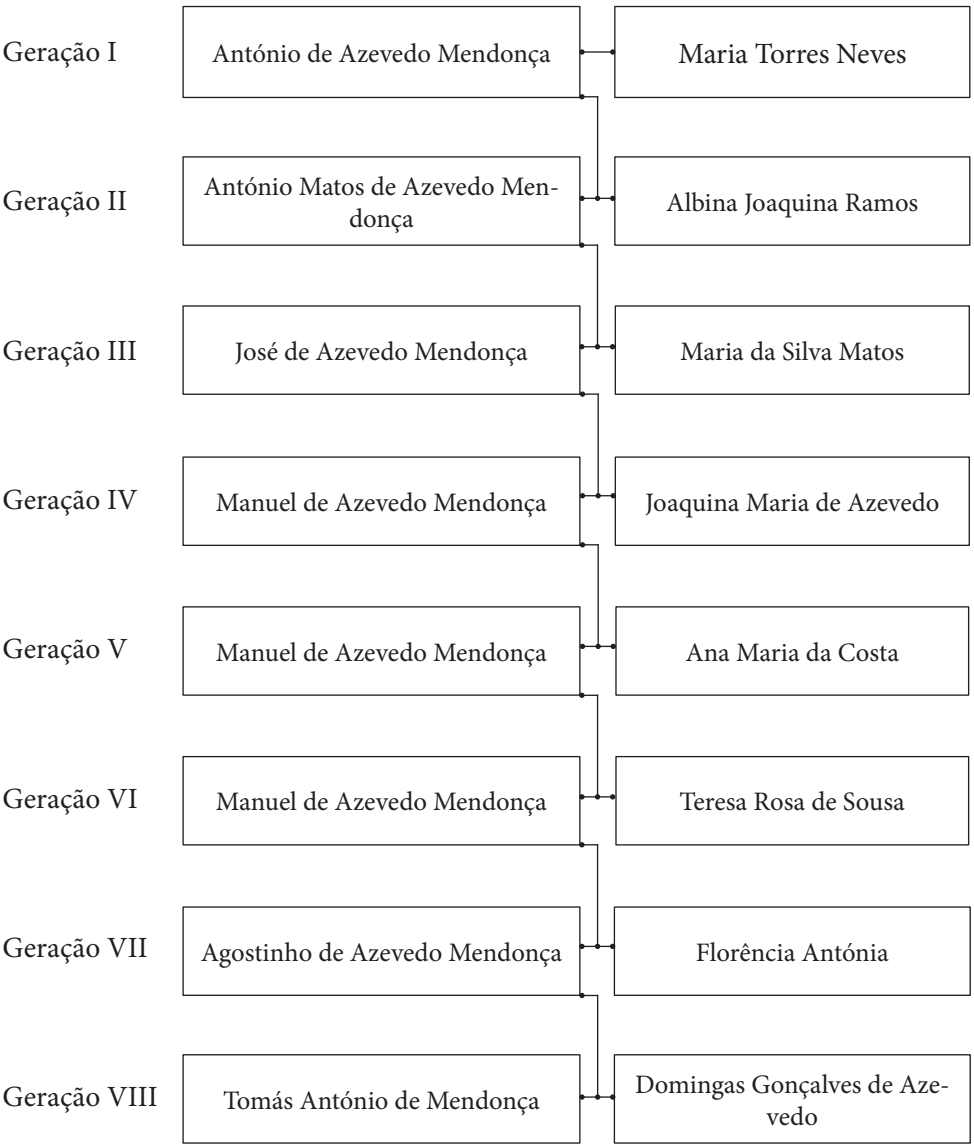
(89) MENDONÇA, Manuel Lamas de; SOVERAL, Manuel Abranches de (2004). "Os Furtado de Mendonça Portugueses: Ensaio sobre a sua verdadeira origem". Porto: Edição dos autores. p.p. 97-105.

(90) BRANDÃO, Frei Francisco (1921). "Quinta parte da Monarchia Lusytana". «O primeiro que em escritura publica vi com o apellido de Mendoça foi Afonso Furtado filho do Capitão-mór"», fl. 35v.

(91) Vide: https://www.revistamilitar.pt/artigo/1050, consultado em 11/12/2025.

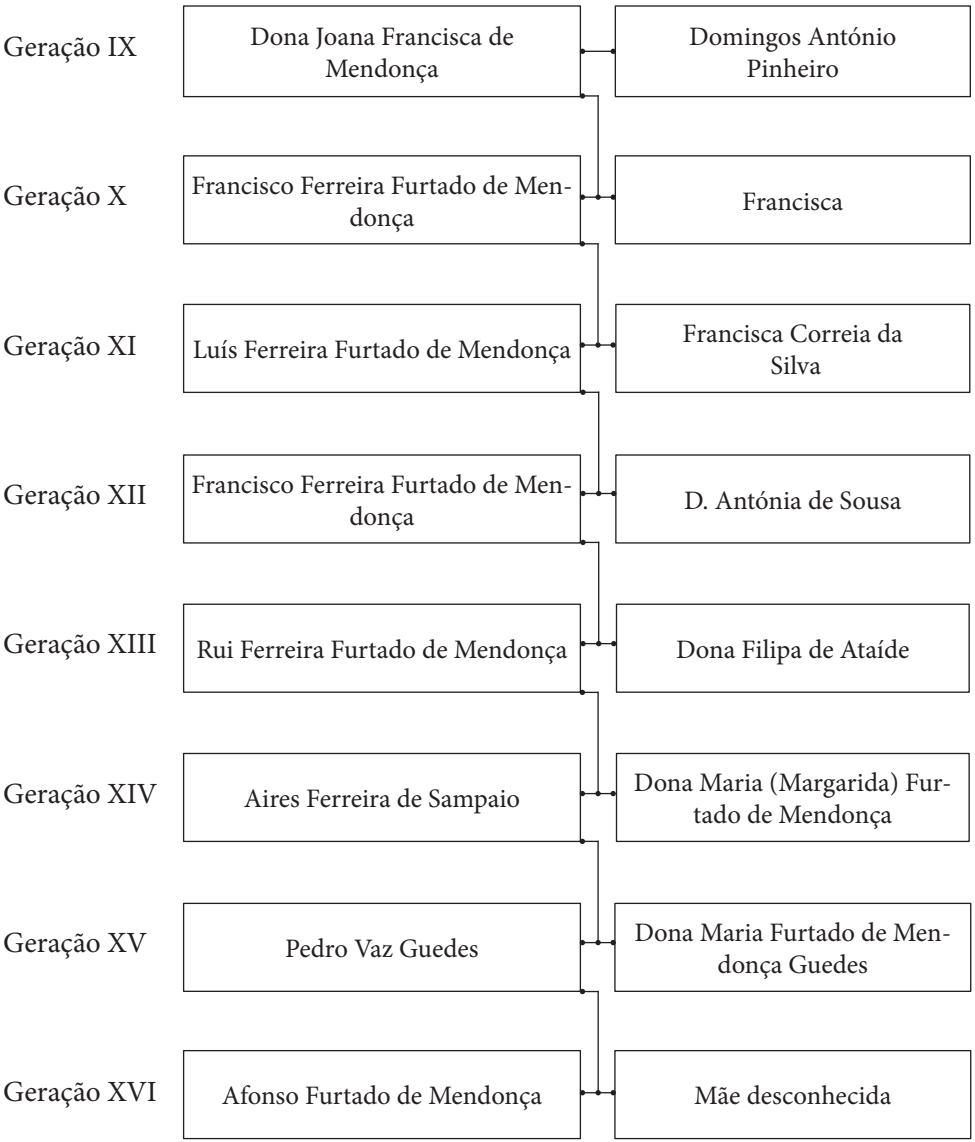
(92) Braamcamp Freire, Anselmo (1921). "Brasões da Sala de Sintra". Livro Terceiro. 2.ª Edição. Coimbra: Imprensa da Universidade, p.p. 171–172.

ÁRVORE GENEALÓGICA



continua ...

ÁRVORE GENEALÓGICA



Esta página foi deixada intencionalmente em branco

PARTE II:

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA

METODOLOGIA:

A análise que se segue na Parte II constitui uma interpretação contextualizada dos dados genealógicos da linhagem "Mendonça" e procura interpretar os dados apresentados na Parte I, à luz dos contextos políticos, jurídicos, sociais, transformando a linhagem Mendonça num estudo de caso social.
Dado que os documentos que estão na base deste estudo são da época medieval e, portanto, escassos ou contraditórios, foi necessário cruzar fontes diversas: certidões de arquivos, heráldica, onomástica e fontes históricas de diferentes autores. Nesta parte do trabalho, o autor faz uma análise crítica dos factos encontrados, tentando compreender o que mais provavelmente terá acontecido.

Para dirimir as contradições inerentes às fontes, o autor utiliza três critérios: a coerência da história em consonância com as fontes referidas, a lógica dos factos e o contexto social da época. Assim, as conclusões sobre a origem do apelido "Mendonça" neste ramo familiar representam a explicação mais consistente perante a fragmentação das provas sobreviventes, permanecendo abertas a futuras revisões face a novos achados documentais que possam esclarecer pontos ainda hipotéticos.
Esta parte do trabalho, mais do que certezas absolutas sobre a vida de cada indivíduo aqui identificado, propõe uma análise sobre uma das formas como se construía o prestígio e a identidade de algumas famílias nobres na sociedade portuguesa medieval e, em particular, a figura de Afonso Furtado de Mendonça. Esta abordagem da história da família permite analisar a endogamia territorial, a desigualdade de género e a instrumentalização simbólica dos apelidos.

Fica a ressalva de que, em relação a factos históricos de períodos tão remotos, não existem certezas absolutas e, como tal, são sempre passíveis de novas interpretações portanto, algumas opiniões podem divergir das conclusões aqui apresentadas.

ETIMOLOGIA DE NOMES E APELIDOS:

Antes de abordarmos a questão da origem do apelido Mendonça, é necessário compreender a origem dos nomes e apelidos, assim como a sua importância no contexto social na Península Ibérica ao longo dos séculos.
A forma como os nomes das pessoas eram atribuídos, na Península Ibérica, ao longo dos séculos passou por radicais transformações entre a ocupação Romana e o início da Reconquista dos territórios muçulmanos a sul da Península Ibérica. Compreender esta evolução é fundamental para a análise de registos genealógicos e para a compreensão da identidade individual, familiar e social ao longo deste período, marcadamente de grande instabilidade política e social.

Com a entrada dos romanos na Península Ibérica, ocorreu uma mudança drástica na forma de atribuição dos nomes às pessoas. No Império Romano, o sistema da "Tria Nomina", "Praenomen" (nome próprio), "Nomen" (nome do clã) e "Cognomen" (apelido) não era apenas uma formalidade para os antigos Romanos que habitavam na antiga Hispânia. Era a própria marca da cidadania e da integração no Império. Ao atribuir o "Nomen" (nome do clã, como “Cornelius” ou “Aemilius”), a família ligava-se a uma rede de poder e de ancestrais romanos.

Após a queda do Império Romano, no século V, e com a entrada dos povos germânicos, Suevos e, sobretudo, os Visigodos, a Península Ibérica viveu uma fase de fusão onomástica única. Os nomes góticos, como “Rechardus” (o futuro Ricardo) ou “Ferdinandus” (o futuro Fernando), rapidamente se popularizaram entre a população, sinalizando a aculturação e a ascendência da nova elite dominante.

Neste período, verifica-se a transição e a consolidação do nome único e o uso generalizado de apelidos patronímicos que indicam filiação, como "Vaz" ou "Vasques" (filho de Vasco) ou, no caso hispânico, o apelido “Hernandez” (filho de Hernando), exemplos de patronímicos que se consolidaram como apelidos de família. Ou seja, sendo o nome pessoal reduzido (ex: apenas Petrus), era imperativo identificar a linha familiar para fins legais e religiosos. A fórmula passou a ser "fulano filho de beltrano" (ex: Petrus filius Rodrici), que se tornou o principal elemento de identificação familiar, dando origem, mais tarde, aos apelidos patronímicos ibéricos, tais como: Rodrigues ou Fernandes, etc.
Contudo, apesar da influência romana estar na base da evolução dos nomes, esta não foi igual em toda a península nem em todos os estratos sociais, tendo sido subsequentemente moldada por diferentes dinâmicas de resistência regional e social.

Por exemplo, na região do País Basco, Espanha, apresenta-se uma notável resistência à mudança onomástica.

Esta resistência também se verifica nas classes sociais mais privilegiadas como o clero, aristocracia ou nobreza. Pois para as Gens destas classes, um nome e um apelido não eram suficientes para demonstrar a significação simbólica dos seus antepassados ou do seu poder na sociedade, e em particular nos círculos eclesiásticos, militares ou nas cortes. Estas classes sociais privilegiadas necessitavam de usar outro tipo de nomes e apelidos para demonstrar a importância das linhagens e das suas genealogias, de modo a serem identificados pelos seus pares.

É a partir de meados da Idade Média, século IX, e de forma consolidada no século XII, que estas classes privilegiadas, além dos nomes próprios e de ascendência, começam a utilizar também apelidos toponímicos ou seja, apelidos de lugares, de aldeias, de vilas, de cidades ou regiões para identificar a geografia de proveniência. Ainda no antigo Condado Portucalense, e no que viria a ser Portugal, começa a ser utilizado o apelido Azevedo. Esta palavra, de raiz latina, tomou em solo português a forma de apelido através do senhor que se fixou no Couto de Azevedo.

Um marco fundamental por trás da origem deste apelido reside no facto de o Rei D. Afonso Henriques ter coutado a ermida de S. Miguel de Azevedo (Concelho de Caminha) ao abade D. Fernando, do mosteiro de S. Salvador de Vitorino, em Vitorino das Donas, Concelho de Ponte de Lima, estabelecendo assim a relevância administrativa e religiosa desta geografia e que daria nome a uma das mais antigas e prestigiosas linhagens do Reino: os Senhores de Azevedo, que mais tarde se fixariam no Paço de Azevedo, na freguesia de Santa Maria de Galegos, no Concelho de Barcelos.

Temos também apelidos como Lima, cuja origem reside na família que dominava as margens do Rio Lima, ou apelidos como Barroso, Coimbra ou Guimarães, entre outros. Estes apelidos toponímicos normalmente são antecedidos da preposição "de" ou "da". Do lado Hispânico ocorre o mesmo fenómeno, com o aparecimento de apelidos como Ávila, que vem da cidade espanhola de Ávila, em Castela e Leão, ou o apelido Rojas, referindo-se a uma localidade chamada Rojas, em Burgos. Estes apelidos também eles eram precedidos das preposições "de", "del" ou "de la".

Isto não acontece apenas na Península Ibérica, acontece um pouco por toda a Europa. Na Idade Média, em pleno período de reconquista de território aos árabes, esta junção do nome com um apelido de origem patronímica seguido de um apelido topo-

nímico é tanto mais importante se o indivíduo se quiser diferenciar como nobre ou proprietário das terras conquistadas. Os nomes assumem assim uma forma séria de demonstrar poder e factos sociais, culturais e religiosos.

Em particular nos círculos sociais da corte, o nome de família e a genealogia não se tratam, propriamente, de um costume exclusivo de gente nobre; o nome e a genealogia são utilizados para identificar a importância, real ou fictícia, do contributo da família ancestral para a sustentação do reino.

Com o aumento demográfico, a incorporação de nomes de localidades aos apelidos, quando deram origem aos mesmos, teria forçosamente de ter a importância necessária para servir de referência fácil de identificar.

CONSIDERAÇÕES SOBRE HERÁLDICA MEDIEVAL:

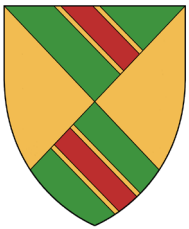
A heráldica é a ciência que estuda e descreve os brasões de armas.
O aparecimento da heráldica como sistema organizado remonta ao século XII, período em que assume um papel central na identificação das elites medievais.
Na prática, o brasão tornava dispensável a apresentação verbal do indivíduo ou instituição. Os brasões funcionavam como uma espécie de apresentação identitária e de reconhecimento visual imediato, embora este conceito de documento identificativo seja, evidentemente, anacrónico para a época.

O brasão ostentado por um cavaleiro, nobre ou membro do clero não era meramente decorativo. Servia para identificar de forma inequívoca o indivíduo ou a casa senhorial a quem pertencia, estabelecendo uma ligação direta entre a pessoa e a sua linhagem. Tratava-se, no fundo, de um sistema de comunicação visual bastante sofisticado que cumpria várias funções ao mesmo tempo: identificava pessoas, famílias e instituições; comunicava a importância social e política de quem o usava; e transmitia valores, virtudes e alianças através da simbologia escolhida.

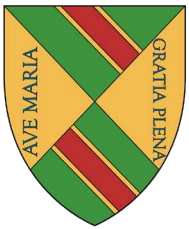
É preciso ter em conta que, numa sociedade onde a esmagadora maioria da população não sabia ler nem escrever, a heráldica funcionava como um código visual relativamente simples, mas na prática, extremamente eficaz. Sem necessidade de qualquer identificação verbal ou escrita, o símbolo heráldico comunicava por si só a proveniência do seu portador, o seu estatuto social e as suas alianças políticas, dispensando apresentações formais ou explicações adicionais que, de resto, muitos não saberiam fazer ou compreender.
Para além desta função identificativa básica, a heráldica desempenhava ainda outros papéis que não devemos subestimar. No campo de batalha, por exemplo, os brasões permitiam distinguir aliados de inimigos mesmo à distância, ou quando os combatentes estavam completamente cobertos por armaduras que tornavam impossível qualquer outro tipo de reconhecimento.

Tal simbologia ainda hoje é utilizada. Comparemos, por exemplo, com o que se passa num clube de futebol: pelo padrão de cores, rapidamente identificamos a que clube pertence um jogador ou adepto que enverga uma camisola alusiva a esse clube. O mesmo acontece com os emblemas.
A dimensão política, jurídica e administrativa da heráldica também não pode ser ignorada. Os selos heráldicos eram usados para autenticar documentos oficiais, contratos e cartas régias, funcionando como uma assinatura legal de valor inquestio-

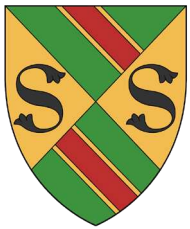
nável, talvez até mais fiável do que muitas assinaturas manuscritas, que podiam ser mais facilmente falsificadas. Cada brasão era único e hereditário, transmitindo-se de geração em geração segundo regras bastante rigorosas. Este sistema garantia uma identificação estável e duradoura, juridicamente reconhecida ao longo do tempo.
Por fim, vale a pena mencionar que a heráldica também servia propósitos decorativos e propagandísticos. Os brasões eram exibidos em todo o lado: estandartes, escudos, vestuário, elementos arquitetónicos, sepulturas e mausoléus, entre muitos outros suportes. Tornavam-se, assim, uma forma privilegiada de afirmar publicamente poder, prestígio e legitimidade dinástica.
No contexto específico deste trabalho, a análise heráldica reveste-se de particular importância. Analisemos os brasões de diferentes ramos de Mendonça.



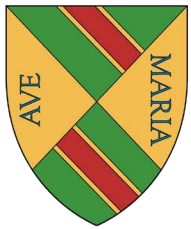
Emblema Heráldico da Casa Mendoza ramo principal.



Emblema Heráldico do Marques de Santillana e Lasso de la Vega.

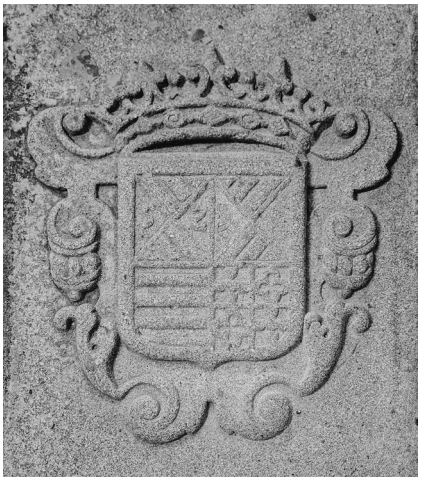


Emblema Heráldico do Afonso Furtado de Mendonça.



Emblema Heráldico do Conde de Vale dos Reis ou Duques de Loulé.

Brasão de Armas de Afonso Furtado de Mendonça que consta no Livro do Armeiro-Mor, Arquivo Nacional Torre do Tombo.



Brasão de armas esculpido no túmulo de Francisca Luísa Ferreira Furtado de Mendonça, sepultada na capela de São João, na Igreja de São Bento, em Vairão, Vila do Conde.

Este é um brasão de armas quartelado: no primeiro quartel (canto superior esquerdo) temos o brasão de armas dos Furtado de Mendonça, de seu pai, com os "S"; no quartel superior direito o brasão de armas de sua mãe, D. Maria Mendonça, sem o "S"; no quartel inferior esquerdo temos o brasão de armas dos Ferreiras (listas horizontais) de seus avós; e no quartel inferior direito o brasão de armas dos Meneses, de seu marido, no qual se identifica o escudo e a flor-de-lis.

No topo, a coroa com flores-de-lis representa a sua descendência real.

Importa notar que a composição heráldica descrita no túmulo de Francisca Luísa une os Furtado de Mendonça à varonia Tovar, do Paço de Goián, na Galiza, e que define a identidade jurídica e o prestígio desta Casa, a qual não se limita à sucessão biológica linear.
A heráldica, mais do que uma disciplina auxiliar da história, deve ser compreendida como o "bilhete de identidade" visual das elites medievais e modernas. Num contexto de analfabetismo generalizado, o brasão de armas funcionava como um sistema de comunicação sofisticado: uma assinatura jurídica e política que autenticava contratos, definia alianças e, sobretudo, demarcava a pertença a uma linhagem.
No contexto específico desta investigação, a análise heráldica não é meramente decorativa; é a chave para decifrar a estrutura de poder da Casa Mendonça e a sua transposição para o solo português.

Ao analisarmos os brasões dos diferentes ramos dos Mendonça, desde o ramo principal em Castela até às variantes de Afonso Furtado de Mendonça, observamos uma

gramática visual que comunica prestígio e continuidade. Contudo, é no túmulo de Francisca Luísa Ferreira Furtado de Mendonça, na Capela de São João, dentro da Igreja de São Bento em Vairão, que encontrámos a evidência material mais relevante para esta tese.
Importa, contudo, reconhecer que a flor-de-lis presente no quartel inferior direito é também uma peça heráldica dos Vaz Guedes, presentes na Geração XV desta linhagem. Na ausência de documentação contemporânea que descreva verbalmente o brasão do túmulo, a identificação deste quartel com os Meneses segue a lógica do quartelamento feminino, pelo que se assume que representa o seu casamento documentado com D. João Manuel de Meneses. Ainda assim, a hipótese de este quartel também representar a linhagem ancestral dos Vaz Guedes não pode ser inteiramente excluída, permanecendo esta ambiguidade como um limite das fontes disponíveis.
Este brasão quartelado reúne as armas dos Furtado de Mendonça, à varonia Tovar do Paço de Goián, da Galiza aos Ferreiras de Argemil e possivelmente aos Meneses de Ponte da Barca, cristalizando a identidade jurídica desta Casa.

No entanto é importante estabelecer uma distinção fundamental: a heráldica define a "Casa" como instituição, não se limitando à sucessão biológica linear.
Neste sentido, o brasão de Francisca Luísa Ferreira Furtado de Mendonça funciona como um "resguardo" nobiliárquico. Enquanto a pedra de armas referencia a legitimidade direta da irmã, ela serve simultaneamente de chancela social para ramos colaterais ou de filiação natural, como é o caso de D. Joana Francisca de Mendonça. Para Joana Francisca de Mendonça, a ligação a esta iconografia tumular não depende inteiramente da descendência biológica direta da união que gerou o quartelado, mas sim, como referimos, da sua integração no "núcleo familiar dos Furtado de Mendonça".

No século XVII, o apelido e as armas dos Mendonça funcionavam como um estatuto de proteção e fidalguia: ser herdeira do capital simbólico da Casa era, juridicamente, tão relevante para a manutenção do estatuto social quanto a própria legitimidade de sangue. Esta distinção é a chave para compreender como D. Joana Francisca de Mendonça, sob a sombra desta heráldica, manteve o prestígio e o reconhecimento da elite da Casa-mãe.

No contexto da sucessão desta linhagem, a figura de D. Joana Francisca de Mendonça assume um papel de particular relevância pela sua ligação direta a Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, de Argemil. É nesta filiação que se encontra o fundamento do seu estatuto social e a base da sua identidade fidalga.

A integração de D. Joana na Casa de Argemil não se manifesta apenas através do apelido, mas sobretudo pelo reconhecimento e proteção que lhe foram conferidos por Francisco Ferreira Furtado de Mendonça. Ao ser integrada no círculo de influência deste fidalgo, Joana Francisca herda o capital simbólico da linhagem, sendo tratada com a distinção e o prestígio inerentes à Casa de Argemil.

Desta forma, independentemente das complexidades heráldicas mais vastas da família, a identidade de D. Joana Francisca de Mendonça define-se e consolida-se através deste vínculo paternal e territorial. É a chancela de Argemil que lhe garante o reconhecimento pela elite local de Santa Cristina de Malta e Vila do Conde, assegurando-lhe uma posição de destaque na hierarquia social da época como legítima representante do prestígio dos Furtado de Mendonça na região.

ORIGEM DO APELIDO MENDONÇA:

No que diz respeito à origem espanhola, historiadores e genealogistas ibéricos estão de acordo que o apelido Mendonça é toponímico e tem as suas raízes na língua "euskera", língua falada no País Basco, Espanha, e significa "montanha fria" (do basco mendi : montanha, e hotza : frio). Por sua vez, está diretamente correlacionado com o nome da localidade de Mendoza, no Concelho homónimo, atualmente parte do Município de Vitoria-Gasteiz, província de Álava.
Foi desta pequena localidade que saiu uma das linhagens mais importantes e prolíficas de toda a história espanhola, ramificando-se pela península e pela América, dando origem a mais de vinte casas com títulos nobiliárquicos.

A origem dessa linhagem remonta ao tenente "López Íñiguez" (Íñigo López), primeiro senhor de Biscaia, na segunda metade do século XII. O seu neto, "López Sánchez", foi o primeiro senhor de "Llodio" e senhor de Álava, que pertencia ao ramo principal dos Mendonça pela confraria de Arriaga. "López Sánchez" casou-se com "Sancha Díaz de Frías", que trouxe como dote os solares de Mendoza e Frías. Foi o neto de "López Sánchez, Iñigo López de Mendoza", o quarto Senhor de Llodio, quem primeiro usou e adotou o apelido "Mendoza", já no século XIII.

O APARECIMENTO DESTE APELIDO EM PORTUGAL:

A forma como este apelido apareceu em Portugal tem sido alvo de debates por diferentes historiadores, genealogistas e estudiosos de renome, ao longo de quatro séculos. Alguns frequentemente apontam a sua entrada por Castela no reinado de Dom Afonso III, por meio de Fernão Furtado. Do seu casamento com Guiomar Afonso de Resende nasceu a linhagem dos Furtado Mendonça, de onde descenderia, séculos mais tarde, André Furtado de Mendonça, o governador português na Índia. O irmão de Fernão Furtado, Pedro Dias de Mendonça, aparece documentado como fidalgo em Sevilha, em 1253, no tempo do rei Dom Afonso X de Castela. Mais tarde, o filho de Pedro Dias, Fernando Arrais de Mendonça, estabeleceu-se no Algarve em 1339, dando origem ao ramo dos Arrais de Mendonça.

Existe, no entanto, uma interpretação etimológica minoritária, citada em certas fontes (geralmente não académicas), que sugere uma origem patronímica ligada a "filho de Mendel". Contudo, esta versão não é suportada pelas fontes históricas primárias

portuguesas nem pela etimologia basca, consensualmente aceite, e como tal o autor não a segue.
O que torna toda esta questão verdadeiramente interessante são os estudos genealógicos mais recentes, em particular o trabalho de Manuel Abranches de Soveral e Manuel Lamas de Mendonça. Estes autores fizeram uma revisão crítica profunda das teorias tradicionais e puseram o dedo na ferida de várias inconsistências que vinham sendo repetidas pelos genealogistas anteriores. No seu ensaio "Os Furtado de Mendonça portugueses", questionam se o apelido não terá entrado em Portugal por uma via completamente diferente da que sempre se pensou. Nesses trabalhos, estes autores propõem uma interpretação alternativa baseada em fontes primárias e análise de características compartilhadas ao longo do tempo por uma elite.

Segundo eles, a ligação que até então existia para a ascendência de Fernão Furtado, vassalo do infante D. Dinis em 1278, a uma ascendência que o ligava ao tronco dos "Hurtado de Mendoza" através de um alegado documento de 1242, nunca foi comprovada. Para estes autores, esta construção genealógica apresenta inconsistências cronológicas fundamentais, uma vez que o suposto jovem integrante da comitiva de D. Beatriz em 1253 já constava de escrituras onze anos antes dessa viagem. Logo, as datas não coincidem!

Um facto particularmente relevante é que apenas após duas centenas de anos de documentação exclusiva do apelido Furtado, surge subitamente, em 1435, o uso do apelido composto "Furtado de Mendonça", especificamente com Afonso Furtado de Mendonça, filho legítimo e sucessor do capitão Afonso Furtado. Esta mudança tão abrupta não pode ser casual. Tem de haver uma explicação.

Segundo estes autores a chave está numa figura que tem sido sistematicamente negligenciada pelas genealogias: o próprio capitão Afonso Furtado, o pai. O anadel-mor esquecido Afonso Furtado. Este Afonso Furtado, nascido provavelmente em 1347 ou 1348, durante a chegada da peste negra a Portugal, representa uma figura central, mas secundarizada pelas genealogias posteriores. Apesar dos seus feitos documentados na participação ativa nas Guerras Fernandinas, das quais se destacam a nomeação como anadel-mor dos besteiros e missões diplomáticas em Inglaterra, e mais tarde o reconhecimento nas defesas de Ceuta, as fontes genealógicas apenas o referem obliquamente.
Para reescrever a história da origem do nome Mendonça, Manuel Abranches de Soveral e Manuel Lamas de Mendonça analisam os casamentos de Afonso Furtado, pai. A documentação revela um primeiro casamento anterior a 1369 com Maria Miguéis,

senhora que morreria em 1401, e evidências de filhos bastardos legitimados em 1390 que não usavam o apelido Mendonça. Então, para eles a questão torna-se óbvia: terá havido um segundo casamento de Afonso Furtado com uma senhora descendente dos "Mendoza" castelhanos? É aqui que entra a figura misteriosa de D. Maria de Mendoza e que explicaria naturalmente a adoção do apelido composto pelos descendentes de Afonso Furtado, pai.
Para Soveral, "D. Maria de Mendoza", é alegadamente filha bastarda do nobre castelhano "Diego Hurtado de Mendoza", e ela é, em simultâneo, a peça central para compreender de onde veio realmente o apelido neste ramo dos Furtado.

Segundo a sua tese, documentos de 1469 e 1471 estabelecem uma relação clara entre esta "D. Maria de Mendoza" e Afonso Furtado de Mendonça. O elo entre si é Sebastião do Couto, que em 1468 era "criado" dela e depois passou a ser escudeiro de Afonso Furtado de Mendonça. O que não é uma prova direta, mas é um indício forte. Um outro facto relevante para sustentar a sua tese correlaciona-se com a cronologia e o estatuto social de "D. Maria de Mendoza": nascida cerca de 1391, possuía incontestável estatuto de alta nobreza, como evidenciado pelo uso do tratamento "Dona". A cronologia também encaixa razoavelmente bem. A análise sugere que casou primeiro na Galiza, cerca de 1408, com Rodrigo Álvares de Queiroga, da cidade de Tui, e só depois, por volta de 1411, com o capitão Afonso Furtado. Terá morrido em 1469 ou 1470.

Num outro ponto, estes autores elencam a questão heráldica como prova, devido ao uso das Armas dos "La Vega". Um aspeto crucial da argumentação reside no facto de Duarte Furtado de Mendonça estar sepultado no convento do Espinheiro com as armas do marquês de Santillana "Mendoza e La Vega", às quais não teria direito a usar através de uma linha varonil. Este "equívoco heráldico" só seria tolerado pela sociedade da época se existisse uma justificação familiar próxima. A análise heráldica revela a complexa evolução das armas dos Furtado de Mendonça, desde as primeiras armas do capitão Afonso Furtado, com escudo de prata em campo de ouro, até ao esquartelado em aspa que combinava "Mendoza" com o misterioso "S" negro em campo de ouro, possivelmente armas novas concedidas a Nuno Furtado de Mendonça.

Por último, salientam a importância da estratégia do uso do apelido Mendonça como contributo para ascensão social. O trabalho de Manuel Abranches de Soveral e Manuel Lamas de Mendonça aponta o uso do apelido Mendonça como uma progressiva estratégia de legitimação social que se desenvolveu em várias fases: inicialmente

uma possível aliança matrimonial com os "Mendoza" castelhanos, posteriormente a construção de um alegado entronque por linha masculina, e finalmente a ordenação conveniente da ascendência materna de D. Jorge, filho bastardo de D. João II e de D. Ana de Mendonça. Esta estratégia insere-se no contexto mais amplo das famílias que emergiram da revolução de 1383, constituindo uma nova aristocracia que necessitava de legitimação simbólica para consolidar a sua posição social. Contrariamente a outras famílias de origem similar, os Furtado sentiram necessidade de "apagar pistas" e reescrever as suas origens.
Contudo, apesar desta nova abordagem genealógica, as dúvidas sobre a origem do apelido "Mendonça" de Afonso Furtado persistem. Os genealogistas espanhóis têm alguma dificuldade em aceitar esta explicação, uma vez que em Espanha não existe suporte documental que sustente o casamento de "D. Maria de Mendoza" com Afonso Furtado.

Esta dúvida fica ainda mais densa quando um dos autores, Manuel Lamas de Mendonça, no seu trabalho "Comendas das Ordens Militares da Idade Média", no capítulo sobre os Furtado de Mendonça portugueses, acaba por assumir uma posição ligeiramente diferente da de Soveral. Num determinado momento do texto, escreve algo revelador:
"Esta hipótese, oportunamente formulada por Abranches de Soveral, não se reflete nas fontes primárias. E, em meu entender, não explica porque motivo os nobiliários a silenciam totalmente, logo a três gerações de distância, quando ela explicaria cabalmente o acrescentamento do apelido Mendonça aos Furtado de Loures, sem necessidade de deslocar o ênfase linhagístico (como faz Damião de Góis, num parágrafo muito confuso, que depois foi 'retocado' e 'afinado' por Lavanha e, mais tarde, por Salazar e Castro) para uns obscuros senhores da honra de Pedroso cujo entronque nos Hurtado de Mendoza castelhanos oportunamente demonstrei ser falso".

A verdade é que os genealogistas espanhóis têm dificuldade em aceitar esta explicação do casamento de D. Maria Mendoza com Afonso Furtado, precisamente porque em Espanha não existe documentação que sustente o casamento. E este silêncio documental torna-se ainda mais problemático quando o próprio Lamas de Mendonça, um dos autores da teoria, admite que a hipótese não se reflete nas fontes primárias. Então ficamos com a grande pergunta: por que razão Afonso Furtado começou a usar o apelido Mendonça?

A resposta, creio eu, está na própria natureza da onomástica medieval e no modo como as genealogias eram construídas. Na Idade Média, as genealogias eram mui-

tas vezes escritas à medida das necessidades do momento, misturando factos reais com outros mais imaginários para justificar ascensões sociais e legitimar posições nas cortes da época.
O uso do apelido Mendonça pode ter sido uma estratégia progressiva de legitimação social que se desenvolveu em várias fases. Primeiro, uma possível aliança matrimonial com os Mendoza castelhanos, real ou apenas pretendida. Depois, a construção de um alegado entronque por linha masculina, mais prestigiante. E finalmente, a ordenação conveniente da ascendência materna de D. Jorge, o filho bastardo de D. João II e de D. Ana de Mendonça.

Tudo isto se insere num contexto muito específico: a revolução de 1383-85 criou uma nova aristocracia que precisava desesperadamente de legitimação simbólica para consolidar a sua posição social. Ao contrário de outras famílias de origem similar, os Furtado sentiram a necessidade de "apagar pistas" e reescrever as suas origens de forma mais gloriosa.

No fundo, o que estamos provavelmente a ver aqui não é tanto uma questão genealógica, mas eventualmente uma operação de construção identitária.
Afonso Furtado de Mendonça não foi apenas um militar régio competente. Foi, acima de tudo, alguém que soube criar uma história para a sua família, garantindo que os seus descendentes tivessem o prestígio que ele estava a conquistar.

O APELIDO COMO INSTRUMENTO DE PODER:

Ao que tudo parece indicar, e da análise genealógica e onomástica proposta por estes autores, somos levados a concluir que a adoção do apelido "Mendonça" pela família Furtado em Portugal não resulta de uma transmissão comprovada por linha varonil dos prestigiados "Hurtado de Mendoza" castelhanos, conforme defendido pela narrativa tradicional. As evidências documentais apontam antes para a possibilidade de um processo de apropriação identitária, através de uma estratégia de reconfiguração social levada a cabo por Afonso Furtado de Mendonça, que emergiu no seio da aristocracia portuguesa no contexto da consolidação da dinastia de Avis.
Nesse sentido, esta estratégia permitiu que Afonso Furtado de Mendonça, oriundo de uma família que, embora dotada de estatuto social e militar, carecia de ascendência ilustre para que se integrasse nos círculos de poder através da adoção de um apelido de prestígio reconhecido à época.
Senão vejamos: ao aprofundar a investigação, identificam-se três aspetos fundamentais que desmoronam a construção genealógica tradicional. Desde logo, a ausência de prova documental castelhana: a inexistência de registos nos arquivos genealógicos espanhóis que comprovem a alegada ligação varonil entre os Furtado portugueses e os "Hurtado de Mendoza" constitui, por si só, uma evidência negativa conclusiva. Numa sociedade onde a nobreza preservava meticulosamente os seus registos de linhagem, o silêncio documental fala por si. A falta de prova em Espanha é, paradoxalmente, a prova plausível de que a ligação foi possivelmente construída em Portugal.

É aqui que a documentação se torna verdadeiramente reveladora e eloquente, revelando contradições temporais que tornam impossível a narrativa de continuidade genealógica. O alegado documento de 1242 que estabeleceria a ligação é incompatível com a presença documentada do indivíduo em 1253. Mais revelador ainda: o apelido composto "Furtado de Mendonça", tal como nos sugere Manuel Lamas de Mendonça no seu trabalho "Comendas das Ordens Militares na Idade Média", aparece abruptamente apenas em 1435, em três diplomas desse mesmo ano, respetivamente de fevereiro e abril, como Afonso Furtado de Mendonça, anadel-mor. Daí por diante será indiferentemente referido com este apelido, após séculos de documentação exclusiva do apelido Furtado. Esta rutura cronológica abrupta não é característica de transmissão hereditária natural, mas sim de uma adoção deliberada.
O facto de Manuel Lamas de Mendonça, um dos principais investigadores desta questão, reconhecer explicitamente que a hipótese "não se reflete nas fontes primárias" e questionar por que motivo os nobiliários a silenciam totalmente, constitui uma honestidade intelectual rara que nos faz pensar, mas também constitui a der-

rocada final da teoria da transmissão varonil. Se os nobiliários da época silenciam uma ligação que seria prestigiosa e relevante, é porque essa ligação não existia ou não era reconhecida como legítima pelos contemporâneos.
Uma vez chegados aqui, será que estaremos perante um caso de uma legitimação parcial ou de uma estratégia calculada?
A possibilidade de um segundo casamento do capitão Afonso Furtado com D. Maria de Mendonça, senhora de inegável estatuto, como é evidenciado pelo tratamento de "Dona", oferece uma explicação mais plausível para a introdução do apelido na família. Contudo, mesmo esta hipótese enfrenta obstáculos significativos, tais como: a ausência de prova documental espanhola do matrimónio, o silêncio dos nobiliários sobre esta ligação materna e as contradições cronológicas nas análises genealógicas sobre a sua descendência. Isto leva-nos a uma conclusão inevitável: mesmo que D. Maria de Mendonça tenha existido e conferido uma ligação técnica ao apelido, a forma como esta foi posteriormente amplificada e transformada numa suposta linha varonil direta aos "Hurtado de Mendoza" revela tratar-se de uma eventual reconstrução genealógica posterior.

Neste ponto, emerge uma questão, foi efetivamente Afonso Furtado de Mendonça um estratega? Aqui reside o cerne da investigação e da origem do apelido Mendonça na família.

Independentemente da análise de toda esta problemática em torno da origem do nome Mendonça, há que reconhecer que o mérito histórico de Afonso Furtado de Mendonça não está na veracidade da sua genealogia, mas antes na extraordinária capacidade de construir e consolidar uma nova identidade aristocrática através da apropriação estratégica de um apelido de prestígio incontestável.
Afonso Furtado compreendeu profundamente que, na sociedade de corte do século XV português, o poder não residia apenas na posse material de terras ou cargos, mas fundamentalmente na legitimidade simbólica. Num contexto de nova aristocracia emergente, após o fim das guerras fernandinas, onde muitas famílias careciam de profundidade genealógica ancestral, a apropriação de símbolos de antiguidade e prestígio tornou-se um instrumento de nivelamento social.

O apelido "Mendonça", com as suas conotações toponímicas, ligado à posse territorial no País Basco, a sua associação aos poderosos senhores de Llodio e aos futuros Marqueses de Santillana, e a sua ressonância castelhana, numa época em que Castela representava o grande reino vizinho, funcionava como um título simbólico tão eficaz quanto um título nobiliárquico formal.

Por outro lado, a escolha de 1435 para a adoção pública do apelido composto não foi aleatória. Este período caracterizou-se por:
- A consolidação da dinastia de Avis;
- O distanciamento político de Castela após décadas de tensões e guerras;
- Renovação das elites da corte, com espaço para novas famílias ascendentes;
- A dificuldade de verificação transfronteiriça de alegações genealógicas castelhanas.

Neste contexto, uma família portuguesa podia "importar" prestígio castelhano sem que houvesse mecanismos eficazes de contestação. A distância geográfica e a separação política criaram um espaço de ambiguidade genealógica que Afonso Furtado explorou de forma exímia. Importa ainda notar que o contributo da heráldica, pela adoção das armas dos "La Vega", ligadas aos "Marqueses de Santillana" e à casa "Mendoza", constitui o golpe de mestre.
O facto de a família Furtado de Mendonça ter usado estas armas, às quais não teria direito por linha varonil e que tal "equívoco heráldico" tenha sido socialmente tolerado e aceite constitui a prova mais eloquente do sucesso da estratégia. A sociedade da época validou a pretensão porque Afonso Furtado possuía poder real, cargos, influência e riqueza que sustentavam a alegação simbólica.
Na verdade, Afonso Furtado não era um impostor sem substância. Ele, de facto, possuía:
- O cargo de Anadel-mor dos besteiros, herdado do pai em 1433;
- Recebia uma tença anual de 2.571 reais brancos a partir de 1444;
- Tinha lugar no Conselho Real de D. Afonso V;
- E funções diplomáticas e militares documentadas.

Estas bases de poder real foram essenciais. O apelido Mendonça funcionou como acelerador e legitimador da sua ascensão, mas não como substituto da competência e influência efetivas. A estratégia só teve sucesso porque havia substância por trás dos símbolos.
O caso particular dos Furtado de Mendonça permite-nos desvendar o paradigma pelo qual se constrói a legitimidade aristocrática numa sociedade de corte medieval. Este processo inicia-se quando Afonso Furtado começa a usar publicamente o apelido composto em documentos oficiais, a partir de 1435, revelando a ousadia de assumir o nome com a naturalidade de quem o herda e não de quem o adota. Esta pretensão é reforçada pela utilização pública das armas associadas aos "Mendoza de La Vega", um gesto heráldico que torna visual e incontestável a alegada ligação à linhagem. Através da sua integração plena nos círculos de poder, em funções diplomáticas e militares de relevo, a sociedade cortesã da época acaba por aceitar tacita-

mente a nova identidade, num silêncio que, na prática, equivalia ao consentimento. Com o passar do tempo, a eficácia desta estratégia manifesta-se na transmissão do apelido aos descendentes, uma vez que os filhos e netos de Afonso o herdam já de forma natural. Se numa primeira fase a novidade da adoção ainda era percetível, passadas duas gerações ela é já tratada como um facto ancestral. Este processo de consolidação é posteriormente validado pela reescrita genealógica levada a cabo por cronistas como Damião de Góis, Lavanha ou Salazar e Castro, que retocam e afinam a narrativa ao criarem uma ligação varonil aos "Hurtado de Mendoza". Esta operação consolida retroativamente a legitimidade do apelido e transforma a sua fabricação em história oficial. Finalmente, os séculos de uso contínuo pelos descendentes, a produção de brasões, documentos e monumentos funerários acabam por tornar a origem construída indistinguível da realidade histórica, provando que uma memória repetida durante séculos possui o poder de se transmutar em verdade social.

A estratégia de Afonso Furtado só teve sucesso porque foi executada no momento histórico preciso, após as guerras fernandinas, caracterizadas pela disputa do trono de Castela. Uma época de renovação das elites, de dificuldade de verificação transfronteiriça, de espaço para ambiguidade genealógica. Noutro contexto temporal, poderia ter sido contestada e desmascarada.
Esta lição mantém relevância: as oportunidades de "reinvenção" ou "reposicionamento" social surgem tipicamente em momentos de transição, disrupção ou renovação dos sistemas estabelecidos. É nesses hiatos que há espaço para narrativas novas e ousadas.

Crucialmente, a estratégia de Afonso Furtado teve sucesso duradouro porque ele possuía poder e competência reais que sustentavam a pretensão simbólica. Sem o cargo de Anadel-mor, sem a influência na corte, sem as rendas e funções, o apelido Mendonça teria sido uma casca vazia facilmente desmascarada.
A lição que retiramos é clara: os símbolos de prestígio podem acelerar e facilitar a ascensão social, mas não podem substituir indefinidamente a substância. A impostura pura, sem capacidade subjacente, eventualmente colapsa. O equilíbrio entre símbolo e substância é determinante.

A PERSPETIVA SOCIOLÓGICA DE AFONSO FURTADO DE MENDONÇA:

A história da apropriação do apelido "Mendonça" pelos Furtado transcende largamente o interesse genealógico. Constitui, antes, um caso de estudo sobre os meca-

nismos universais de construção de identidade, legitimidade e poder social da época, os quais permanecem surpreendentemente atuais.
Analisemos, a este propósito, o seguinte: na lógica da sociedade de corte medieval, onde a mobilidade social era rigidamente limitada e as oportunidades de ascensão eram raras, as estratégias de reconfiguração identitária eram tacitamente aceites, desde que sustentadas por poder efetivo. A nobreza medieval tinha plena consciência de que muitas linhagens "ilustres" tinham origens mais modestas e que as suas genealogias eram convenientemente esquecidas ou embelezadas.

Como tal, o silêncio dos nobiliários sobre a verdadeira origem do apelido Mendonça nos Furtado não representa necessariamente esquecimento ou ignorância, mas possivelmente uma cumplicidade: enquanto Afonso Furtado cumprisse as suas funções, demonstrasse competência e mantivesse o decoro aristocrático, a sociedade fechava os olhos à origem "construída" da sua nova identidade Mendonça.
Nesse sentido, o caso constitui um exemplo bem-sucedido de ascensão numa sociedade fortemente hierarquizada. Afonso Furtado compreendeu as regras do jogo social e jogou-as com mestria. O caso ilustra como funcionavam concretamente os mecanismos de ascensão e legitimação numa sociedade de ordens. Ele é um documento vivo da dinâmica social medieval.

Apesar disso e do ponto de vista da genealogia moderna, que privilegia a verificação documental rigorosa e a distinção clara entre facto e ficção, a construção genealógica dos Furtado de Mendonça é inequivocamente problemática. Estaremos realmente perante uma falsificação histórica que contaminou séculos de registos genealógicos subsequentes.

Todavia, esta perspetiva é válida e necessária para a historiografia séria.
Contudo, seria anacrónico aplicar padrões de rigor documental do século XXI a práticas do século XV, quando os próprios conceitos de "veracidade genealógica" e "falsificação" tinham contornos muito diferentes dos atuais.

Não obstante, é possível afirmar que um estudo das estratégias de mobilidade social utilizadas por Afonso Furtado de Mendonça no século XV permanece atual? Na verdade, os mecanismos revelados por esta análise mantêm surpreendente atualidade em múltiplos domínios da vida contemporânea, senão vejamos os seguintes exemplos:
- No mundo empresarial, empresas que mudam de nome ou identidade para aceder a novos mercados; ou ainda, que se posicionam como empresas "tecnológicas" ou "inovadoras" antes de terem produto estabelecido.

- No âmbito pessoal, profissionais que constroem identidades ou amplificam credenciais. Pessoas que abraçam causas, movimentos para ganhar notoriedade ou que se apropriam indevidamente de títulos académicos.

Em todos estes contextos, observamos padrões semelhantes aos adotados por Afonso Furtado, nomeadamente:

- Apropriação de símbolos de prestígio socialmente valorizados;
- Uso consistente e confiante desses símbolos;
- Busca de validação nos círculos relevantes;
- Criação de narrativas coerentes que sustentem a pretensão;
- Acumulação de poder e influência real que consolide a posição.

Poder-se-á então concluir que a diferença fundamental face à atualidade, consiste num maior escrutínio e capacidade de verificação na sociedade contemporânea. Contudo, também o maior volume de informação e ruído, paradoxalmente facilita certos tipos de construção identitária enquanto este princípio se mantém válido em contextos contemporâneos: desde a construção de "marcas pessoais" em “redes sociais” até às estratégias de “reposicionamento empresarial”, a capacidade de controlar e manter uma narrativa coerente é frequentemente mais determinante para o sucesso do que as credenciais objetivas subjacentes.

O caso de Afonso Furtado de Mendonça ilustra perfeitamente a natureza da legitimação social:

- Assume uma identidade prestigiosa;
- Age consistentemente segundo essa identidade;
- Frequenta os círculos sociais dessa identidade;
- A aceitação nesses círculos valida a sua identidade;
- A validação social torna a identidade "real".

Esta dinâmica não é exclusiva da aristocracia medieval. Observa-se em múltiplos contextos contemporâneos: profissional, admissão em clubes exclusivos, reconhecimento académico, influência nas redes sociais, etc. Em todos estes contextos, a aceitação pelos pares é frequentemente mais importante que as credenciais formais. As armas heráldicas dos "Mendoza" funcionavam no século XV como funcionam os símbolos de estatuto atuais, tais como: diplomas de universidades prestigiosas, cargos em empresas conhecidas, associações profissionais de elite, veículos de luxo.

O que importa não é apenas a posse do símbolo, mas a capacidade de o "usar" de forma natural e credível.

Afonso Furtado não apenas adotou as armas dos "Mendoza"; portou-as com a confiança de quem tinha direito a elas. Esta confiança performativa é essencial para que o símbolo cumpra a sua função legitimadora.

Por último, e não menos importante, temos de nos questionar e fazer uma análise dos factos à luz da ética. Perante a problemática que emerge do uso do nome Mendonça por Afonso Furtado, impõe-se a pergunta: devemos considerar a sua estratégia como um ato de astúcia e ambição política ou, pelo contrário, como um embuste genealógico?
A resposta a estas questões depende da perspetiva adotada:
Em última análise, Afonso Furtado de Mendonça não foi um falsário de documentos, mas um arquiteto de perceções. Ele não inventou propriedades que não tinha; possivelmente inventou um passado que justificasse o futuro que ele próprio estava a construir para a sua descendência.

O LEGADO DE AFONSO FURTADO DE MENDONÇA:

Afonso Furtado de Mendonça merece ser recordado como um estratega brilhante. Compreendeu que, na sociedade medieval, a legitimidade construía-se tanto através de símbolos e narrativas como através de linhagem sanguínea. Usou de forma eficaz e natural a apropriação de uma identidade prestigiosa.

Na génese, o seu legado não reside na veracidade da ligação aos "Hurtado de Mendoza", ligação que, como demonstrámos, é na melhor das hipóteses amplificada e na pior fabricada. O seu verdadeiro legado reside fundamentalmente nos seguintes pontos:

- Independentemente da origem do apelido, Afonso Furtado fundou efetivamente uma nova linhagem "Mendonça" portuguesa que se ramificou e prosperou durante séculos, produzindo figuras notáveis como aqui referimos. A identidade que construiu sobreviveu-lhe por mais de meio milénio.
- O seu caso prova que, mesmo numa sociedade aparentemente rígida como a que existia na época medieval, havia espaço para uma construção identitária. A nobreza não era apenas uma questão de sangue, mas também de símbolos, narrativas, comportamentos e alianças de reconhecimento social. Esta compreensão é essencial para entender a história.
- Finalmente, numa perspetiva mais filosófica, a história de Afonso Furtado leva-nos a refletir sobre a condição humana entre o "Ser e o Parecer", o "Mérito e Linhagem" e, fundamentalmente, sobre o confronto entre a "Realidade e a Verdade".

A problemática aqui elencada não é exclusiva da aristocracia medieval. Isto é natural da condição humana, em qualquer época. Todos nós, em alguma medida, "fabricamos" as nossas identidades sociais, selecionamos os aspetos que queremos projetar, apropriamo-nos de símbolos que nos valorizam. A diferença é de grau, e não de natureza.

CONCLUSÃO:

Este estudo estabeleceu a genealogia da família Azevedo Mendonça através de dezasseis gerações, abrangendo aproximadamente 500 anos de história familiar.
A investigação das primeiras nove gerações baseia-se em documentação primária completa, tais como assentos paroquiais disponíveis nos Arquivos Distritais do Porto e de Braga. A filiação está estabelecida com um elevado grau de certeza, permitindo rastrear a transmissão do apelido Mendonça desde António de Azevedo Mendonça, referido na Geração I, até D. Joana de Mendonça, referida na Geração IX.
A família, ao longo de mais de três séculos, concentrou-se fundamentalmente nas freguesias de São Romão do Coronado e São Cristóvão do Muro, ambas do Concelho da Trofa, e em Santa Cristina de Malta, Gião, Vilar e Fajozes, freguesias do Concelho de Vila do Conde, por laços de nascimento e matrimónio.

Destaque para a documentação de António Matos de Azevedo Mendonça como Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão do Muro (1918-1920), republicano e um dos responsáveis pelo processo de construção do cemitério local.
A análise crítica estabeleceu, com elevada probabilidade, a filiação de Joana Francisca de Mendonça como filha natural de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça.
Quanto às gerações X a XIII (séculos XVI-XVII), a linha sucessória é muito fiável. Embora alguns documentos originais estejam em falta, o cruzamento de informações com arquivos e estudos de referência, como o de Almada e Lencastre Bastos, família Vasconcelos, Maria Hermínia Maldonado, Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto, garantem a solidez desta parte do estudo.
Por outro lado, a inconsistência documental encontrada aponta para uma correção da data de óbito de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, a qual provavelmente ocorreu em 1662, em vez de 1653, como se pensava.

No que se refere às gerações XIV a XVI, do século XV, a linha descrita apresenta-se mais hipotética, contudo baseada em fontes históricas também credíveis. Estas três gerações são descritas com base exclusivamente em fontes secundárias academicamente reconhecidas e sujeitas a revisão científica, cujas conclusões, embora não consensuais, representam o estado atual do conhecimento sobre esta linhagem; nomeadamente sobre a verdadeira origem do apelido "Mendonça" e a alegada ligação varonil aos “Hurtado de Mendoza” castelhanos. A sua inclusão neste estudo justifica-se pela relevância das investigações apresentadas pelos autores referidos, considerados referenciais nacionais para a compreensão das estratégias de consolidação do apelido Mendonça, em Portugal e analisadas na última parte do trabalho.

Manuel Abranches de Soveral e Manuel Lamas de Mendonça são, porventura, as maiores autoridades portuguesas sobre os Furtado de Mendonça. Contudo, a questão da origem do apelido Mendonça em Portugal ultrapassa largamente o campo da genealogia, assumindo, porventura, contornos políticos.

A investigação destes autores não é reconhecida ou valorizada por alguns genealogistas dos "Mendonça" espanhóis.
Esta divergência reflete não apenas questões metodológicas, genealogia tradicional em oposição a crítica documental, mas também dimensões identitárias relacionadas com o prestígio e exclusividade da linhagem em cada um dos lados da fronteira.
Soveral e Lamas de Mendonça construíram as suas teses precisamente sobre o silêncio documental: a ausência total de registo do alegado casamento de Afonso Furtado com D. Maria Mendonça, bem como uma eventual ligação de Afonso Furtado aos "Mendoza" espanhóis. Para os investigadores espanhóis, esta ausência documental não constitui prova. Contudo, do ponto de vista da crítica documental adotada neste trabalho, seguindo a metodologia destes autores, o silêncio arquivístico sistemático é eloquente e constitui, em si mesmo, uma evidência.

Face a tais factos, somos levados a concluir que, independentemente da existência ou não de documentação que provem uma ligação aos "Hurtado de Mendoza" castelhanos, estamos, acima de tudo, perante uma construção de identidade e prestígio social que atravessou séculos.
A investigação documental que sustenta este trabalho revelou ainda, de forma inteiramente não intencional, um padrão recorrente ao longo de pelo menos três gerações documentadas desta linhagem, separadas por cinco séculos de história.
D. Maria Furtado de Mendonça, era filha natural legitimada de Afonso Furtado de Mendonça, no século XV. D. Joana Francisca de Mendonça, era filha natural de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, no século XVII. E António de Azevedo Mendonça, que no século XX teve filhos fora do casamento.
Três gerações. Três contextos históricos radicalmente diferentes. Três estatutos sociais sem qualquer ponto de comparação. E, no entanto, verifica-se o mesmo padrão humano, documentado nas fontes, sem que o autor o tivesse procurado.
Uma outra coisa que aprendemos da análise do estudo desta família Azevedo Mendonça é que ela representa um exemplo típico de proprietários rurais do Norte de Portugal, cuja permanência num raio territorial reduzido ao longo dos séculos foi uma condição central da sua reprodução social.
Esta permanência territorial está sustentada por fontes primárias verificáveis, assentos paroquiais, escrituras notariais, documentos de arquivo com cotas identifica-

das que sustentam gerações com um grau de certeza elevado e pouco comum para famílias desta condição social no Norte de Portugal dos séculos XVII e XVIII. Mas a sua contribuição vai além do registo genealógico. O que a leitura atenta deste trabalho revela e que os dados impõem é a existência de uma endogamia territorial de excecional continuidade e coerência. Desde os Ferreiras do século XIV, com o Paço de Cavaleiros em Outeiro Maior, passando pelos Furtado de Mendonça em Fajozes e Mariz, até aos Azevedo Mendonça em Santa Cristina de Malta, Gião e São Cristóvão do Muro a família nunca abandonou um território coerente ancorado na região de Vila do Conde e a Via Veteris articulava e que o Rio Ave, atravessado pela ponte junto a São Simão da Junqueira, não constituía fronteira, mas prolongamento natural. Esta continuidade territorial de pelo menos seis séculos, documentada por fontes independentes e verificáveis, não é um dado acessório. É o elo de ligação que confere ao trabalho uma coerência interna que nenhum investigador poderia fabricar porque não depende de interpretação, mas de geografia física que ainda hoje é verificável no terreno. Malta, Vairão e Fajozes e Gião são campos contíguos. A distância entre eles não mudou desde 1650.

É precisamente esta ancoragem territorial que reforça, em termos probabilísticos, a solidez da filiação estabelecida para D. Joana Francisca de Mendonça da Geração IX. O assento de nascimento de 1656, o documento de quitação de 1685, a correção da data de óbito de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, e o estabelecimento de Joana em Santa Cristina de Malta a menos de cinco quilómetros do morgado paterno de Fajozes, dentro do mesmo sistema territorial onde a família tinha raízes documentadas há gerações constituem uma convergência de evidências independentes que a endogamia territorial torna ainda mais significativa. Numa comunidade de densidade populacional muito reduzida onde toda a gente se conhecia e onde o território era o principal organizador da vida social, a presença de Joana naquele lugar específico não é uma coincidência. É uma consequência.

O trabalho revela também, de forma não intencional, algo que transcende a genealogia. A persistência de padrões humanos ao longo de três gerações separadas por cinco séculos. A construção identitária como constante da condição humana de Afonso Furtado no século XV ao próprio autor em 2026. A assimetria de género que a Igreja, o direito e o Estado reproduziram de formas diferentes, mas com efeitos semelhantes durante cinco séculos. E a fé católica como fio condutor ininterrupto dos enterros intramuros do século XVII ao cruzeiro da Via Sacra oferecido por José de Azevedo Mendonça no século XIX.

Um outro padrão, talvez o mais invisível, é o facto de a via feminina sustentar a linhagem quando a via masculina colapsa. O estudo documenta-o com uma regula-

ridade que os documentos impõem. A linha masculina extingue-se nas armadas do Oriente, e é D. Filipa de Ataíde que permanece, vendo partir o marido, os cunhados e os filhos para a Índia, sem nunca abandonar o território. Os morgados de Fajozes e Argemil concentram-se num único sobrevivente depois de três gerações de homens mortos no mar e em Goa, e é D. Francisca Correia da Silva, filha do chanceler-mor da Índia, mantém a casa depois de o marido e os dois filhos terem falecido, vivendo até idade avançada e sendo obrigada, em 1656, a peticionar uma pensão de alimentos para sobreviver, último testemunho de uma mulher que sustentou uma linhagem até ao limite das suas forças. D. Joana Francisca de Mendonça é filha natural, excluída da herança formal dos morgados, e é ela que transporta o nome e o sangue da Casa de Argemil para Santa Cristina de Malta, funda pelo casamento com Domingos António Pinheiro o ramo que chegaria ao século XX, e afirma a sua presença jurídica num documento de quitação de 1685, num tempo em que uma mulher ter o seu nome num documento público era por si só um acto de afirmação. Florência Antónia chega a Malta como filha de um paroquiano sem apelido de distinção, casa com Agostinho de Azevedo Mendonça, e é ela que "estabilizou a fortuna vinda de fora com a tradição local", sendo sepultada no interior da Igreja de Santa Cristina de Malta. E Maria Torres Neves é a última desta linhagem de mulheres invisíveis e decisivas, separada do marido, cria sozinha os filhos mais novos na sua pequena casa em Barca, no Concelho da Maia, com poucos recursos, sem grande autonomia jurídica, sem direito a voto, num país que o Código Civil, a Concordata e o Estado Novo tinham construído precisamente para a manter nessa condição. E ainda assim criou os filhos. E ainda assim permaneceu e a linhagem sobreviveu.

O paradoxo é estrutural: numa sociedade que juridicamente apagava as mulheres, as excluía da herança e as subordinava em tudo ao marido, são repetidamente as mulheres que garantem a continuidade da linhagem. Os homens partem, morrem, dilapidam ou extinguem ramos. As mulheres ficam e reconstroem. E a sua recorrência ao longo de cinco séculos não é coincidência. É a história real desta família, por baixo da história oficial.

O Ultramar é um outro mecanismo estruturante do estatuto familiar. O estudo documenta quatro momentos distintos em que o Ultramar intervém decisivamente no destino desta família.

Pedro de Ataíde, antepassado por via matrimonial, integra a armada de Pedro Álvares Cabral em 1500 e morre em 1504 ao largo de Moçambique, sem ter acumulado riqueza.

Rui Ferreira Furtado de Mendonça vai para a Índia e é ali que o seu carácter se revela: após receber uma carta do seu pai, lançando-se ao mar a nado para alcançar as naus que partiam sem ele, regressa ao reino, mata o abade de Creixomil em duelo

e parte de novo para a Índia. O episódio é dramatizado por Camilo Castelo Branco e é também um índice da centralidade que o Ultramar ocupava mesmo na vida dos que sobreviveram a ele.
Luís Ferreira Furtado de Mendonça, Capitão da Armada, que comanda a nau São Boaventura em 1614 e morre no Golfo da Guiné; os seus dois irmãos morrem também a caminho da Índia. O seu filho Duarte Pacheco Pereira falece em Goa, em 1635, assim como a sua filha D. Beatriz Pacheco pouco tempo depois. A linha masculina extingue-se. A fortuna concentra-se em Argemil e Fajozes, no seu meio-irmão, Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, descrito na Geração X.
O caso mais completo é o de Domingos António Pinheiro que ao contrário dos anteriores, regressa da India com dinheiro. Estabelece-se em Santa Cristina de Malta e casa com D. Joana Francisca de Mendonça, a filha natural da Casa de Argemil e Fajozes. Este casamento não foi apenas uma aliança matrimonial: foi a conversão do capital Vindo da Índia em território, em nome e em linhagem. Domingos António Pinheiro trouxe o dinheiro; Joana carregava o sangue e o reconhecimento jurídico de uma casa nobre. Juntos fundaram o ramo que chegaria ao século XX. Sem este casamento, não existiria a família Azevedo Mendonça em Santa Cristina de Malta. Sem a fortuna da Índia, não haveria certamente este casamento.
O que estes quatro momentos têm em comum é o mecanismo que os une: o Ultramar como variável que altera trajetórias de vida, extingue ramos, reconfigura fortunas e, por fim, funda linhagens. Este padrão, documentado de forma independente em gerações separadas por décadas, não é coincidência. É um elo fortíssimo que fundamenta esta família. O Ultramar não foi para esta família uma aventura. Foi o instrumento pelo qual a família se construiu, se manteve viva e com estatuto. A sua ausência da conclusão seria uma lacuna não apenas histórica, mas interpretativa: seria ignorar o motor silencioso que explica por que esta família de agricultores proprietários do norte de Portugal tem raízes documentadas que tocam a armada de Cabral, o Estado da Índia e a conquista do Brasil.

Nenhum destes elementos foi colocado ali deliberadamente. Emergiram da investigação como emergem os padrões de qualquer sistema humano quando alguém o observa com honestidade e sem agenda prévia.
Um outro aspeto que também emerge desta investigação, é que os casamentos funcionaram como instrumentos decisivos de consolidação patrimonial e de reforço de redes, ligando de forma sistemática casas agrarias de estatuto semelhante na região da Trofa, Vila do Conde e Barcelos.
A investigação documental que sustenta este trabalho revelou ainda a profunda ligação desta família à Igreja Católica. Desde logo os enterros intramuros em várias

gerações aqui documentadas. Francisco Ferreira Furtado de Mendonça e D. Maria Mendonça, da geração X, foram enterrados na Capela do Santíssimo Sacramento, na Igreja Matriz de Barcelos. Agostinho Azevedo Mendonça e Florência Antónia, da geração VIII, foram sepultados dentro da Igreja de Santa Cristina de Malta.
Manuel Azevedo Mendonça, da geração V, foi absolvido e ungido, tendo o ofício fúnebre contado com sete padres. José de Azevedo Mendonça, da geração III, foi sepultado em caixão de chumbo e ofereceu um dos cruzeiros da Via Sacra, revelando não apenas o estatuto social da família, mas sobretudo a sua religiosidade e a importância da fé no seu quotidiano. Cinco séculos. Territórios diferentes. Estatutos sociais diferentes. E a mesma fé a marcar os momentos mais importantes da vida e da morte de cada geração.

Por outro lado, no plano sociológico o estudo revela a assimetria de poder de género, em que o caso de Maria Torres Neves da geração I é o exemplo mais eloquente e revelador, mostrando como o enquadramento jurídico, religioso e político (Código Civil, Concordata e Estado Novo) tratava o género feminino e limitava a sua autonomia mesmo em contexto de relativa abundância material.
Um outro facto surpreendente que emerge do estudo de Afonso Furtado de Mendonça, referido na geração XVI é que a legitimidade aristocrática se constrói tanto por sangue como por símbolos, narrativas e estratégias de autorrepresentação, levando-nos inevitavelmente a questionar qual fronteira entre a "verdade genealógica" e "verdade social" e qual das duas é a mais importante.
Um outro aspeto, paradoxalmente, emerge do silencio documental e das lacunas de arquivos, eles não são apenas obstáculos, mas são também indícios produtivos, capazes de revelar operações conscientes de construção identitária e de proporcionar o esquecimento seletivo das origens.

Por último, a genealogia, quando praticada com honestidade, não revela apenas a transmissão de apelidos, patrimónios e estatutos sociais ou construções identitárias. Revela também poder ser um laboratório para compreender a articulação entre memória, poder e identidade em contextos locais concretos, expondo por vezes, de forma desconfortável, a persistência de padrões humanos que atravessam séculos com uma regularidade que desafia qualquer explicação simples.
Se este padrão reflete uma transmissão cultural, social, ou simplesmente a condição humana na sua expressão mais universal, fica necessariamente em aberto. Os documentos registam os factos.
A interpretação pertence ao leitor.

CONTRIBUIÇÕES ORIGINAIS:

Desde logo, a fragmentação onomástica e a descontinuidade do apelido "Mendonça" em alguns ramos da família no século XX, representam uma resposta menos positiva da identidade familiar por parte de alguns elementos deste ramo familiar, devido à vivência de António de Azevedo Mendonça, referido na Geração I.
A participação política local de António Matos de Azevedo Mendonça como Presidente republicano na Junta de Freguesia (1918-1920), contextualiza a família nas transformações políticas da Primeira República.

A necessidade de uma correção de erro bibliográfico. A data de óbito de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, estabelecida como 1653 por Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto, é refutada pela escritura de emprazamento de 1 de fevereiro de 1661, conservada no Arquivo Municipal de Vila do Conde (Arquivo de família dos Vasconcelos, cota 3492), que o atesta estar vivo naquela data. Isto mesmo é também confirmado pelo assento de óbito de D. Maria de Mendonça, no qual refere que o falecimento a 23 de agosto de 1663. A data de falecimento é adotada neste trabalho como incerta, anterior a 23 de agosto de 1663.

A análise crítica da real condição de Joana Francisca de Mendonça demonstra, através de cruzamento documental, que Joana não é filha de D. Maria de Mendonça Dantas, contrariando Luís Moura Serra, mas provavelmente era filha natural de Francisco Ferreira Furtado e de mãe não identificada. O uso do tratamento "Dona" pelo abade que batizou o seu filho indica o reconhecimento paterno sem legitimação formal documentada.

A análise das teses de especialistas portugueses sobre a apropriação do apelido Mendonça por Afonso Furtado (século XV), levanta sérias considerações teóricas, como um caso paradigmático de uma eventual construção de identidade aristocrática e mobilidade social.

QUESTÕES EM ABERTO:

Antes de mais, fica por esclarecer a verdadeira identidade da mãe de D. Joana Francisca de Mendonça. O assento refere apenas "mulher solteira, por nome que parece ser Franc.a", sem outra identificação. A resolução deste enigma aguarda pelo aparecimento de outra documentação escrita.
Do mesmo modo, a ausência de documentação primária que comprove o alegado segundo casamento de Afonso Furtado (pai) com "Dona Maria de Mendoza", impede a resolução consensual do debate sobre a origem do apelido Mendonça nos Furtados portugueses. Talvez a investigação de ramos colaterais e suas descendências possa esclarecer questões pendentes.

Mas há uma questão de outra natureza que surge: socialmente é possível ser algo por construção tão eficazmente quanto por nascimento? Afonso Furtado provavelmente não tinha linhagem varonil comprovada aos "Hurtado de Mendoza". Não há documentos em Espanha. Há silêncio nos nobiliários. Há inconsistências cronológicas. E, no entanto, foi aceite como Mendonça. Casou como Mendonça. Os filhos herdaram o apelido. Durante quinhentos anos, ninguém contestou eficazmente. A linhagem produziu alianças, bens, brasões, tudo material e tudo verificável, isto fundamenta a verdade social.

Quando a realidade genealógica e a verdade social entram em contradição, qual é a verdade que mais importa? Para a vida concreta das pessoas que casaram, herdaram e transmitiram identidades, importou a verdade social. Para a honestidade historiográfica, importa a realidade factual.

Este trabalho não resolve a tensão. Expõe-na. E deixa a questão em aberto. Porque ela não é técnica. É existencial. E cada leitor terá de a resolver por si.
A presença do apelido Mendonça na família Azevedo Mendonça prova que, uma vez consolidada a verdade social por Afonso Furtado no século XV, o apelido tornou-se um elemento intangível de prestígio, transmitido ao longo de quinhentos anos, independentemente da questão da sua origem.
Resumindo, a identidade não é apenas herdada. É também, e talvez fundamentalmente, construída.

PERSPETIVAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA:

Sobre a família "Azevedo Mendonça" em particular a consulta de arquivos notariais (testamentos, escrituras, inventários) poderá esclarecer a estrutura patrimonial e estratégias sucessórias. Documentação da Ordem de Malta sobre privilégios dos residentes em Santa Cristina de Malta (séculos XVII-XVIII) poderá trazer outra luz ao estudo aqui apresentado; um outro aspeto não menos importante correlaciona-se com a investigação de outros ramos colaterais e outras famílias Mendonça das regiões aqui referidas que poderão complementar os seus próprios estudos.
Questões metodológicas mais amplas: Outros estudos genealógicos comparativos apontam para a apropriação de apelidos nobiliárquicos como fenómeno de ascensão social;
Avaliação do impacto da digitalização documental e acessível ao público em geral contribui para uma democratização da investigação genealógica;

Este trabalho demonstra que, com rigor metodológico e acesso a fontes digitalizadas, é possível reconstruir genealogias detalhadas de famílias. A história da família como a Azevedo Mendonça, agricultores que participaram na vida comunitária, corresponde à história de milhares de famílias portuguesas cujas vidas merecem ser conhecidas e transmitidas.

A genealogia não é privilégio da nobreza, é um direito e património de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. OBRAS: (LIVROS, ARTIGOS e REVISTAS)

A - Fontes Primárias Impressas:

(45) GAGO, Alice Borges (2019). "O Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um arquivo de família(s)". Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra. Coimbra. Vol. 32, n.º 1, p.p. 39-98.

(48) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 268.

(50) PINTO, Pedro (2010). "Catálogo do Fundo Almada e Lencastre Basto na Biblioteca Nacional de Portugal". [Versão provisória]. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. BNP/ALB/ANTT/PASTA 29/CX.1, doc. n.º 1205.

(53) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 277.

(54) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 278.

(57) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 268.

(58) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 270, nota 227.

(60) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 269, nota 219.

(61) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 269, nota 221.

(62) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p.p. 269 e 270.

(64) BETTENCOURT, José António (2008). "A nau Nossa Senhora da Luz (1615) no contexto da carreira da Índia e da escala dos Açores: uma abordagem histórico-arqueológica". Dissertação de mestrado. Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

(65) MALDONADO, Maria Hermínia (leit. e anot.) (1985). «Relação das Náos e Armada da Índia» [British Library, Códice Add. 20902]. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. p. 125.

(66) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 270, nota 227.

(71) MENDES, Ana Filipa Almeida (2015). "Para a construção de uma memória: organização sistémica do Arquivo dos Condes de Azevedo". Dissertação de Mestrado em História e Património - Ramo de Arquivos Históricos. Orientador: Prof. Doutor Armando Malheiro da Silva; Coorientadora: Dr.ª Laura Garrido. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 50

(72) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). «Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII». Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 267, nota 214.

(73) FONSECA, Teotónio José da (1948). «O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado». Vol. I. Barcelos: [s.n.]. p. 220.

(74) MENDES, Ana Filipa Almeida (2015). «Para a construção de uma memória: organização sistémica do Arquivo dos Condes de Azevedo». Dissertação de Mestrado em História e Património -Ramo de Arquivos Históricos. Orientador: Prof. Doutor Armando Malheiro da Silva; Coorientadora: Dr.ª Laura Garrido. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 50.

(76) CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012). "Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII". Anais de História de Além-Mar. Lisboa: CHAM. Vol. XIII, p. 267, nota 214.

(78) GAIO, Felgueiras (1938). "Nobiliário de Famílias de Portugal". Tomo XIV. Braga: Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles / Domingos de Araujo Affonso. p. 41, Ferreiras, § 2, N 12.

(79) Localidade do Concelho de Mirandela.

(80) Localidade do Concelho de Valpaços.

(81) Antiga localidade do Concelho de Póvoa de Lanhoso, hoje faz parte da União das Freguesias de Esperança e Brunhais, do mesmo Concelho.

(82) MENDONÇA, Manuel Lamas de; SOVERAL, Manuel Abranches de (2004). "Os Furtado de Mendonça Portugueses: Ensaio sobre a sua verdadeira origem". Porto: Edição dos autores. p. 85.

(83) SALAVESSA, Maria Eunice da Costa (2006). "Registo e Interpretação da Capela da Misericórdia de Murça". Douro: Estudos & Documentos. Porto: FLUP/Afrontamento. Vol. 12, n.º 21, p. 23.

(84) MENDONÇA, Manuel Lamas de; SOVERAL, Manuel Abranches de (2004). "Os Furtado de Mendonça Portugueses: Ensaio sobre a sua verdadeira origem". Porto: Edição dos autores. p. 85.

(85) BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo (1921). "Brasões da Sala de Sintra". 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade. 3 vols. p. 468.

(86) MENDONÇA, Manuel Lamas de; SOVERAL, Manuel Abranches de (2004). "Os Furtado de Mendonça Portugueses: Ensaio sobre a sua verdadeira origem". Porto: Edição dos autores. p. 55.

(87) MENDONÇA, Manuel Lamas de; SOVERAL, Manuel Abranches de (2004). "Os Furtado de Mendonça Portugueses: Ensaio sobre a sua verdadeira origem". Porto: Edição dos autores. p. 82.

(88) GAIO, Felgueiras (1938). "Nobiliário de Famílias de Portugal". Tomo XX. Braga: Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles / Domingos de Araujo Affonso. p. 44, [Mendonça Furtados], § 1, N 11.

(89) MENDONÇA, Manuel Lamas de; SOVERAL, Manuel Abranches de (2004). "Os Furtado de Mendonça Portugueses: Ensaio sobre a sua verdadeira origem". Porto: Edição dos autores. p.p. 97-105.

(90) BRANDÃO, Frei Francisco (1921). "Quinta parte da Monarchia Lusytana". «O primeiro que em escritura publica vi com o apellido de Mendoça foi Afonso Furtado filho do Capitão-mór"», fl. 35v.

(91) Vide: https://www.revistamilitar.pt/artigo/1050, consultado em 11/12/2025.

(92) Braamcamp Freire, Anselmo (1921). "Brasões da Sala de Sintra". Livro Terceiro. 2.ª Edição. Coimbra: Imprensa da Universidade, p.p. 171–172.

B - Revistas de Divulgação Local

(5) Revista Murense (2020). «História do Nosso Cemitério». Revista Murense, n.º 3, dezembro de 2020.

(6) Revista Santo Tirso Arqueológico (s.d.). Vol. I, n.º 4, 2.ª série, p. 87. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso. Depósito Legal: 216639/04; ISSN: 1646-0146.

(11) Revista Murense (2021). «Cruzeiros da Via Sacra: Um Património a Preservar». Revista Murense, n.º 4, dezembro de 2021.

II. REFERÊNCIAS DE PÁGINAS DE INTERNET:

(33) Geneall. «Casa da Serra, da Trofa (Ascendência, Descendência e Colaterais)» [Luís Moura Serra, 2004]. Disponível em: https://pagfam.geneall.net/52/pessoas.php?id=1184011. Consultado em 16/07/2025

(42) Junta de Freguesia de Malta e Canidelo. «História de Malta». Disponível em: https://www.freg-maltacanidelo.pt/malta/historia.html. Consultado em 7/08/2025.

(49) SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. «Igreja de São Bento de Vairão [ID 5369]». Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5369. Consultado em 23/08/2025.

(51) Ordem de Malta — Portugal. «Visita à antiga Comenda de Malta, Vila do Conde». Disponível em: https://ordemdemalta.blogspot.com/2014/06/visita-antiga-comenda-de-malta-vila-do.html. Consultado em 23/08/2025.

(59) Wikipédia. «Armadas da Índia». Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Armadas_da_%C3%8Dndia#cite_refBN_Lisboa_1640_5-13, consultado 1/10/2025.

(67) Biblioteca Nacional de Portugal. «Registo bibliográfico UNIMARC, ID 1940996». Disponível em: https://urn.bnportugal.gov.pt/bibliografia/unimarc/txt?id=1940996. Consultado em 2/10/2025.

(68) Arquivística Histórica, FCSH-UNL. «Francisco Furtado de Mendonça (fl. 1565-1596)». Disponível em: http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/mendonca-francisco-furtado-de-flor-1565-1596. Consultado em 5/10/2025.

(69) Arquivística Histórica, FCSH-UNL. «Traslado da instituição do morgado de Canidelo». Disponível em: http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/traslado-da-instituicao-do-morgado-de-canidelo. Consultado em 5/10/2025.

(70) Arquivística Histórica, FCSH-UNL. «Antónia de Sousa (fl. 1565 — m. c. 1596)». Disponível em: http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/sousa-antonia-de-flor-1565-m-c-1596. Consultado em 5/10/2025.

(75) EVE, FCSH-UNL. «Pedro de Ataíde». Disponível em: https://eve.fcsh.unl.pt/pt/pessoas/pedro-de-ataide. consultado em 12/10/2025

(77) União das Freguesias de Bagunte, Ferreiro, Outeiro e Parada. «Quinta de Cavaleiros». Disponível em: https://uf-bagunte-ferreiro-outeirparada.pt/pages/revisitar/25/Quinta_de_Cavaleiros. Consultado em 1/11/2025.

(91) Revista Militar. «Afonso Furtado de Mendonça». Disponível em: https://www.revistamilitar.pt/artigo/1050. Consultado em 11/12/2025

III. FONTES ARQUIVÍSTICAS:

A - Digitalizadas (Tombo.pt)

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT), Registos Paroquiais:

(1) PORTUGAL, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia do Muro, (Santo Tirso): Batismos, 1901-1907, Livro 13, pág./img. 98, Reg. n.º 21. PT/ADPRT/PRQ/PSTS14/001/0013 [m0098], [António de Azevedo Mendonça, Geração I].

(2) PORTUGAL, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Barca, (Maia): Batismos, 1906-01-02 a 1906-12-29, Livro 36, pág./imag. 23, registo n.º 41, PT/ADPRT/PRQ/PMAI02/001/0036 [m0023], [Maria Torres Neves, Geração I].

(3) PORTUGAL, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia do Muro, (Santo Tirso): Batismos, 1860-1862, Livro 6, pág./imag. 11, registo n.º 1, PT/ADPRT/PRQ/PSTS14/001/0006 [m00011], [António Matos de Azevedo Mendonça, Geração II].

(4) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Gião (Vila do Conde): Casamentos, 1889-01-01 a 1889-12-31, Livro 35, pág./imag. 13, registo n.º 6, PT/ADPRT/PRQ/PVCD10/002/0035 [m0006], [Casamento, Geração II].

(7) Portugal, Arquivo Distrital do Porto- Paróquia de Gião (Vila do Conde): Batismos, 1869-01-01 a 1869-12-31, Livro 15, pág./imag. n.º 10, registo n.º 15, PT/ADPRT/PRQ/PVCD10/001/0015 [m00481], [Albina Joaquina Ramos, Geração II].

(8) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1797-07-10 a 1835-05-06, Livro 5, pág./imag. n.º 85, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0005 [m0327], [José de Azevedo Mendonça, Geração III].

(9) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia do Muro (Santo Tirso): Casamentos, 1826-01-01 a 1859-12-31, livro 5, pág./imag. n.º 25, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PSTS14/002/0005 [m00025], [Casamento, Geração III].

(10) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia do Muro (Santo Tirso): Óbitos, 1876-01-01 a 1895-12-31, Livro 8, pág./imag. n.º 83, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PSTS14/003/0008 [m00083], [José de Azevedo Mendonça, Geração III].

(12) Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia do Muro (Santo Tirso): Batismos, 1780-11-05 a 1826-00-03, Livro 4, pág./imag. n.º 92, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PSTS14/001/0004 [m0839], [Maria da Silva Matos, Geração III].

(13) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia do Muro (Santo Tirso): Óbitos, 1876-01-01 a 1895-12-31, Livro 8, pág./imag. n.º 9, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PSTS14/003/0008 [m00009], [Geração III].

(14) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1767-07-19 a 1846-

01-28, Livro 4, pág./imag. n.º 81, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0004 [m0860], [Manuel de Azevedo Mendonça, Geração IV].

(15) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Fajozes (Vila do Conde): Casamentos, 1789-05-16 – 1813-04-28, Livro 4, pág./imag. n.º 40, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD07/002/0004 [m0862], [Casamento, Geração IV].

(16) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1767-07-19 – 1846-01-28, Livro 4, pág./imag. n.º 47, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0004 [m0826], [Geração IV].

(17) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1767-07-19 – 1846-01-28, Livro 4, pág./imag. n.º 110, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0004 [m0889], [Geração IV].

(18) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1767-07-19 – 1846-01-28, Livro 4, pág./imag. n.º 135, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0004 [m0914], [Geração IV].

(19) Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Fajozes (Vila do Conde): Batismos, 1741-12-30 – 1788-10-23, Livro 3, pág./imag. n.º 87, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD07/001/0003 [m0590], [Joaquina Maria de Azevedo, Geração IV].

(20) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1725-06-22 – 1767-05-01, Livro 3, pág./imag. n.º 81, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0003 [m0631], [Manoel de Azevedo Mendonça, Geração V].

(21) Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Malta (Vila do Conde): Casamentos, 1729-02-09 – 1789-05-23, Livro 3, pág./imag. n.º 63, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/002/0003 [m0763], [Casamento, Geração V].

(22) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta, (Vila do Conde): Óbitos, 1768-07-05 – 1815-02-08, Livro 4, pág./imag. n.º 51, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/003/0004 [m1000], [Manoel de Azevedo Mendonça, Geração V].

(23) Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1725-06-22 – 1767-05-01, Livro 3, pág./imag. n.º 88, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0003 [m0638], [Geração V].

(24) Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Mata (Vila do Conde): Casamentos, 1729-02-09 – 1789-05-23, Livro 3, pág./imag. n.º 65, sob registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/002/0003 [m0765], [geração V].

(25) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1725-06-22 – 1767-05-01, Livro 3, pág./imag n.º 73, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0003 [m0623], [Geração V].

(26) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Fajozes (Vila do Conde): Batismos, 1741-12-30 – 1788-10-23, Livro 3, pág./imag. n.º 51, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD07/001/0003 [m0554], [Geração V].

(27) O assento de batismo de "Manoel de Azevedo Mendonça" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1725-06-22 – 1767-05-01, Livro 3, pág./imag. nº 22, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0003 [m0572], [Manuel de Azevedo

Mendonça, Geração VI].

(28) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Casamentos, 1729-02-09 – 1789-05-23, Livro 3, pág./imag. n.º 33, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/002/0003 [m0683], [Casamento, Geração VI].

(29) Portugal, Arquivo Distrital do Porto - Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1667-12-18 – 1752-06-18, Livro 2, pág./imag. n.º 19, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0002 [m0481], [Agostinho de Azevedo Mendonça, Geração VII].

(30) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Casamentos, 1729-02-09 – 1789-05-23, Livro 3, pág./imag. n.º 8, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/002/0003 [m0658], [Casamento, Geração VII].

(31) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Óbitos, 1724-09-03 – 1768-06-11, Livro 3, pág./imag. n.º 36/53, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/003/0003 [m0735], [Agostinho de Azevedo Mendonça, Geração VII].

(34) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Apontamentos Diversos, 1667 a 1728, Livro 2 - M pág./ imag. 4, registo n.º 2, sob o registo PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/008/0002 [m0526], [Geração VII].

(35) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1667-12-18 a 1752-06-18, Livro 2, pág./imag. n.º 13, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0002 [m0475], [Geração VII].

(36) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1667-12-18 a 1752-06-18, Livro2, pág./imag. n.º 17, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0002 [m0479], [Geração VII].

(37) O assento de batismo de "Florencia Antonia" está disponível para consulta em Tombo.pt: Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1667-12-18 a 1752-06-18, Livro 2, pág./imag. n.º 24, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0002 [m0486], [Florencia Antónia, Geração VII].

(38) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Óbitos, 1724-09-03 a 1768-06-11, Livro 3, pág./imag. n.º 19, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/003/0003 [m0718], [Florencia Antónia, Geração VII]

(39) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Batismos, 1593-03-13 a 1667-12-11, Livro 1, pág./imag. n.º 53, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/001/0001 [m0433], [Thomas Antonio Mendonça, Geração VIII].

(40) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Casamentos, 1674-08-19 a 1728-11-15, Livro 2, pág./imag. n.º 4, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/002/0002 [m0514], [Casamento, Geração VIII].

(41) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Óbitos, 1673-11-19 a 1724-06-04, Livro 2, pág. n.º 23, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/003/0002 [m0550], [Thomas Antonio Mendonça, Geração VIII].

(43) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Óbitos, 1673-11-19 a 1724-06-04, Livro 2, pág./imag. n.º 15, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/003/0002 [m0542], [Domingas Gonçalves de Azevedo, Geração VIII].

(52) Portugal, Arquivo Distrital do Porto – Paróquia de Malta (Vila do Conde): Óbitos, 1673-11-19 a 1724-06-04, Livro 2, pág./imag. n.º 5, sob o registo: PT/ADPRT/PRQ/PVCD15/003/0002 [m0532], [Domingos António Pinheiro, Geração IX].

Arquivo Distrital de Braga (ADB) - Registos Paroquiais:

(44) Portugal, Arquivo Distrital de Braga – Paróquia de Mariz (Barcelos): Batismos, 1628 a 1674, Livro 2, pág./imag. n.º 26, sob o registo: PT/UM/ADB/PRQ/PBCL46/001/0002 [00136]. [Joana Francisca de Mendonça, Geração. IX]

(46/47) Portugal, Arquivo Distrital de Braga – Paróquia de Creixomil (Barcelos): Batismos, 1644 - 1715, Livro 3, pág./imag. n.º 4, sob o registo: PT/UM/ADB/PRQ/PBCL27/001/0003 [00978], [Francisca Luísa Ferreira Furtado de Mendonça e Leonor Maria de Mendonça].

(55) Portugal, Arquivo Distrital de Braga – Paróquia de Mariz (Barcelos): Óbitos, 1633 a 1661, livro 15, pág./imag. n.º 16, sob o registo: PT/UM/ADB/PRQ/PBCL46/003/0015 [00198], [D. Maria de Mendonça, Geração. X].

(56) Portugal, Arquivo Distrital de Braga – Paróquia de Mariz (Barcelos): Óbitos, 1633 a 1661, pág. n.º 18/23, sob o registo: PT/UM/ADB/PRQ/PBCL46/003/0015 [00200], [Francisco Ferreira Furtado, Geração X].

FONTES NÃO DIGITALIZADAS:

(48) Arquivo Municipal de Vila do Conde, Centro de Memórias. Arquivo da Família Vasconcelos de Vila do Conde, cota 3492, C5, Capa 8. Escritura de emprazamento de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça a Catarina Cortes Ribeira, 1 de fevereiro de 1661.

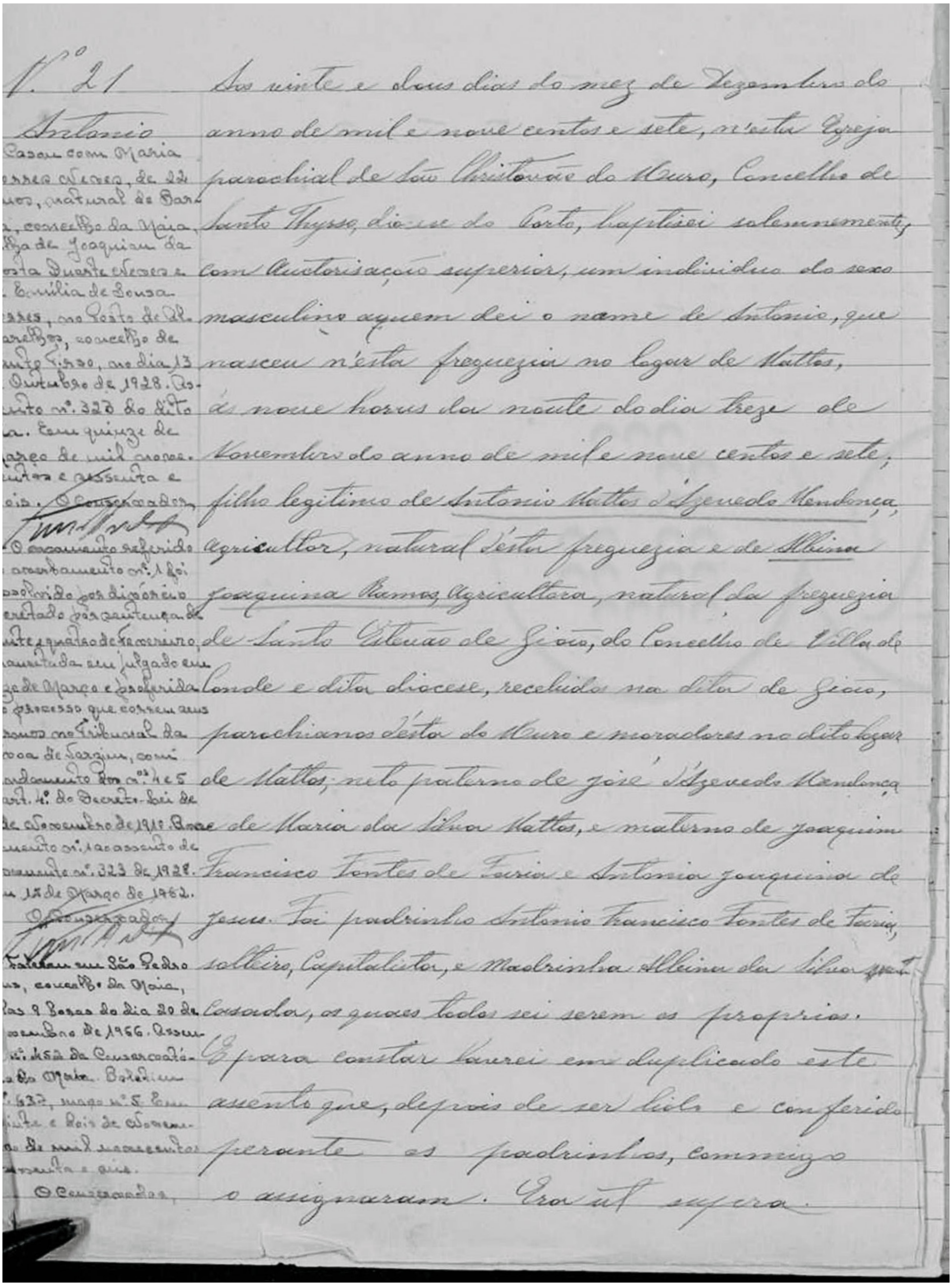
ANEXOS:

Os documentos anexos aqui reproduzidos foram criteriosamente selecionados por apresentarem uma ou mais das seguintes características:

- Informação central para discussões controversas desenvolvidas no texto;
- Dificuldade paleográfica que justifica validação visual da transcrição;
- Particularidades formais relevantes para a argumentação (títulos, assinaturas, anotações marginais);
- Valor ilustrativo da evolução dos formulários de registo ao longo dos períodos estudados.

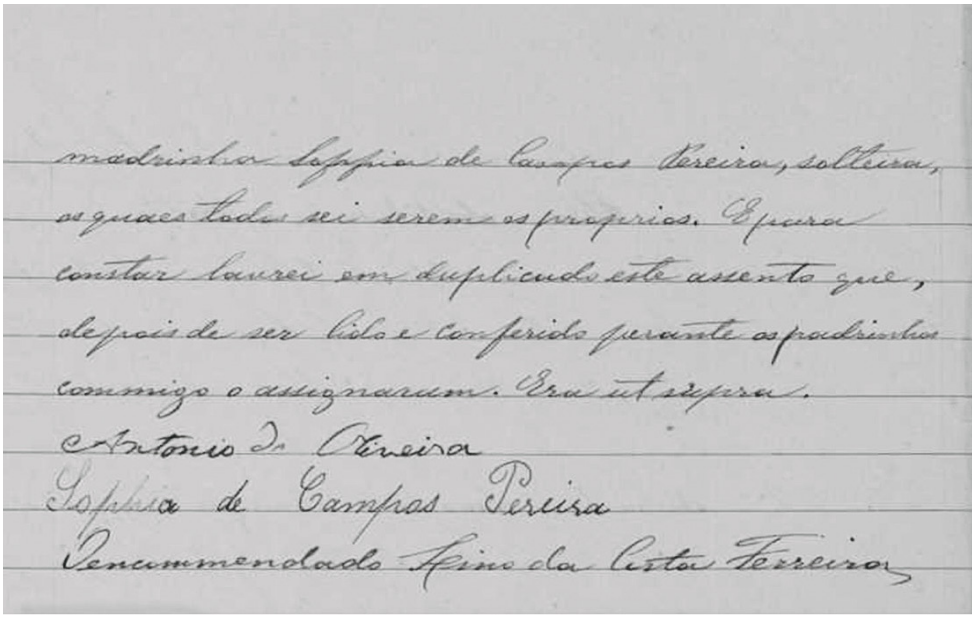
Todos os demais documentos citados ao longo deste trabalho encontram-se integralmente digitalizados e acessíveis nos repositórios indicados, com referências completas fornecidas nas notas de rodapé correspondentes.

Anexo I: Assento de nascimento de "António de Azevedo Mendonça", referido na Geração I.


N.º 21

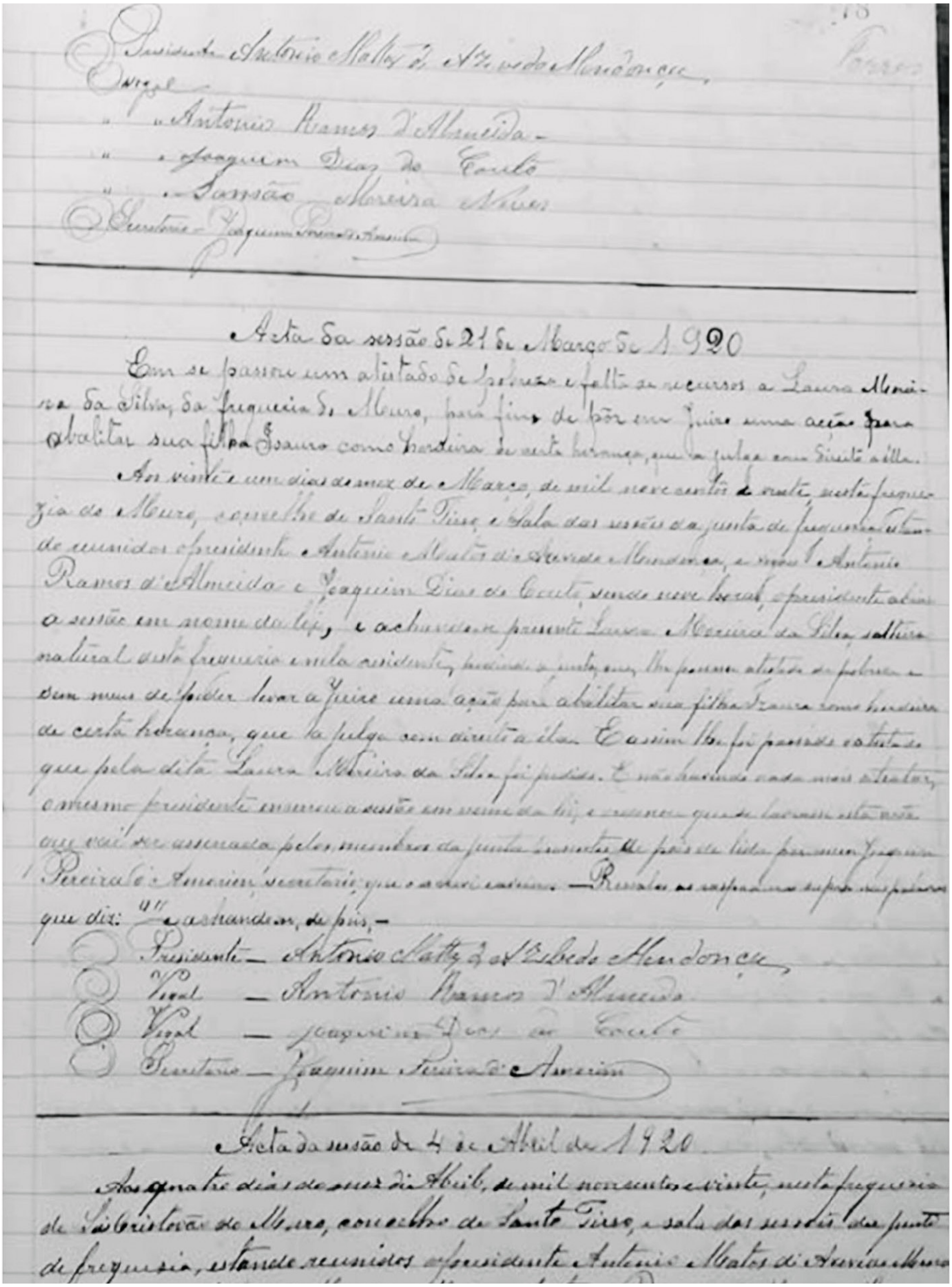
Antonio

Aos vinte e dous dias do mez de Dezembro do anno de mil e nove centos e sete, n'esta Egreja parochial de São Christovão do Muro, Concelho de Santo Thyrso, diocese do Porto, baptisei solemnemente, com auctorisação superior, um individuo do sexo masculino a quem dei o nome de Antonio, que nasceu n'esta freguezia no logar de Mattos, ás nove horas da noute do dia treze de Novembro do anno de mil e nove centos e sete, filho legitimo de Antonio Mattos d'Azevedo Mendonça, agricultor, natural d'esta freguezia e de Albina Joaquina Ramos, agricultora, natural da freguezia de Santo Estevão de Gião, do Concelho de Villa do Conde e dita diocese, recebidos na dita de Gião, parochianos d'esta do Muro e moradores no dito logar de Mattos; neto paterno de José d'Azevedo Mendonça e de Maria da Silva Mattos, e materno de Joaquim Francisco Fontes de Faria e Antonia Joaquina de Jesus. Foi padrinho Antonio Francisco Fontes de Faria, solteiro, capitalista, e madrinha Albina da Silva [illegible] casada, os quaes todos sei serem os proprios. E para constar lavrei em duplicado este assento que, depois de ser lido e conferido perante os padrinhos, commigo o assignaram. Era ut supra.



madrinha Sophia de Campos Pereira, solteira,
os quaes todos sei serem os proprios. E para
constar lavrei em duplicado este assento que,
depois de ser lido e conferido perante os padrinhos
commigo o assignaram. Era ut supra.
Antonio de Oliveira
Sophia de Campos Pereira
Encommendado Assino da Costa Ferreira

Anexo II: Ata da Junta de freguesia de São Cristóvão do Muro, referida na Geração II.



Presidente Antonio Mattos d'Azevedo Mendonça
Vogaes
" Antonio Ramos d'Almeida
" Joaquim Dias do Couto
" Sansão Moreira Neves
Secretario Joaquim Pereira d'Amorim

Acta da sessão de 21 de Março de 1920

Em se passou um atestado de pobreza e falta de recursos a Laura Moreira da Silva, da freguezia do Muro, para fins de pôr em Juizo uma acção para abilitar sua filha Isaura como herdeira de certa herança, que se julga com direito a ella.

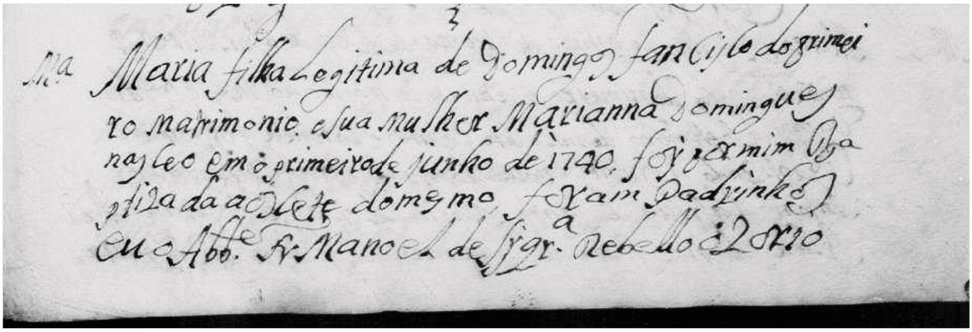
Aos vinte e um dias do mez de Março, de mil novecentos e vinte, nesta freguezia do Muro, concelho de Santo Tirso e Sala das sessões da junta de freguezia, estando reunidos o presidente Antonio Mattos d'Azevedo Mendonça, e vogaes Antonio Ramos d'Almeida e Joaquim Dias do Couto, sendo nove horas, o presidente abriu a sessão em nome da lei, e achando-se presente Laura Moreira da Silva, solteira, natural desta freguezia e nella residente, pedindo á junta que lhe passasse atestado de pobreza e sem meios de poder levar a Juizo uma acção para abilitar sua filha Isaura como herdeira de certa herança, que se julga com direito a ella. E assim lhe foi passado o atestado que pela dita Laura Moreira da Silva foi pedido. E não havendo nada mais a tratar, o mesmo presidente encerrou a sessão em nome da lei, e mandou que se lavrasse esta acta que vai ser assignada pelos membros da junta presentes, depois de lida por mim Joaquim Pereira d'Amorim, secretario, que a escrevi e assigno. — Resalvo as entrelinhas supra nas palavras que diz: "e achando-se presente".

Presidente — Antonio Mattos d'Azevedo Mendonça
Vogal — Antonio Ramos d'Almeida
Vogal — Joaquim Dias do Couto
Secretario — Joaquim Pereira d'Amorim

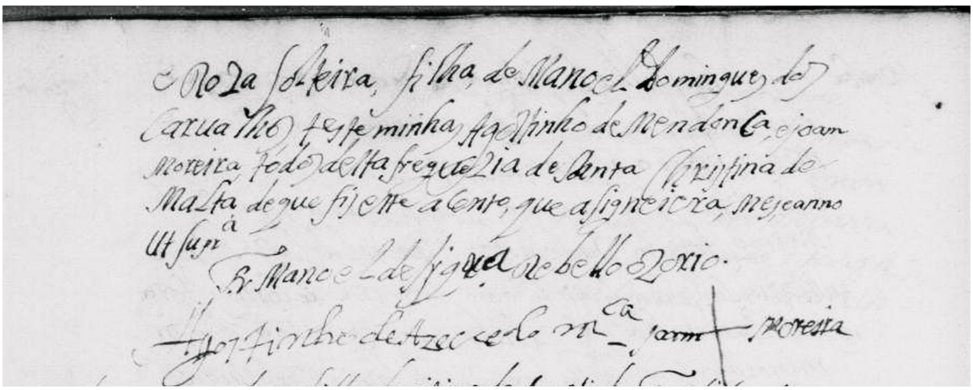
Acta da sessão de 4 de Abril de 1920

Aos quatro dias do mez de Abril, de mil novecentos e vinte, nesta freguezia de São Cristovão do Muro, concelho de Santo Tirso, e sala das sessões da junta de freguezia, estando reunidos o presidente Antonio Mattos d'Azevedo Mendonça

Anexo III: Batizado com assinatura de Agostinho de Azevedo Mendonça, referido na Geração VII.

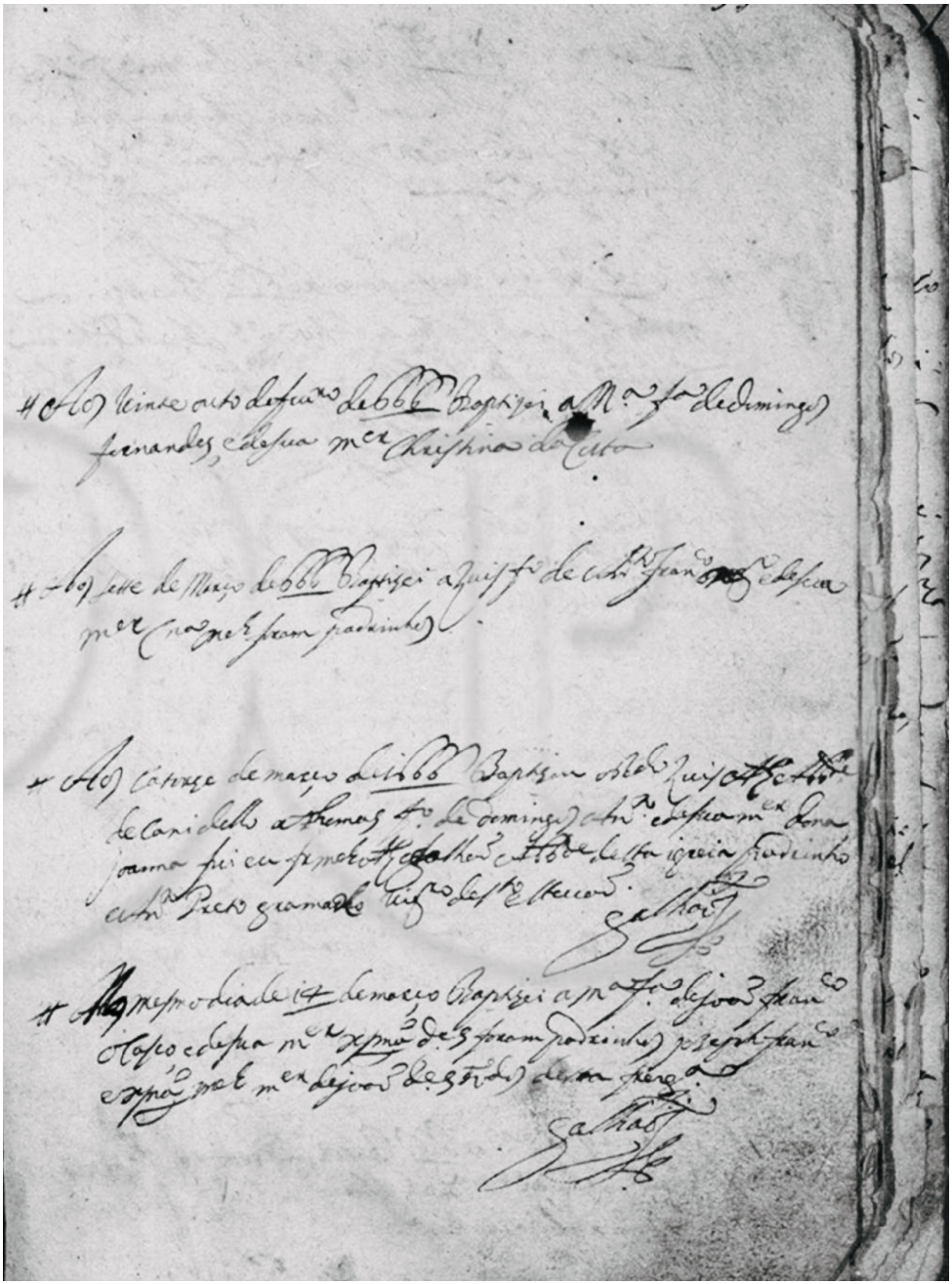


M.a Maria filha legitima de Domingos Francisco do primei
ro matrimonio e sua mulher Marianna Domingues
nasceo em o primeiro de junho de 1740, foi por mim ba
ptizada a dezasete do mesmo, foram padrinhos
eu o Abb.e Fr. Manoel de Figr.a Rebello Q.rio

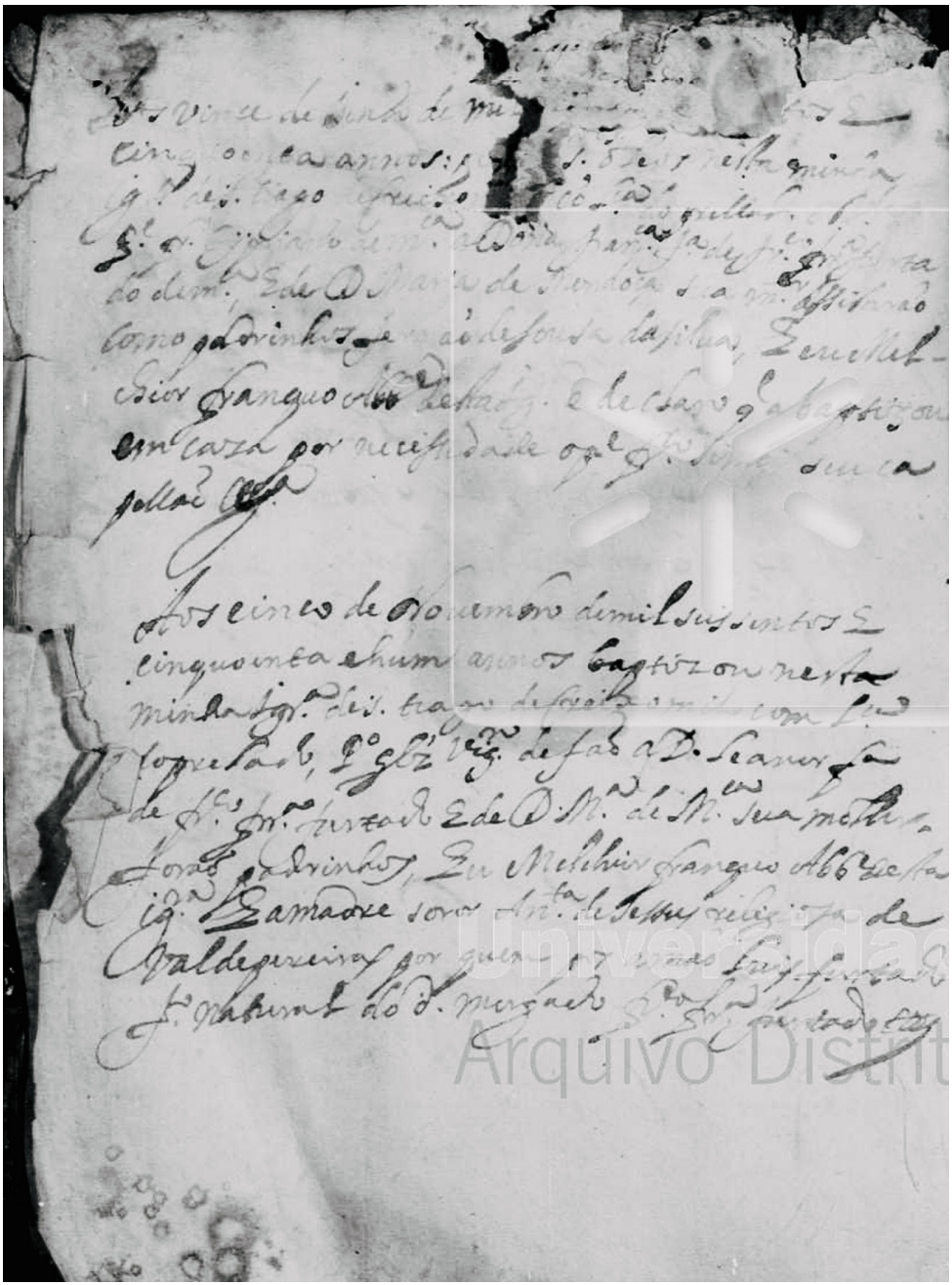


e Roza solteira, filha de Manoel Domingues de
Carvalho, testemunhas Agostinho de Mendonça e Joam
Moreira todos desta freguezia de Santa Christina de
Malta de que fiz este assento, que assignei era, mes e anno
ut supra
Fr. Manoel de Figr.a Rebello Q.rio
Agostinho de Azevedo M.ca Joam + Moreira

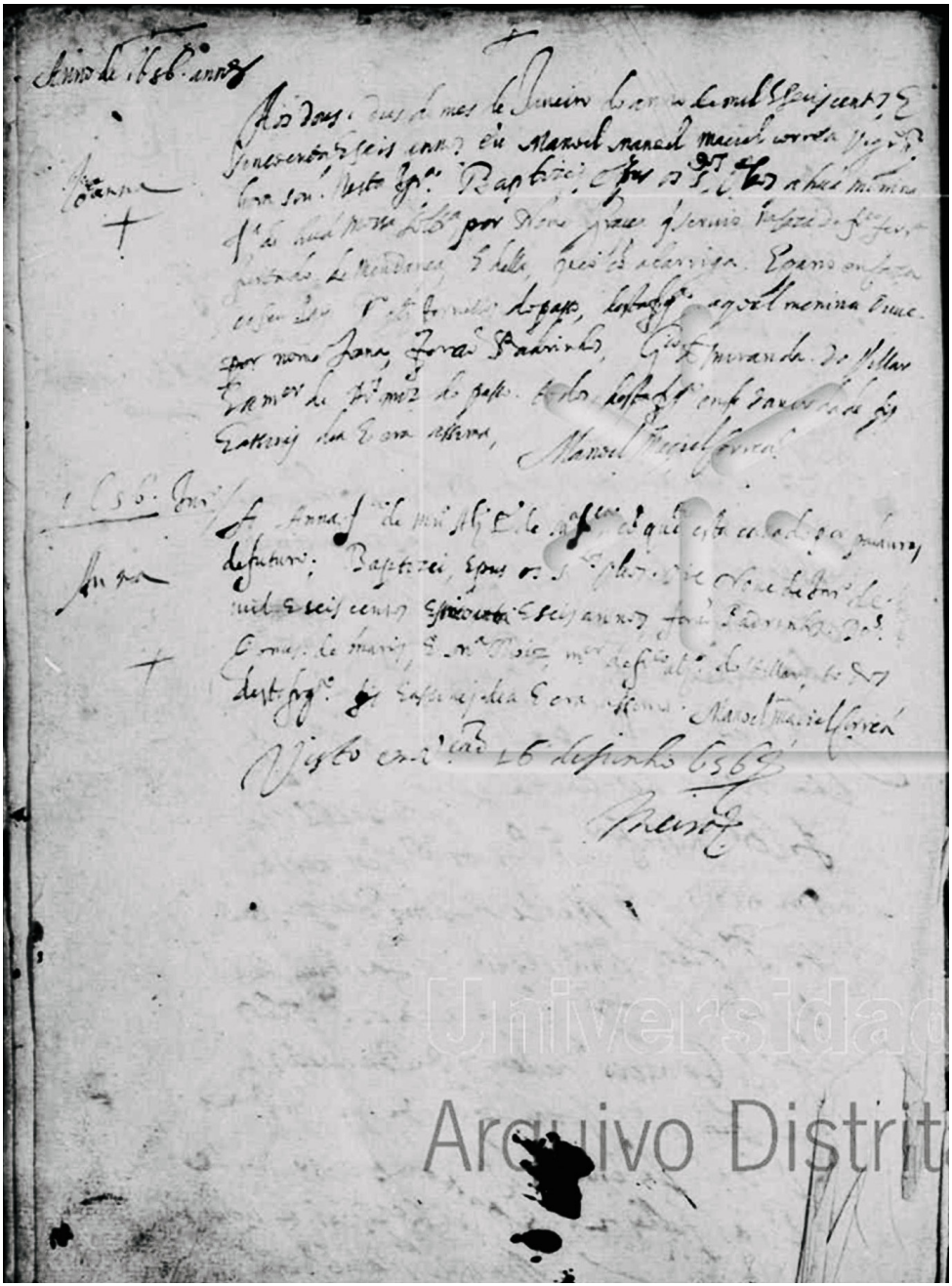
Anexo IV: - Assento de nascimento de "Tomás António de Mendonça", referido na Geração VIII.



Anexo V: Assento de nascimento de "Francisca Luísa Ferreira Furtado de Mendonça" e "Leonor Maria de Mendonça", referidas na Geração IX.

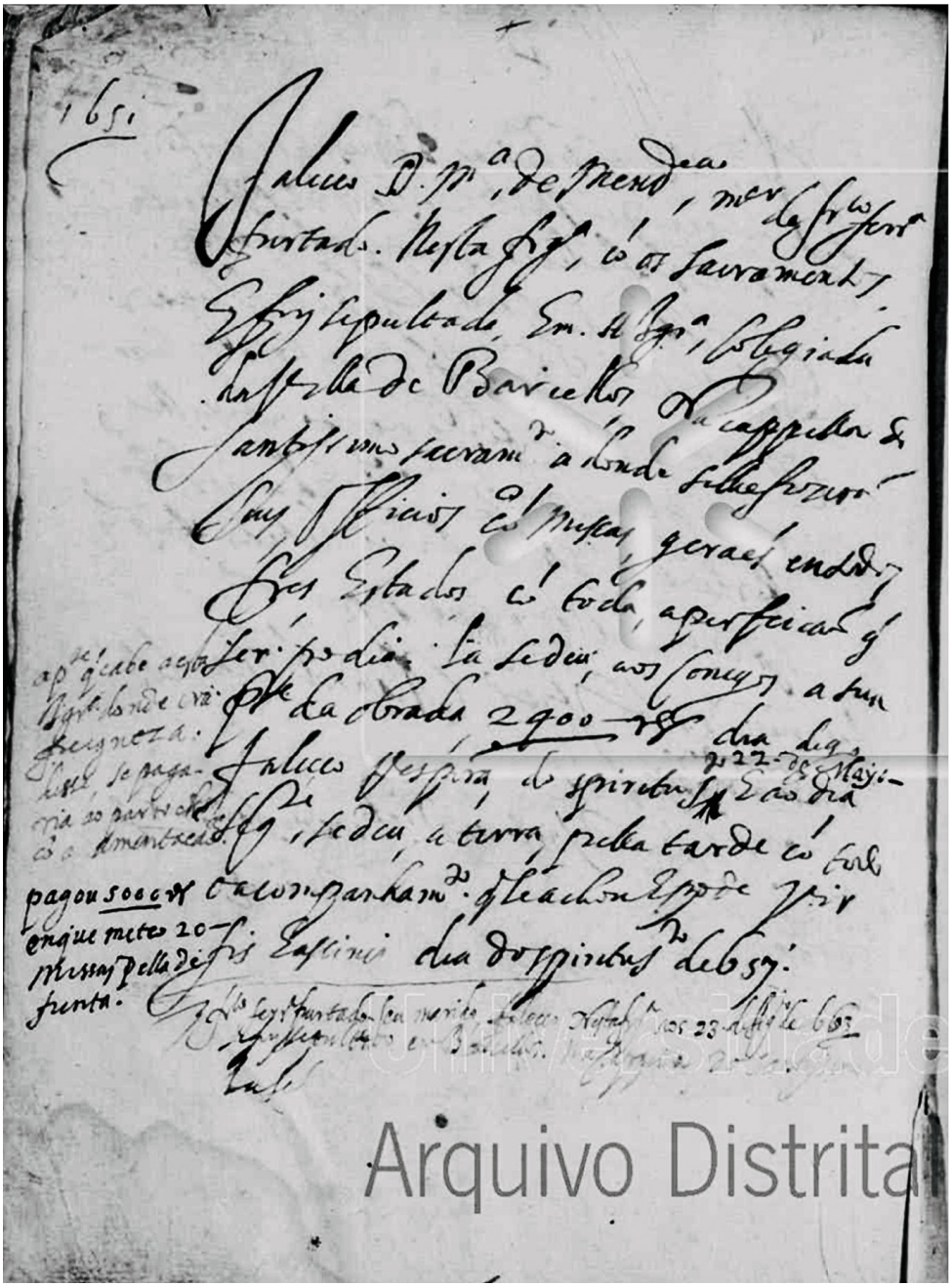


Anexo VI: Assento de nascimento de "Joana Francisca de Mendonça", referido na Geração IX.



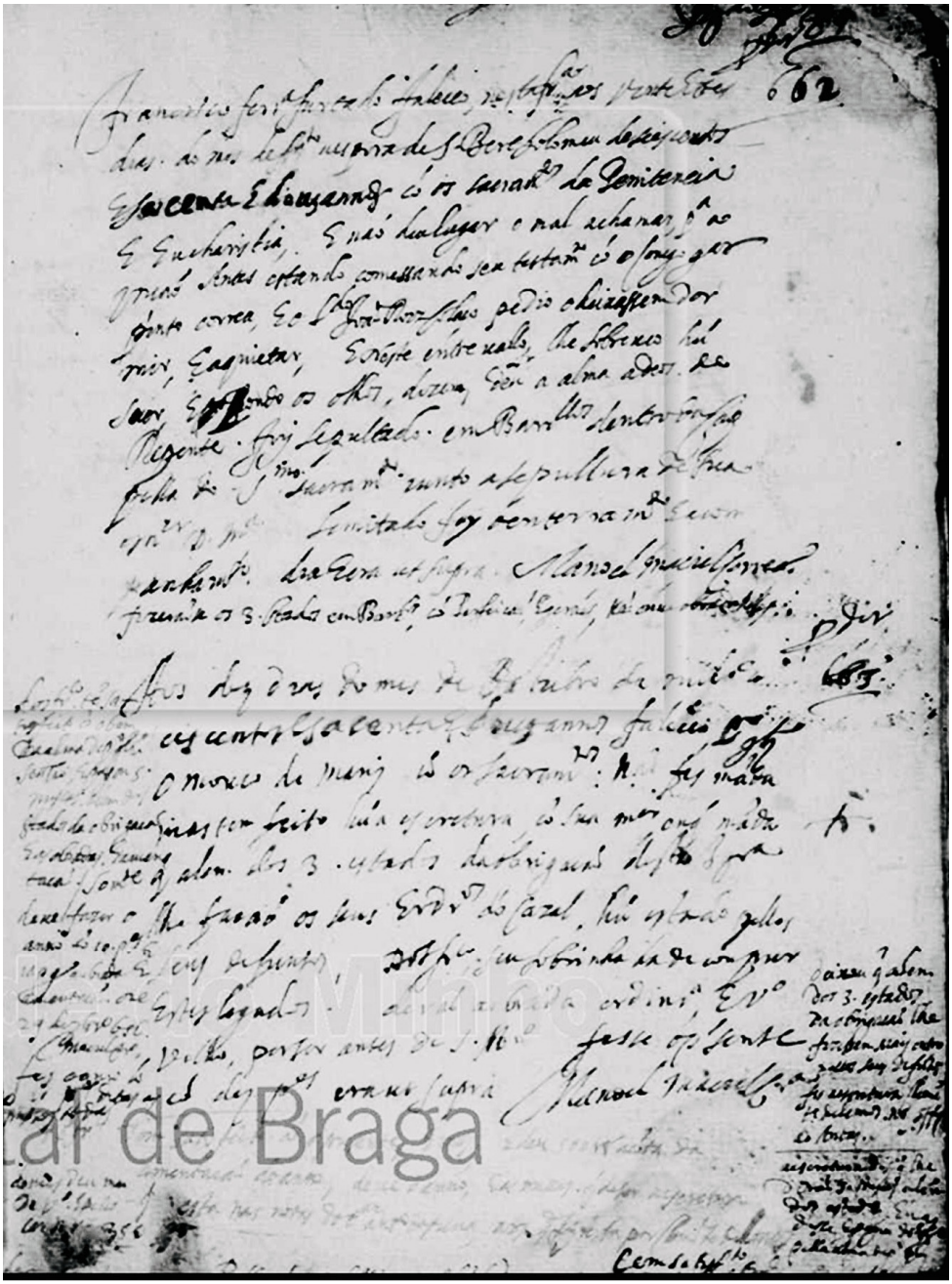
Universidad
Arquivo Distrit

Anexo VII: Assento de óbito de "D. Maria de Mendonça Dantas" descrita na geração X.



Arquivo Distrital

Anexo VIII: Assento de óbito de "Francisco Ferreira Furtado" descrito na geração X.



Anexo IX: Livro "Monarchia Lusytana (Parte V). pag 35 V"

Martins, filha de Martim Gil de Villela,& teue entre outros filhos a Fernaõ Furtado,& Afonſo Furtado, aos quaes elRey D. Afonſo Quarto mandou dar raçoẽs no Conuento de Mancellos.

O nobiliario moderno de Damiaõ de Goes principia a familia dos Furtados neſte Afonſo Furtado, biſneto de Fernão Furtado Capitaõ mór do mar neſte Reyno, mas jà ſe ve quanto mais antigua he ſua origem,& nos annos ſeguintes na hiſtoria delRey Dõ Afonſo Quarto ſe dará mais noticia dos ſogeitos deſta familia. Acrecentaraõ os Furtados a eſte appellido o de Mendoça, por ſe lhe diriuarem ambos do primeiro Furtado,que de Alaua veio. O primeiro que em eſcritura publica vi com o appellido de Mendoça,foi Afonſo Furtado, filho do Capitaõ mór, & terceiro neto do Alauez. ElRey D. Afonſo Quinto abateo o foro de hũs moinhos de Alanquer a Violante Nogueira ſua filha, Comendadeira que foi de Santos, á qual chama: *Violante Nogueira, filha de Afonſo Furtado de Mendoça do ſeu Conſelho.* Delle ſe diriuão os mais que ſe appellidaõ Mendoças, & todos, aſſi Mendoças, como Furtados neſte Reyno reconhecẽ por tronco ao vaſſalo do Infante D. Dinis Fernaõ Furtado. Naõ he pequena gloria deſte caualeiro procederẽ delle,ainda q̃ por femea,as grandes caſas de Infantado em Caſtella, & de Aueiro em Portuga. aquella por Dom Diogo Furtado de Mendoça ſeu ſexto neto por via da Dona Lianor ſua filha, & eſta por Dona Anna de Mẽdoça, quarta neta delle, pela baronia de Afonſo Furtado ſeu filho.

Lib. 7. da Eſtremadura fol. 108.

Ioanne Annes Redondo filho de Dom João Pires Redondo, & de Dona Mòr Pires de Pereira por cujo reſpeito dous ſobrinhos ſeus Aluaro Rodrigues,& João Rodrigues filhos baſtardos de ſeu irmão Rodrigue Annes Redondo ſe criaraõ em caſa de Frei Aluaro Gonçalues de Pereira Prior do Hoſpital,cujos parẽtes erão. Teue por mulher Ioanne Annes Redondo Dona Tereſa Lourenço, filha de Lourenço Soares Freire, & de Dona Tereſa Pires Alcaſorada, filha de Rui Faſes, & aſsi ficauão aparentados os filhos delles com os Melos, Reimondos, Barroſos,& outras familias, alem das que ſe eſpecificaõ nos appellidos de ſeus paes,& auòs,

João Velho era filho de Pero Soares Eſcaldado,& caſado com Dona Mòr Vaſques, filha do Alcaide D. Vaſco Paes de Coimbra, & de Dona Ermeſenda Martins, filha de Martim Anaia. Foi João Velho hum dos Embaixadores delRey Dom Dinis a Aragaõ ſobre ſeu caſamento. Deſta familia dos Velhos ſe deu jà noticia.

Os fidalgos q̃ aqui ſe nomeão com

GLOSSÁRIO:

Anadel-mor: Comandante ou chefe superior de um corpo militar do Portugal medieval, nomeadamente dos besteiros.

Antroponímia: Ramo da linguística e da história que se dedica ao estudo da origem e evolução dos nomes próprios de pessoas.

Azevedo: Apelido de origem toponímica. Deriva do latim acetu (local onde abundam azevinhos).

Besteiro: Soldado de infantaria especializado no manejo da besta.

Casa da Suplicação: O tribunal supremo do Reino em Portugal e que funcionava como a última instância jurídica para onde se "suplicava" ao Rei a revisão de sentenças ou a decisão de causas complexas.

Cognome: Na Roma Antiga, era o terceiro nome da Tria Nomina, destinado a distinguir os ramos de uma família (Gens).

Couto: Território que gozava de privilégios de imunidade, ficando fora da jurisdição comum dos oficiais régios.

Etimologia: Estudo da origem das palavras e da forma como os seus significados e grafias evoluíram ao longo do tempo.

Evidência Negativa: Método de análise historiográfica em que a ausência de registos documentais serve como fundamento.

Honra: Território nobiliárquico imune, pertencente a um fidalgo, onde os oficiais do Rei (como juízes ou cobradores de impostos) não podiam entrar sem autorização do senhor.
Linhagem Varonil: Sucessão genealógica estabelecida exclusivamente por linha masculina, de pai para filho.

Mendonça: Apelido de origem toponímica basca (Mendoza), significando "monte frio". Associado a uma das mais poderosas casas nobiliárquicas de Castela.

Morgado ou Morgadio: Vínculo de bens (terras, casas, rendas) que não podiam ser divididos nem vendidos, transmitindo-se intactos ao descendente mais velho (geralmente o varão).

Nomen: No sistema romano, era o nome que identificava o clã ou a família (Gens), sendo o elemento mais importante para a definição da cidadania.

Padroado: Conjunto de privilégios e obrigações que a autoridade eclesiástica concedia aos fundadores de uma igreja, capela ou mosteiro, e aos seus descendentes

Patronímico: Nome ou apelido derivado do nome próprio do pai.

Praenomen: Nome próprio inicial no sistema romano, utilizado para distinguir indivíduos dentro da mesma família.

Solar: Residência principal e sede de uma linhagem fidalga. Mais do que uma simples habitação, representava o "berço" de uma família, um símbolo físico da sua antiguidade, nobreza e poder jurisdicional sobre uma região.

Tença: Pensão ou renda anual vitalícia concedida pelo Rei a um indivíduo como recompensa por serviços prestados ao reino.

Toponímico: Apelido que tem origem num nome de lugar (aldeia, vila, rio, couto).

Tria Nomina: Sistema de nomenclatura utilizado pelos cidadãos romanos, composto por três elementos: Praenomen, Nomen e Cognomen.

Vaz / Vasques: Apelidos de origem patronímica que derivam do nome próprio Vasco.

ÍNDICE DE NOMES

A

Adelino de Azevedo Mendonça (filho de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) - 19
Adelino de Azevedo Mendonça (irmão de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) - 23
Afonso Furtado (pai de Afonso Furtado de Mendonça, Ger. XVI) — 74, 90, 91, 92, 95
Afonso Furtado de Mendonça (Ger. XVI) — 8, 74, 77, 80, 85, 86, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101
Agostinho de Azevedo Mendonça (Ger. VII) — 34, 37, 38, 39, 44, 76, 105, 107
Aires Ferreira de Sampaio (Ger. XIV) — 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 77
Albina Joaquina Ramos (Ger. II) — 18, 22, 23, 24, 25, 39, 76
Albina Neves Mendonça (filha de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 18
Albina Ramos Mendonça (irmã de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 23
Albino Neves Mendonça (filho de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 19
Álvaro Ferreira (pai de Aires Ferreira, Ger. XIV) — 65, 68, 69, 70
Álvaro Ferreira de Mendonça (testamenteiro de Rui Ferreira, Ger. XIII) — 65
Álvaro Pinto (tio de D. Antónia de Sousa) — 62
Ana Maria da Costa (Ger. V) — 29, 32, 33, 76
Ana Martinho (segunda mulher de Agostinho de Azevedo Mendonça, Ger. VII) — 37
André António (pai de Florência Antónia, Ger. VII) — 37, 39
Antónia Joaquina de Jesus (mãe de Albina Joaquina Ramos, Ger. II) — 24
Antónia de Sousa, D. (Ger. XII) — 56, 60, 61, 62, 77
António de Azevedo Mendonça (Ger. I) — 13, 15, 18, 19, 20, 76, 102, 108, 115, 120
António Francisco Fontes de Faria (padrinho de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 18
António Galhão, Abade (abade que batizou Tomás António, Ger. VIII) — 43
António Gonçalves (padrinho de Manuel de Azevedo Mendonça, Ger. VI) — 34
António Matos de Azevedo Mendonça (Ger. II) — 18, 22, 23, 24, 27, 102, 108
António Neves Mendonça (filho Ger. I) — 18
António Pedro Gramacho (padrinho de Tomás António de Mendonça, Ger. VIII) — 42
Artur (filho de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 19

B

Beatriz de Sousa, D. (esposa de Duarte Pacheco Pereira, o neto) — 58
Beatriz de Vilarragut, D. (segunda mulher de Afonso Furtado de Mendonça, Ger. XVI) — 74
Beatriz Pacheco D. (filha de Duarte Pacheco Pereira, o neto) — 58, 106

Bento de Azevedo Mendonça (irmão de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 23
Brígida de Mendonça, D. (irmã de Agostinho de Azevedo Mendonça, Ger. VII) — 38

C

Carolina de Sousa Pereira (companheira de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 19
Constança Nogueira (primeira mulher de Afonso Furtado de Mendonça, Ger. XVI) — 74
Custódia de Azevedo (mãe de Joaquina Maria de Azevedo, Ger. IV) — 31

D

Delfina Ramos Mendonça (irmã de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 23
Deolinda (neta de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 25
Domingas Gonçalves de Azevedo (Ger. VIII) — 37, 42, 43, 44
Domingos António Pinheiro (Ger. IX) — 42, 43, 45, 48, 51, 106
Domingos Francisco (avô materno de Ana Maria da Costa, Ger. V) — 33, 37, 38
Domingos Ramos, Padre (padrinho de Florência Antónia, Ger. VII) — 39
Duarte Furtado de Mendonça — 91
Duarte Pacheco Pereira, o capitão (bisavô de Francisco Pacheco de Mendonça) — 50, 52, 55, 56, 57, 64, 65, 106
Duarte Pacheco Pereira, o neto (filho de Luís Ferreira Furtado de Mendonça e D. Guiomar, Ger. XI) — 57, 58, 106

E

Emília de Sousa Torres (mãe de Maria Torres Neves, Ger. I) — 20
Emília Neves Mendonça (filha de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 18

F

Felisbina Ramos Mendonça (irmã de António de Azevedo Mendonça, Ger. I)— 23
Fernão Furtado de Mendonça (filho de Luís Ferreira, Ger. XI) — 57, 59
Fernão Ribeiro de Sousa (pai de D. Antónia de Sousa, Ger. XII) — 62
Fernando Mendonça, (Comendador) — 12
Filipa de Ataíde, D. (Ger. XIII) — 60, 64, 66, 77, 105
Florência Antónia (Ger. VII) — 34, 37, 39, 40, 41, 76, 107
Francisca Correia da Silva, D. (Ger. XI) — 52, 56, 57, 59, 105
Francisca Luísa Ferreira Furtado de Mendonça, D. (filha de Francisco Ferreira, Ger. X) — 46, 48, 50, 86, 87, 125
Francisco Ferreira Furtado de Mendonça (Ger. X) — 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 88, 102, 104, 107, 108, 118
Francisco Ferreira Furtado de Mendonça (o Velho, Ger. XII) — 56, 57, 60, 61, 62

Francisco Pacheco de Mendonça (filho de Luís Ferreira e D. Guiomar, Ger. XI) — vide, Duarte Pacheco Pereira, o neto

G

Gabriel de Mendonça (irmão de Agostinho de Azevedo Mendonça, Ger. VII) — 38, 41
Garcia Miranda de Villar (padrinho de D. Joana Francisca de Mendonça, Ger. IX) — 45
Gaspar Reis Dantas (sogro de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, Ger. X) — 48
Genebra Pereira, D. (mãe de Aires Ferreira de Sampaio, Ger. XIV) — 68
Germano Vieira Silva Torres, Dr. (primo de Maria Torres Neves, Ger. I) — 21
Gonçalo Vaz Guedes (pai de Pedro Vaz Guedes, Ger. XV) — 73
Guiomar de Meneses, D. (primeira mulher de Luís Ferreira Furtado de Mendonça, Ger. XI) — 48, 56, 57, 58

I

Inês Neves Mendonça (filha de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 19
Inês Vasques Ribeiro (instituidora do morgado de Canidelo) — 62
Isabel de Ataíde, D. (mãe de D. Filipa de Ataíde, Ger. XIII) — 64, 66
Isabel de Alvim, D. (mãe de Pedro Vaz Guedes, Ger. XV) — 73

J

Joana de Eça, D. — 70
Joana Francisca de Mendonça, D. (Ger. IX) — 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 87, 88, 102, 104, 105, 106, 108, 118, 126
João Fernandes Pacheco, Comendador (pai de D. Guiomar de Meneses) — 56
João Gonçalves (instituidor do morgado da Coelha) — 57
João Manuel de Meneses, D. — 47, 48, 52, 87
Joaquim da Costa Duarte Neves (pai de Maria Torres Neves, Ger. I) — 20
Joaquim Francisco Fontes de Faria (pai de Albina Joaquina Ramos, Ger. II) — 24
Joaquina da Silva Matos (madrinha de António Matos de Azevedo Mendonça, Ger. II) — 22
Joaquina Maria de Azevedo (Ger. IV) — 26, 29, 30, 31, 76
Joaquina Rosa Azevedo Mendonça (irmã de Manuel de Azevedo Mendonça, Ger. V) — 32, 33
José de Azevedo Mendonça (Ger. III) — 22, 23, 26, 27, 28, 76, 107
José de Azevedo Mendonça (irmão de Manuel de Azevedo Mendonça, Ger. IV) — 30
José Neves Mendonça (filho de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 18
Justa (irmã da mãe de D. Guiomar de Meneses) — 56

L

Leonor Correia de Mendonça, D. (mãe de D. Maria de Mendonça Dantas) — 52
Leonor Maria de Mendonça (filha de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, Ger. X) — 46, 118
Lucinda Matos de Azevedo Mendonça (filha de José de Azevedo Mendonça, Ger. III) — 28
Lucinda Ramos Mendonça (irmã de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 23
Luís Carlos Furtado de Mendonça (filho de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, Ger. X) — 46, 54
Luís de Camões — 56
Luís Ferreira Furtado de Mendonça (Ger. XI) — 46, 48, 52, 56, 57, 59, 77, 106

M

Manuel Azevedo Mendonça (filho de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 18
Manuel da Costa, Frei — (abade de Santa Cristina de Malta) — 43
Manuel de Azevedo Mendonça (Ger. IV) — 26, 29, 30, 76
Manuel de Azevedo Mendonça (Ger. V) — 32, 33, 76, 107
Manuel de Azevedo Mendonça (Ger. VI) — 34, 35, 36, 76
Manuel Domingues (pai de Joaquina Maria de Azevedo, Ger. IV) — 31
Manuel, Frei da Igreja Rebello Serão (clérigo da Ordem de Malta) — 40
Maria Azevedo Mendonça (irmã de Manuel de Azevedo Mendonça, Ger. V) — 32, 33
Maria da Silva Matos (Ger. III) — 22, 26, 27, 28, 76
Maria de Lima, D. (esposa de Duarte Pacheco Pereira, o neto) — 58
Maria de Mendonça, D. (mãe alegada de Afonso Furtado de Mendonça, Ger. XVI) — 74, 75, 95, 108, 118, 127
Maria de Mendonça Dantas, D. (esposa de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, Ger. X) — 46, 47, 52, 53, 54, 77
Maria de Mendonça, D. (esposa de Aires Ferreira, Ger. XIV) — 64, 68, 69, 72, 77
Maria de Mendonça Furtado Guedes, D. (esposa de Pedro Vaz Guedes, Ger. XV) — 72, 73, 77
Maria Gonçalves (mãe de Florência Antónia, Ger. VII) — 37, 39
Maria Miguéis — 90
Maria Nunes Pinta (sogra de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, Ger. XII) — 60, 62
Maria Ramos Mendonça (irmã de António de Azevedo Mendonça, Ger. I) — 23
Maria Rosa Azevedo Mendonça (irmã de Manuel de Azevedo Mendonça, Ger. V) — 32, 33
Maria Salomé de Mendonça, D. (irmã de Agostinho de Azevedo Mendonça, Ger. VII) — 38, 41
Maria Torres Neves (Ger. I) — 18, 20, 21, 76, 105, 107, 115

Mariana da Costa (avó materna de Ana Maria da Costa, Ger. V) — 33
Martim Ferreira (bisavô de Aires Ferreira de Sampaio, Ger. XIV) — 69
Martim Lopes de Azevedo (pai de D. Filipa de Ataíde, Ger. XIII) — 64, 66
Mécia Ferreira, D. (mãe de D. Francisca Correia da Silva, Ger. XI) — 57, 59
Mécia Vasques de São Paio, D. (segunda mulher de Álvaro Ferreira, pai de Aires) — 70
N

Narciso de Azevedo Mendonça (irmão de Manuel de Azevedo Mendonça, Ger. IV) — 30, 31
Nuno Furtado de Mendonça — 91
P

Pedro de Ataíde (avô de D. Isabel de Ataíde, Ger. XIII) — 66
Pedro Vaz Guedes (Ger. XV) — 63, 69, 72, 73, 77
Pero da Silva (pai de D. Francisca Correia da Silva, Ger. XI) — 57, 59
Pero Furtado de Mendonça (filho de Luís Ferreira, Ger. XI) — 57, 59
R

Rodrigo de Meireles, Dr. (médico que assistiu D. Guiomar de Meneses) — 57
Rosa Emília de Jesus (madrinha de Albina Joaquina Ramos, Ger. II) — 24
Rui Ferreira Furtado de Mendonça (Ger. XIII) — 56, 57, 58, 60, 64, 65, 66, 77, 105
Rui Ferreira Furtado de Mendonça (irmão de Francisco Ferreira, Ger. XII) — 57, 60, 61
S

Simão de Sousa, Abade de Creixomil — 64, 106
T

Teresa Rosa de Sousa (Ger. VI) — 32, 34, 36, 76
Tomás António de Mendonça (Ger. VIII) — 37, 42, 43, 44, 49, 76, 124
V

Victória Antónia de Azevedo Mendonça, D. (irmã de Agostinho de Azevedo Mendonça, Ger. VII) — 38, 41
Vitória Azevedo Mendonça (irmã de Manuel de Azevedo Mendonça, Ger. IV) — 30, 31

EPÍLOGO:

Este trabalho é antes de mais, um ato de reconciliação entre o presente e um passado há muito tempo esquecido. Representa o culminar da investigação em arquivos nacionais e paroquiais, feita com o intuito de resgatar a memória e documentar o destino de uma linhagem da família.
A memória dos Azevedo Mendonça permanece inscrita no quotidiano de Muro, Malta e Perelhal, onde os nossos parentes que ali vivem constituem um testemunho vivo desta herança comum e do parentesco que nos une às terras de origem; a que se somam, por tronco comum e de forma mais afastada, os Mendonça de Fajozes, que partilham a mesma raiz. Ao resgatar esta linhagem, este trabalho não apenas documenta o passado, mas assegura a continuidade da identidade e da resiliência desta família no tempo.

O que cinco séculos de história familiar ensinaram é simples e universal: a condição de nascimento não é o destino. O que cada um faz com a vida, e a forma como ultrapassa as contrariedades, é o que verdadeiramente determina a evolução pessoal, familiar e social. Afonso Furtado, Joana Francisca, António de Azevedo Mendonça e tantos outros aqui documentados, não foram determinados pelo que eram. Foram definidos pelo que fizeram. Essa lição atravessa os séculos sem perder força. A forma como cada um enfrentou as limitações, as oportunidades e as contrariedades foi aquilo que definiu o passo seguinte. Tornou-se o ponto de partida da geração seguinte. É filosofia. É saber viver. É o verdadeiro legado que estas páginas transportam.
No fundo, o maior património de uma família é a narrativa que ela é capaz de sustentar através dos tempos. Esta é a descoberta que emerge naturalmente deste estudo, e que cada leitor interpretará à sua maneira.

Desafortunadamente vivemos num tempo que desconfia da continuidade. As crianças são entregues a creches desde os primeiros meses de vida. Os filhos crescem em grande parte fora do núcleo familiar. Os idosos terminam os seus dias nos lares. O ciclo completo da vida, do nascimento à morte, é delegado a terceiros.
Num quotidiano cada vez mais orientado para o individualismo, para a mediação tecnológica e para a realização pessoal, à família restou um papel cada vez mais residual, vista não poucas vezes como um estorvo, como algo negociável, descartável até. O que conta é o eu. Os meus planos, a minha formação, a minha viagem, a minha realização. Tudo é pensado e medido na conveniência individual. Os filhos tornaram-se mais uma opção entre outras.
O passado registado nestas páginas conta uma história diferente.
Estas pessoas não pensavam como indivíduos completos e autossuficientes. Sabiam

que vinham de algum lado e que deixariam alguma coisa. Construíram, transmitiram, permaneceram. Durante cinco séculos, num território que cabia dentro de um raio de vinte quilómetros, geração após geração, sem que ninguém lhes pedisse, ficaram! Ficaram porque pertenciam. E pertencer obriga.
Não escrevo isto com nostalgia. O passado tinha as suas próprias injustiças, algumas das quais estão documentadas nestas páginas. Escrevo isto porque o que este trabalho diz, sem ter procurado dizer, é que não somos indivíduos completos em nós próprios. Somos o resultado de escolhas que outros fizeram antes de nós, de sacrifícios que nunca conhecemos, de permanências que nunca agradecemos. E o que fizermos a seguir será o que outros, um dia, tentarão perceber.

Diz-se hoje que as famílias se tornaram líquidas, como se os laços de parentesco pudessem ser dissolvidos pela mera conveniência dos indivíduos. É um equívoco. As rotinas fragmentaram-se e as geografias dispersaram-se, mas a estrutura profunda da consanguinidade não se negoceia nem se demite. Perante a volatilidade do presente, a raiz permanece como uma realidade biológica e histórica inalterável. Este trabalho não nasce de uma nostalgia; afirma-se antes como um facto contra a dispersão no tempo, lembrando a cada herdeiro desta linhagem que ninguém se constrói a partir do nada.

No fim, o que este percurso nos ensina é simples. Sem as pessoas que amamos, e que nos amaram antes de o merecermos, nada do resto tem peso. Nem o dinheiro, nem o estatuto, nem as viagens. A vida é demasiado curta para não priorizarmos quem nos faz quem somos.

A minha mãe sabia a quem estava a dar os papéis. Eu sei a quem deixo este livro. Espero que saibas também a quem o passas. Não deixes os papéis numa gaveta.

Quando o sangue se dispersa, a narrativa edifica; o que Afonso ousou nomear, esta mão soube perpetuar.

Quanto à questão da origem do apelido Mendonça na família da minha mãe, a investigação não alcançou uma resposta definitiva, mas alcançou a mais honesta possível: o apelido foi provavelmente adotado, não herdado. E isso, em si mesmo, já é uma resposta.

Esta página foi deixada intencionalmente em branco

MENSAGEM DE AUTOR:

Este livro reconstrói, através de documentação rigorosa, mais de quinhentos anos da linhagem Azevedo Mendonça.
Mais do que genealogia, é uma análise sobre estratégias matrimoniais, mobilidade social e a construção de legitimidade através dos apelidos. Da apropriação do apelido Mendonça por Afonso Furtado no século XV às alianças que consolidaram o poder no Norte de Portugal, cada geração revela como estas famílias atravessaram séculos de transformações históricas.
Mas, ao investigar a própria família, fiz uma descoberta que desafia qualquer explicação racional. A memória consciente tinha sido interrompida há três gerações. A minha família não sabia nada sobre a ligação a Malta, Gião, Fajozes ou Mariz; devido à separação familiar, nenhuma história fora transmitida e nenhuma tradição fora mantida.
Só anos depois, levado pela curiosidade e mergulhado em arquivos, reconheci o padrão: vidas que pareciam aleatórias seguiam um desígnio escrito séculos antes por pessoas cujos nomes tinham sido esquecidos.
Como é possível? Existe memória que se transmite sem palavras? Ou somos todos personagens numa história muito mais longa, dançando coreografias que ninguém nos ensinou?
Baseado em assentos paroquiais, arquivos notariais e análise crítica de fontes, este trabalho contribui para os estudos genealógicos portugueses enquanto documenta um fenómeno que a ciência ainda não compreende totalmente.

Dedico às quatro gerações vivas e às que hão de vir. Esta obra prova que as raízes que não conhecemos podem ser as que mais nos moldam.
A nossa identidade não é apenas herdada, mas uma força viva que, quando descoberta, continua a construir a consciência de onde viemos. Todas as pessoas são recordadas pelo que foram e pelo que realmente fizeram em vida.

N. DL: 562610/26
ISBN 978-989-34-0102-6

DOMEK NEVES